

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Carlos Fritzen

**Política Social e Movimento Social:
Projeto dos Jesuítas na região de Perus/SP (1998 a 2008) -
Experiência de Protagonismo Juvenil**

MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

SÃO PAULO

2014

Carlos Fritzen

**Política Social e Movimento Social:
Projeto dos Jesuítas na região de Perus/SP (1998 a 2008) -
Experiência de Protagonismo Juvenil**

MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Dissertação apresentada à banca examinadora de qualificação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, sob orientação do Prof. Dr. Luiz Eduardo Waldemarin Wanderley

ERRATA

Errata referente à Dissertação de Mestrado intitulada “Política Social e Movimento Social: Projeto dos jesuítas na região de Perus/SP (1998 a 2008) – Experiência de Protagonismo Juvenil, realizada por Carlos Fritzen em 2014 – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2014.

Página	Linha	Onde se lê	Leia-se
17	14	faltou mencionar	o capítulo 4 apresenta as questões derivadas da pesquisa abrangendo o contexto do objeto do estudo e os resultados gerais
22	13	Há uma contradição	Há uma insuficiência
30	15	fase à dinâmica	face à dinâmica
71	29	Esta breve e incompleta apresentação	Esta breve apresentação
134	nota 3	Doutor em teologia pela FAJE	Padre jesuíta, escritor, foi professor de Teologia na FAJE

BANCA EXAMINADORA

Breves citações indicam processos de um caminho, trilhando realidade, conteúdo e metodologia, sempre regados pela esperança de que “outro mundo é possível”.

Na trilha da REALIDADE:

“O homem não pode participar ativamente da história, na sociedade, na transformação da realidade se não for ajudado a tomar consciência da realidade e da sua própria capacidade para transformar[...]. Ninguém luta contra forças que não entende[...] A realidade não pode ser modificada senão quando o homem descobre que é modificável e que ele o pode fazer”. (STRECK et al, 2010, p. 344)

Trilhando a AUTONOMIA:

“A autonomia é um processo de decisão e de humanização que vamos construindo historicamente, a partir de várias, inúmeras decisões que vamos tomando ao longo de nossa existência.... (FREIRE, 1996, p. 120). A autonomia, como amadurecimento do ser para si, é um processo, é um vir a ser (FREIRE, 2000, p.121). Por isso a autonomia é experiência de liberdade”.(STRECK, 2010, p. 54)

Construindo COM UTOPIA:

“[...] Utopia é a dialetização dos atos de denunciar e anunciar, o ato de denunciar a estrutura desumanizante e de anunciar a estrutura humanizante [...] A utopia freiriana está relacionada à concretização dos sonhos possíveis[...], utopia também é esperança... uma atitude a ser criticamente desenvolvida[...]. A esperança entusiasma a participação coletiva na criação do inédito-viável, que expressa a atitude utópica que se opõe à visão fatalista da realidade, sendo esta uma peculiaridade do processo de conscientização”. (STRECK, 2010, p. 413)

AGRADECIMENTOS

A DEUS QUE ME INSPIROU A OUSAR ESTE ESTUDO E ME ILUMINOU PELO CAMINHO.

A todas as pessoas que, direta ou indiretamente, me acompanharam e contribuíram para a construção desta dissertação, especialmente das comunidades de Perus.

Agradeço principalmente:

Ao meu orientador, Prof. Dr. Luís Eduardo Waldemarin Wanderley, obrigado pela acolhida do sonho deste projeto que se torna dissertação, e pelo cuidado com que soube me acompanhar no processo.

Aos professores do Programa de Estudos Pós- Graduosos em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, colegas de programa, trabalhadores em geral da PUC, que não mediram esforços para os encaminhamentos pertinentes a todos os processos e etapas que envolveram este estudo.

Às valiosas e iluminadoras contribuições dos professores Wagner, Ademir e Wanderley, por ocasião do exame de qualificação.

À Companhia de Jesus – os Jesuítas que me possibilitaram o apoio institucional para os estudos deste mestrado.

À equipe do Centro Santa Fé, pela enorme generosidade e colaboração para que este estudo de caso para a dissertação se tornasse viável.

RESUMO

O presente trabalho objetiva elucidar elementos que contribuam à discussão e reflexão sobre política social integral, no marco da Globalização neoliberal que, com seus impactos negativos e positivos, resultou na segregação dos setores empobrecidos. Segregados nas periferias geográficas e sociais, embora com seus direitos sociais de cidadãos reconhecidos constitucionalmente, têm sido alvo de políticas sociais insuficientes e fragmentadas definidas pelo sistema neoliberal. De forma perversa, tal sistema os mantém dependentes, não transforma efetivamente as realidades de miséria e pobreza nem gera a autonomia e protagonismo das populações, continuamente espoliadas de seus direitos; no outro extremo, cresce o acúmulo do capital em poder de poucos e a diferença na distribuição de renda se acentua. Nesse cenário, de proliferação de discursos oficiais de “inclusão social”, a sociedade civil organizada promove projetos sociais com foco estratégico de promoção e participação política em diversos movimentos sociais visando melhorias nas políticas sociais direcionadas à população em situação de vulnerabilidade econômica e social. A partir da pesquisa teórica e das bases sociais dos jesuítas, especialmente sobre políticas sociais, realizou-se o estudo de caso do Projeto Social mantido pelos jesuítas na periferia de Perus – SP no período de 1998 a 2008, que ofereceu atividades de formação integral à comunidade – pessoal, cidadã, profissional e de lideranças comunitárias. Os resultados respondem à hipótese inicial de que projetos sociais com esse enfoque impactam positivamente a vida dos jovens e de suas comunidades, diante da globalização neoliberal hegemônica e da resultante fragmentação das políticas sociais. Em especial, destacam-se a relevância da participação no desenvolvimento da percepção e consciência crítica dos participantes sobre os fenômenos sociais e da capacidade de atuação política individual e coletiva em diversos contextos. Adicionalmente são apresentados os limites, potencialidades e desafios de um projeto social dessa natureza e indicações para eventual redirecionamento da ação social dos jesuítas na região.

Palavras-chave: política social– projetos sociais – formação integral – jesuítas

ABSTRACT

The present study aims to elucidate the elements which contribute to the discussion and reflection of social policy within the framework of neoliberal globalization considering that its positive and negative impacts have led to the segregation of impoverished sectors. Although with their social rights of citizens constitutionally recognized, as they are pushed to geographical and social peripheries, this group has been assisted by insufficient and fragmented social policies defined by the neoliberal system. Perversely, this system keeps them dependent and in this way, cannot effectively transform the realities of misery and poverty nor generates the autonomy and leadership of the people, continually robbed of their rights, in the other extreme, growing accumulation of capital in the hands of a few and the difference in income distribution is accentuated. In this scenario, the proliferation of official discourses of "social inclusion", non-governmental organizations promotes social projects with strategic focus on promoting political participation in various social movements for improvements in social policies directed at the population in a situation of economic and social vulnerability. From the theoretical research and the social bases of the jesuits, especially on social policies, there was a case study of the Social maintained by the jesuits in the outskirts of Turkeys - SP in the period 1998-2008, which offered training activities integral to community - personal, civic, professional and community leaders. The results answer the initial hypothesis that social projects with this approach positively impact the lives of young people and their communities in the face of hegemonic neoliberal globalization and resulting fragmentation of social policies. In particular, this study highlights the importance of participation in the development of perception and critical awareness of the attendants about social phenomena and the ability of individual and collective political action in various contexts. Additionally shown are the limits, possibilities and challenges of a social project of this nature and indications for possible redirection of social action of the jesuits in the region.

Key words: social policy – social projects – integral formation – jesuits

SUMÁRIO

RESUMO	6
ABSTRACT.....	7
INTRODUÇÃO.....	13
1. MARCO TEÓRICO.....	18
1.1 Contexto nacional da política e participação sociais.....	18
1.2. Fundamentos e conceitos de Política Social.....	28
1.2.1. <i>Política Social Neoliberal.....</i>	<i>28</i>
1.2.2. <i>Política Social de tradição marxista.....</i>	<i>30</i>
1.3 A evolução da pobreza no Brasil	34
1.3.1. <i>Breve histórico da evolução da pobreza e desigualdade brasileira.....</i>	<i>35</i>
1.3.2. <i>Dimensão neoliberal da política social brasileira.....</i>	<i>42</i>
1.3.3. <i>Objetivos e limites dos programas de distribuição de renda.....</i>	<i>44</i>
1.4. Conceitos fundamentais associados à inclusão	46
1.5. Relevância do contexto demográfico na mudança social	47
2. O CONTEXTO DA ATUAÇÃO DOS JESUÍTAS NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL ...	50
2.1. Origem e elementos da história da Política Social dos Jesuítas.....	50
2.2. Origem e diretrizes do “Apostolado Social” Jesuíta	52
2.3. Trabalho social atual sob coordenação e articulação da CPAL	56
2.4. Centro de Investigação e Ação Social no Brasil.....	58
2.5. A atuação dos jesuítas na região do Projeto.....	64
2.5.1. <i>Breve histórico do contexto da Região Perus.....</i>	<i>64</i>
2.5.2. <i>Características da ação dos jesuítas na região de Perus</i>	<i>68</i>
2.5.3. <i>A opção pela Educação Popular.....</i>	<i>70</i>
3. ESTUDO DE CASO - EXPERIÊNCIA E PROTAGONISMO DE JOVENS.....	76
3.1. Procedimentos metodológicos	76
3.1.1. <i>Caracterização da pesquisa.....</i>	<i>76</i>
3.1.2. <i>Escopo da análise conceitual.....</i>	<i>79</i>
3.1.3. <i>Técnicas metodológicas</i>	<i>81</i>
3.1.4. <i>Protagonismo juvenil.....</i>	<i>83</i>
3.1.5. <i>Descrição da operacionalização do estudo</i>	<i>85</i>
4. QUESTÕES DERIVADAS DA PESQUISA.....	88
4.1. Contexto do objeto do estudo	88
4.1.1. <i>Indicadores socioambientais da região</i>	<i>88</i>

4.2. Resultados gerais do estudo	94
4.2.1. <i>Perfil dos respondentes</i>	94
4.2.2. <i>Informações recebidas sobre o Projeto</i>	97
4.2.3. <i>Motivação para participação</i>	97
4.2.4. <i>Importância do projeto para a comunidade</i>	98
4.2.5. <i>Importância do projeto na trajetória pessoal dos participantes</i>	100
4.2.6. <i>Percepção sobre o papel dos Movimentos Sociais nas Políticas Sociais</i>	109
4.2.7. <i>Desafios e oportunidades para o projeto</i>	111
5. LIMITES, POTENCIALIDADES E DESAFIOS IDENTIFICADOS	115
5.1. Política social integral na concepção dos jovens	115
5.1.1. <i>Política Social Integral na concepção dos participantes</i>	115
5.1.2. <i>Movimento Social em Política Social na concepção dos jovens</i>	116
5.1.3. <i>Limites identificados</i>	120
5.1.4. <i>Potencialidades percebidas</i>	121
5.2. Política social dos jesuítas	122
5.2.1. <i>Oportunidade e estratégia de formação para a vida solidária</i>	122
5.2.2. <i>Limites identificados</i>	126
5.2.3. <i>Potencialidades</i>	127
5.3. Desafios para uma política social atual	127
5.3.1. <i>Desafios do projeto na percepção dos entrevistados</i>	127
5.3.2. <i>Oportunidades do projeto social dos jesuítas</i>	128
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
REFERÊNCIAS	138
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	143
ANEXOS	145
Anexo I – Roteiro de entrevista inicial	145
Anexo II - Questionário de pesquisa	147
Anexo III – Transcrições das respostas abertas do questionário eletrônico	154

LISTA DE FIGURAS

Gráfico 1.	Evolução da população em situação de pobreza - Estimativas produzidas com base na PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001 a 2008)	40
Gráfico 2.	Evolução percentual da população em situação de pobreza 1990 a 2008	40
Gráfico 3.	Distribuição da população em situação de extrema pobreza por idade em 2008 – Estimativas produzidas com base na PNAD 2008	41
Gráfico 4.	Percentual de participantes por tempo de permanência no projeto	95
Gráfico 5.	Ano de início e fim da participação no projeto	95
Gráfico 6.	Perfil de renda per capita familiar pelos respondentes	96
Gráfico 7.	Grau de esclarecimento dos participantes sobre os diferentes aspectos do projeto	97
Gráfico 8.	Percentuais de motivação dos participantes.....	98
Gráfico 9.	Percepção dos participantes sobre os benefícios do projeto para a comunidade (%)	99
Gráfico 10.	Percepção dos participantes sobre o Primeiro Bloco - Importância do projeto para sua possibilidade de formação (percentuais)	102
Gráfico 11.	Percepção dos participantes sobre o Segundo Bloco - Importância das atividades de natureza instrumental (percentuais)	103
Gráfico 12.	Percepção dos participantes sobre o Terceiro Bloco - importância atividades de formação para a religiosidade e diversidade oferecidas (percentuais)	105

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.	Evolução de outras dimensões da pobreza entre crianças e jovens entre 0 e 17 anos – Brasil – 1992 e 2008	42
Tabela 2.	Número de pessoas atendidas pelos jesuítas nos projetos envolvendo jovens e adolescentes na região de Perus/SP entre 1998 e 2008	74
Tabela 3.	Perfil dos participantes da sessão de <i>focus group</i>	86
Tabela 4.	Censos Demográficos/SMDU/Dipro- Retroestimativas e Projeções 2011	88
Tabela 5.	Evolução dos indicadores de Educação Básica – Ensino Fundamental nas redes públicas e privada de 2007 a 2011	90
Tabela 6.	Evolução dos indicadores de Educação Infantil de 2008 a 2012 ...	91
Tabela 7.	Renda familiar média dos indivíduos (valores expressos em R\$ em abril de 2012)	96

GLOSSÁRIO

CEUs - Centros de Educação Unificada, implantados e mantidos pela Prefeitura de São Paulo.

CGs - Congregações Gerais - assembleias que se realizam por convocação do Padre Geral dos Jesuítas, quando são detectadas necessidades de mudanças estruturais, diretrizes sobre a missão e de atualização da atuação da institucional ou, ainda, para eleição de um novo Superior Geral.

CIAS - Rede Jesuíta de Centros de Investigação e Ação Social.

CPAL - Conferência dos Superiores Provinciais (corresponde a regiões ou países) da América Latina, que tem a missão de liderar/articular um trabalho em rede na América Latina.

CLACIAS - *Consejo Latino Americano* – criado na ocasião para pensar e desenvolver o trabalho social dos Centros de Investigação e Ação Social na América Latina.

Províncias brasileiras - estabelecidas de acordo com a localização geográfica no país, atualmente são: BRC - Brasil Região Centro Leste, BRM - Brasil Região Meridional, BNE - Brasil Região Nordeste e BAM - Brasil Região Amazonas -

Transformação Social - Mudança de pessoas e realidades sociais com base em processos de luta social tensionados em Movimento Social com intencionalidade transformadora.

INTRODUÇÃO

É de longa data a insuficiência de políticas sociais governamentais efetivas, em larga escala, que estructurem atendimento em saúde, educação, habitação, lazer, cultura e trabalho, capazes de prover um atendimento de qualidade para todos em áreas de responsabilidade do Estado, nos três níveis de governo - federal, estadual ou municipal - a despeito dos direitos inerentes a todo cidadão estabelecidos na Constituição Federal.

Diante das lacunas na ação governamental, na qual minam os direitos enunciados na Carta Magna, surgem os núcleos autônomos da Sociedade Civil, em complementação às políticas públicas, em especial as de natureza social, visando beneficiar grupos populacionais locais ou regionais, notadamente para a melhoria da educação e para a criação de oportunidades na esfera do trabalho e empregabilidade.

Sendo os movimentos sociais uma das formas concretas para a construção das Políticas Sociais, o problema de fundo, por um lado, é o impacto de um modelo econômico hegemônico que disputa espaços sociais com suas políticas neoliberais e, por outro lado, pelo fato de que, em essência, esses movimentos são constituídos por interesses pessoais e coletivos que, por vezes, se revelam antagônicos e fragilizam a construção de Políticas Sociais Integrais, capazes de prover o conjunto de direitos inerentes à cidadania.

Adicionalmente, a complexidade da questão aumenta com a cooptação financeira e política por parte dos governos: em grande medida, os “programas de transferência de renda” por um lado ajudam os empobrecidos e, simultaneamente, desmobilizam parte importante da sociedade civil que luta em prol dos movimentos sociais. Portanto, o *locus* de construção de políticas sociais tem perdido força e por vezes se rendido às mesmas políticas neoliberais, razão pela qual o país tem ações isoladas, políticas fragmentadas e falta de um plano estratégico nacional que reflita de forma efetiva a concepção de Políticas Sociais Integrais com visão de desenvolvimento socioambiental sustentável e equitativo. Desenvolvimento socioambiental é aquele

que leva em conta a sociedade e o meio ambiente, respeitando a interação e o grau de impactos (negativos e positivos) que a sociedade tem no ambiente e no fluxo inverso. Esse modelo de desenvolvimento sustentável considera a capacidade humana de comprometimento dos recursos planetários, mantendo-os em níveis que possam ser utilizados sem que desapareçam, ou diminuam demais (em qualidade e quantidade), tendo por elemento principal o equilíbrio entre os fatores econômicos, sociais e ambientais (PIVA, 2008).

Paulo Freire situa o homem e outros seres vivos em relação ao meio ambiente ao afirmar que:

[...] a emancipação do ser humano se dá em contextos concretos, nos quais os processos naturais interferem objetivamente nas esferas subjetivas da consciência humana e esta, por sua vez, nas instâncias objetivas da natureza [...] urge, portanto, lutar pelos princípios éticos mais fundamentais como o respeito à vida dos seres humanos, à vida dos outros animais, à vida dos pássaros, à vida das florestas (STRECK *et al.*, 2010, p. 132).

Nesse cenário, cabe analisar de que forma as políticas sociais implementadas pelas entidades da sociedade civil impactam significativamente na mudança de vida dos participantes, em especial as relacionadas ao acesso ao ensino superior e ao trabalho. Com os problemas estruturais do país e a falta de oportunidades nessas áreas, sobretudo para a população mais jovem, aposta-se que com a inserção de políticas sociais em grupos com alta vulnerabilidade social, em especial em regiões periféricas dos grandes centros urbanos, parcela expressiva dessa população será beneficiada pela ampliação de suas capacidades de desenvolvimento intelectual, cultural e oportunidades efetivas no mundo do trabalho.

No contexto explicitado, diversas e inúmeras iniciativas da sociedade civil organizada cumprem um papel substantivo ao serem muitas vezes a única oportunidade para aquelas populações para acessarem formas de desenvolvimento pessoal e social, atuando na lacuna provocada pela insuficiência de políticas sociais estatais para as populações periféricas excluídas. No entanto, tais iniciativas não pretendem substituir tais políticas públicas; sua atuação é complementar e provocativa de processos participativos na construção de melhores políticas públicas. Embora diversas iniciativas realizem intervenções que atendem

diretamente pessoas e comunidades, em último plano visam contribuir com mudanças estruturais necessárias para que todos tenham seus direitos constitucionais e humanos atendidos.

No escopo de um amplo universo de iniciativas, carismas diversos e focos distintos em torno à causa social, tais instituições buscam gerar transformação social para uma maior equidade social. Ao estabelecer esse foco na política social, claramente se reivindica o cumprimento do papel do Estado e simultaneamente se afirma o compromisso da sociedade como um todo em torno do bem coletivo e individual, repousando sobre os diferentes atores sociais a responsabilidade pela melhora das políticas sociais.

Este estudo está centrado na hipótese de que as práticas assistencialistas¹ de governos e organizações sociais, a descontinuidade e a baixa implementação de políticas sociais são decorrentes das mudanças determinadas pela globalização neoliberal hegemônica, que levou à fragmentação das políticas sociais. Essa situação criou um contexto de desafio para a sociedade civil, para que desenvolvessem projetos com enfoque nos dinamismos de desenvolvimento humano integral nas regiões periféricas das grandes cidades, que contribuíram de forma relevante para formação de lideranças sociais e para os Movimentos Sociais por Políticas Sociais Integrais.

Este estudo foi desenvolvido com o objetivo de explicitar e analisar a Política Social dos Jesuítas, subjacente ao Projeto Social implementado entre 1998 e 2008 em programas de formação de lideranças juvenis de Perus/SP e contribuir para a política e prática social dos Jesuítas adequada ao contexto atual na região e para a reflexão sobre as políticas sociais em geral. A escolha do período de análise se justifica pelo fato do projeto completar 10 anos continuados de intervenção na região, durante os quais houve sua estruturação, desenvolvimento e consolidação. Embora com variações nas atividades desenvolvidas ao longo dos anos – fator comum em projetos sociais que pretendem o aprofundamento de respostas a um determinado contexto concreto e dinâmico – houve consistência e continuidade da

¹ Freire explicita que o fazer assistencialista reduz o pensar do outro à consciência do assistente, negando a dimensão radical do sujeito e do seu protagonismo. (*apud* STRECK, 2010, p.49)

linha conceitual e prática proposta: processos voltados à realidade dos adolescentes e jovens desde seu acolhimento institucional, o ingresso no ensino superior e acompanhamento nos estudos das faculdades.

Com origem popular, o projeto em análise surgiu da pesquisa feita com 160 adolescentes e jovens que ao longo de 1997 participaram de quatro encontros temáticos de formação, na qual se buscou identificar suas necessidades nos aspectos educacionais e profissionais. O resultado demonstrou convergência na percepção de que as escolas públicas onde estudavam não contribuíam para seu aprendizado, nem os preparava para o mundo do trabalho. Outro fator identificado era a falta de oportunidades de continuidade dos estudos ou de obtenção de um trabalho com renda suficiente para sua manutenção pessoal e para cobertura da mensalidade de uma faculdade particular.

Esse cenário motivou a organização formal do projeto social analisado em 1998, com foco em cursos para preparação para o mundo do trabalho e cursinho pré-universitário com nível de qualidade suficiente para permitir o acesso ao ensino superior em universidades públicas. Com acolhida diferenciada valorizando sua participação, a convivência em espaços adequados propiciava a construção de um processo de aprendizagem entre todos nos diversos espaços educativos - além das salas de aula onde ocorriam os momentos formais de ensino para complementar o aprendizado formal na escola pública, de forma complementar e não substitutiva ao papel do Estado na Educação.

A estratégia adotada demonstrou-se adequada à realidade local e além da assunção de papéis de liderança na comunidade, o vínculo entre os participantes e com o projeto se manteve durante todo o ciclo universitário, caracterizado por um alto grau de solidariedade mútua para superarem os desafios encontrados na nova realidade educacional; além disso, se desdobravam para estudar, trabalhar e continuar contribuindo com ações dos Movimentos Sociais em retribuição ao processo de formação do qual se beneficiaram durante a participação do projeto social.

Na pesquisa analisou-se a contribuição das entidades sem fins lucrativos conforme exposto na hipótese, a partir de referências bibliográficas e do estudo de caso do Projeto Social dos Jesuítas na Região de Perus, distrito localizado na zona noroeste

do município de São Paulo, Estado de São Paulo, considerando os aspectos de efetiva contribuição do citado projeto à comunidade local, seus desdobramentos na vida das pessoas beneficiadas e eventuais impactos sociais decorrentes da formação recebida.

Com finalidade exploratória, explicativa e metodológica, foram utilizados no estudo procedimentos de pesquisa bibliográfica, documental e telematizada, aplicação de questionário e entrevistas e, para complementação das informações, técnicas de *focus group* e história de vida, além do estudo de caso.

Além desta introdução, o conteúdo contempla as seguintes informações: o capítulo 1 apresenta o marco teórico social, com destaque para as políticas sociais nacionais, seguido pelo capítulo 2, apresentando os contextos da Ordem Jesuíta em geral e em Perus, assim como as características específicas da região. No capítulo 3 analisam-se os procedimentos metodológicos e o estudo de caso com as respectivas análises e, finalmente, no capítulo 5 apresentam-se os limites, potencialidades e desafios do projeto social. As considerações finais (capítulo 6) encerram este trabalho, com as conclusões a respeito da hipótese inicial e a recomendações futuras para continuidade do estudo.

Nesse contexto, o resultado do estudo do tema e do objeto da pesquisa, ora propostos, poderão propiciar uma contribuição crítica reflexiva ao movimento social ou mesmo a outras práticas de atendimento social, possibilitando informações relevantes para a criação de políticas sociais efetivas, que contemplem a integralidade, em contextos sociais concretos, para o desenvolvimento socioambiental sustentável do país.

1. MARCO TEÓRICO

1.1 Contexto nacional da política e participação sociais

A **Constituição brasileira** de 1988, cognominada “Cidadã” e promulgada após intensa participação popular, estabelece como objetivos da República, em seu artigo 3º a igualdade dos cidadãos e a promoção social sem distinção:

[...] construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 1988).

Nos fundamentos do Estado democrático de Direito, o texto constitucional afirma, no artigo 1º a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político. Os direitos sociais citados no artigo 6º incluem educação, saúde, moradia, trabalho, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados (ibidem).

No entanto, no contexto das políticas sociais nacionais, cabe atenção ao tema capitalismo, cuja dinâmica se mantém direcionada para a captação de altos lucros por indivíduos ou grupos econômicos, com conseqüente concentração do capital nesses agentes, mantendo um perverso sistema de desigualdade na distribuição de renda, e, conseqüentemente, com grande dificuldade de acesso aos bens públicos pelos demais cidadãos.

Com a crise do capitalismo contemporâneo iniciada no final dos anos 70, decorrente de crise econômica mundial e com o excesso de capital no mercado incorrendo em sua desvalorização, evidencia-se o apoderamento do dinheiro público, destinado ao desenvolvimento e crescimento do país nos seus diversos setores, sendo desviado para garantir o processo de multiplicação e acumulação do capital, como observado, por exemplo, no aumento de impostos e no achatamento dos salários, dentre outros. Behring (*apud* BOSCHETTI *et al.*, 2010, p. 31) destaca essa situação:

Vimos que o fundo público se forma a partir de uma punção compulsória – na forma de impostos, contribuições e taxas – da mais valia socialmente produzida, ou seja, é parte do trabalho excedente que se metamorfoseou em lucro, juro ou renda da terra que é apropriado pelo Estado para o desempenho de múltiplas funções de reprodução do capital e da força de trabalho. O instrumento de punção essencialmente é o sistema tributário, e parte maior ou menor do fundo público, a depender da correlação de forças entre classes – que tem sido desfavorável ao campo do trabalho – sustentada pelos salários. [...] No Brasil, por exemplo, a tributação pesa em mais de 60% sobre o trabalho, como nos mostra Salvador (2010, p. 205-229), sendo que desde o Plano Real a carga tributária aumentou de 29% para 35% do PIB até 2007. (BEHRING *apud* BOSCHETTI *et al.*, 2010, p. 31).

Para Behring (*apud* BOSCHETTI *et al.*, 2010, p.14) quando se refere aos recursos públicos, destaca-se sua utilização em prol das instituições notadamente capitalistas:

[...] o que se observa é que o fundo público assume tarefas e proporções cada vez maiores no capitalismo contemporâneo, diga-se, em sua fase madura e fortemente destrutiva, com predomínio do neoliberalismo e da financeirização, não obstante todas as odes puramente ideológicas em prol do Estado mínimo, amplamente difundidas desde os anos 80 do século XX.

Com a crise iniciada em 2008, se acentuou o achatamento dos salários e dos direitos sociais conquistados por meio das lutas de classes, bem como a redução no financiamento de políticas sociais, demonstrando a perversidade do capitalismo para o cidadão. No entanto, outra corrente ao analisar a relação do fundo público com o aumento do capital, demonstra sua aceitação ao considerar a importância desta relação “na articulação das políticas sociais” como assinala Salvador (*apud* BOSCHETTI *et al.*, 2010, p. 35):

O fundo público ocupa um papel relevante na articulação das políticas sociais e na sua relação com a reprodução do capital. A presença dos fundos públicos na reprodução da força de trabalho e gastos sociais é uma questão estrutural do capitalismo (OLIVEIRA, 1998). Existe uma miríade de formas e gastos sociais e de financiamento, incluindo a questão da manutenção e da valorização dos capitais pela via da dívida pública. A formação do capitalismo seria impensável sem a utilização dos recursos públicos. (SALVADOR, *apud* BOSCHETTI *et al.*, 2010, p. 35).

Todavia o governo, que tem a responsabilidade de gerir o dinheiro público em prol da sociedade, ao usar o erário para financiar especialmente as instituições financeiras “quebradas”, seja pela incompetência de seus dirigentes ou por desvios de dinheiro alicerçados pela corrupção, alterou as políticas sociais em desfavor e à custa do sacrifício do cidadão trabalhador, pagador dos impostos e alimentador da máquina financeira estatal.

As políticas sociais historicamente surgiram das lutas das classes trabalhadoras na década de 40, provenientes da crise mundial de 1929, e contribuíram para formação de um padrão universal de políticas sociais nos países do capitalismo central, do qual o Brasil faz parte (MARSHALL, 1967). Diante disso, a reflexão de Boschetti (2010, p. 68) se traduz da seguinte forma:

[...] a compreensão de que a universalidade das políticas sociais e a ampliação dos direitos se deram no confronto de forças sociais em disputa entre uma determinada perspectiva social democrática de gestão da crise de 1929 e uma perspectiva de luta coletiva organizada da classe trabalhadora para a ampliação dos direitos e melhoria das condições de vida e de trabalho [...] significa reconhecer que os direitos sociais são capitalistas e sua ampliação não assegura a emancipação humana, mas podem contribuir para criar as condições materiais para a melhoria das condições de vida.

Quando se fala em políticas sociais no Brasil, são apontadas duas questões básicas: **o problema da dívida pública** que sempre provocou, pelo seu custo de despesas e juros, um rombo no orçamento - comprometendo os recursos que deveriam ser canalizados para as políticas públicas e sociais tão necessárias e tão relegadas, especialmente a seguridade social – e a **acentuada especulação financeira**, favorecendo o sistema bancário brasileiro. Segundo Boschetti (2010, p. 64-65), não se conhece ainda a totalidade das consequências da crise que os países capitalistas enfrentam desde 2008, a despeito do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ter afirmado publicamente ser uma “marolinha”:

[...] o que significa dizer que seus efeitos não seriam devastadores como ocorreu em outras partes do mundo, já temos elementos suficientes para atestar que tal afirmação foi, no mínimo, descontextualizada e desprovida de anteparo na realidade. (BOSCHETTI, 2010, p. 64-65).

Ainda considerando as políticas sociais existentes, há muito que se instituir e trabalhar em benefício dos pobres e excluídos, conceito que, conforme Castel (in CASTEL *et al*, 2010), inclui o desempregado de longa duração, o jovem da periferia, o cidadão sem domicílio fixo e outros em situação de vulnerabilidade social. Em uma análise da sociedade francesa, dentre diversos outros, Castel destaca dois tipos de excluídos, que também são identificados em outras sociedades:

Eis dois exemplos de “excluídos”, mas poder-se-ia multiplicá-los. O que eles têm em comum? Um trabalhou e foi socializado pelo trabalho; o outro jamais conheceu um trabalho regular, suas opressões e suas solidariedades. O desempregado de longa

duração sufocado pelo peso de uma vida puramente privada e o jovem inativo que lança sua vida ao vento. Um é espreitado pela depressão e talvez pelo suicídio; o outro pela delinquência, a toxicomania e talvez a Aids. Eles não têm nem a mesma trajetória, nem a mesma vivência, nem a relação com o mundo, nem o mesmo futuro (CASTEL, 2010, p. 24).

No que se refere ao emprego do termo “exclusão social”, Castel desenvolve críticas quanto ao uso desse conceito para definir todas as modalidades de miséria do mundo, que denominou de “armadilhas da exclusão”. O autor propõe a substituição do conceito de exclusão por “desfiliação social” para mostrar o resultado do processo de mudança da transição da integração para a vulnerabilidade:

Falar em termos de exclusão é rotular com uma qualificação puramente negativa que designa a falta, sem dizer no que ela consiste nem de onde provém. [...] O mesmo poderia ser dito do discurso da exclusão: de tanto repetir a ladainha da ausência, oculta-se a necessidade de analisar positivamente no que consiste a ausência (CASTEL, 2010, p. 25).

O vocábulo proposto é um neologismo nos idiomas francês e português e refere-se a um processo sucessivo de rupturas dos laços sociais que provoca o sentimento de não pertencimento à sociedade; o autor ainda destaca o risco de que o círculo vicioso se repita de forma indefinida:

“O destino dos “excluídos” define-se, essencialmente, antes que se fragilize. Se nada de mais profundo for feito, a “luta contra a exclusão” corre o risco de se reduzir a um pronto-socorro social, isto é, intervir aqui e ali para tentar reparar as rupturas do tecido social” (CASTEL, 2010, p. 32).

De acordo com a visão do autor, diante dos desafios e da necessária transformação social para a construção de uma sociedade democrática e, face às forças autoritárias reinantes na estrutura do poder, a busca da mudança deve ser de todos, através do envolvimento em ações coletivas para a inclusão dos excluídos, de forma a restabelecer sua dignidade; além do emprego e renda, garantir também o acesso à moradia, à educação, a saúde, aos serviços sociais e a outros direitos universais e constitucionais. Para que a mudança social ocorra, é preciso a ampliação de políticas sociais para que se obtenha resultados rápidos, face à existência de uma grande parcela da população vivendo em situação de penúria por diversas razões: descaso do governo, desvio de recursos destinados que nunca chegam aos ditos beneficiários ou por parte da sociedade civil estar voltada para si mesma, em franca aceitação da desigualdade social como uma situação normal, mesmo diante das necessidades sociais não supridas.

Há que se ressaltar o importante papel da assistência social, em especial nas áreas de Educação, Saúde e outras no âmbito das políticas públicas setoriais, destacando-se que muitas vezes são vistas como gastos desnecessários para os cofres públicos. Nesse contexto merece destaque a citação de Pereira e Stein ao abordarem a *universalidade* da política social vinculada à ideia de direitos iguais, preconizada pela própria constituição federativa nacional:

[...] uma razão histórica fundamental para a adoção do princípio da universalidade tem relação direta com o objetivo democrático de não discriminar cidadãos no seu acesso a bens e serviços que, por serem públicos, são indivisíveis e deveriam estar à disposição de todos. Não discriminar, por esta perspectiva, significa não estabelecer critérios desiguais de elegibilidade que humilhem, envergonhem, estigmatizem e corrompam o status de cidadania de quem precisa de proteção social pública. Significa também não encarar a política pública (especialmente a assistência social) como fardo governamental ou desperdício a ser cortado a todo custo (PEREIRA e STEIN *apud* BOSCHETTI *et al.*, 2010, p.111).

Outro fator importante relacionado às políticas sociais refere-se ao surgimento da sociedade civil na qualidade de auxiliadora do Estado, na América Latina no final da década de 1990 e início de 2000. Suprindo a falta deste, porém com força de transformação na implantação de projetos políticos abrangentes e na proteção de direitos por meio do cumprimento efetivo de ações sociais, representadas também pelo chamado Terceiro Setor, com a utilização de recursos públicos e privados para a execução de políticas assistencialistas. Há uma contradição inerente a essa realidade: embora ofereçam assistência e atendam necessidades dos “vulneráveis”, sua ação não gera um dinamismo de superação da pobreza e autonomia dos sujeitos no processo. Nessa direção vale destacar a abordagem de Simionatto sobre o tema, ao se referir ao processo ocorrido nos anos 90:

[...] o descrédito do Estado e das instituições de representação coletiva, associados ao quadro de dilaceramento das esquerdas, foi determinante para que os olhares se dirigissem à sociedade civil. Movimentos sociais vinculados a valores, ideias e propostas combativas em décadas anteriores, associações de ordem diversa como o voluntariado, grupos filantrópicos, cooperativas e organizações não governamentais (ONGs) foram proclamados como sujeitos políticos plenamente capazes de conferir “voz e vez” às classes subalternizadas (SIMIONATTO, *apud* BOSCHETTI *et al.*, 2010, p. 153).

Um dos graves problemas ainda persistentes no Brasil é que as políticas sociais em discursos e propagandas de governos não se refletem nos orçamentos e nem

sempre são suficientes para realizar um trabalho mais integral de atendimento às necessidades da sociedade e, conseqüentemente, para executar políticas sociais de qualidade adequada. A insuficiência de recursos para projetos sociais também se reflete no âmbito das iniciativas da Sociedade Civil, cujos orçamentos, de modo geral, são limitados pelas próprias políticas governamentais; na outra ponta o potencial de apoio financeiro à atuação social, relativa à iniciativa privada, também se percebem claros problemas: facilmente aceitam apoiar projetos para “dar comida para os mais pobres”, mas não aprovam projetos de formação para a cidadania e exercício de liderança política.

Um dos pontos nebulosos nesse contexto é o papel desempenhado pelas ONGs diante da ineficiência na fiscalização do governo, espaço que permitiu a criação de entidades e fundações para desvio de recursos públicos, incorrendo no desvirtuamento da finalidade de sua aplicação em políticas sociais para o benefício da população carente.

Saliente-se que o segmento apresentou alta taxa de crescimento durante alguns anos, em especial no período de 2002 a 2006 nas áreas não relacionadas diretamente àquelas consideradas imunes pela Constituição Nacional (Educação, Saúde e Assistência Social), em razão de novas possibilidades legais potenciais, embora no período posterior - 2006 a 2010 o maior crescimento tenha sido observado nas entidades registradas como atuantes nas áreas de Educação infantil e Educação profissional (IBGE, 2012). Um exemplo do interesse no período anterior citado é a possibilidade da qualificação como OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - que trouxe vários novos benefícios para as entidades, em especial: a permissão de remuneração de dirigentes em padrões compatíveis com o mercado, a possibilidade de obtenção de recursos privados empresariais com dedução no imposto de renda devido e do recebimento de bens móveis considerados irrecuperáveis; firmar termo de parceria (convênio simplificado) com o Poder Público e receber bens apreendidos, abandonados ou disponíveis administrados pela Secretaria da Receita Federal. (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2009).

Atualmente as exigências estabelecidas pelo governo impedem o crescimento de ONGs, bem como os critérios de fiscalização mais eficientes através de auditorias periódicas acabam por acarretar o descredenciamento de organizações que não cumprem ou não cumpriram à sua finalidade. Por outro lado, mesmo as organizações sérias, que poderiam se beneficiar dos recursos públicos no atendimento de sua missão, estão sujeitas a procedimentos burocráticos nem sempre de conhecimento de seus dirigentes e equipes, como a obrigatoriedade de registros institucionais, de propostas de ação e prestação de contas de projetos em sistemas eletrônicos com critérios específicos. Um exemplo é o CNES - Cadastro Nacional de Entidades de Utilidade Pública, registro ao qual estão condicionadas as organizações certificadas pelo Ministério da Justiça (Utilidade Pública Federal, OSCIP e Organizações Estrangeiras); outro exemplo é o SICONV – Sistema de Convênios do Governo Federal, meio atual de registro das entidades para a formalização desse tipo de acordo com órgãos públicos integrantes da estrutura federal.

Simionatto (*apud* Boschetti *et al*, 2010, p. 170) faz referência à análise de Boito, Galvão e Marcelino (2009) de que a participação da sociedade civil no Brasil, caracterizada desde os anos 80 pela criação de instituições que provocaram grande movimentação popular e greves em vários setores, como a CUT (Central Única dos Trabalhadores), o PT (Partido dos Trabalhadores) e o MST (Movimento dos Sem Terra), sofreu retrocesso na década de 1990, diante da política assumida pelos diferentes governos e pela pressão internacional. Destaca ainda (*apud* Boschetti *et al*, 2010, p. 170-171), que “embora o início dos anos 2000 possa ser caracterizado como um período de acomodação política dos movimentos operário e popular, isso não denota, contudo, o desaparecimento das lutas sociais” (*opus cit*).

Merecem destaque as mobilizações de lutas contra o modelo capitalista neoliberal, como o Fórum Social Mundial (FSM) e os movimentos sociais organizados, por exemplo, o MST, Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) e diversos movimentos de protesto, greves, atos públicos, ocupações do setor público e privado, demonstrando a luta da sociedade civil, embora com o governo Lula, vários movimentos sociais como a CUT, o MST e

movimento estudantil, ao receberem as benesses do dinheiro público, diminuíram sua participação nas bases políticas anteriores.

Ressalte-se que os direitos sociais dispostos no artigo 6º da Constituição Federal de 1988 traduzem a igualdade de condições e valorização da diversidade humana, porém não são aplicados em sua essência em benefício do cidadão. Grande parcela da população encontra-se em situação de vulnerabilidade sociocultural, acarretando a desigualdade de oportunidades, como no acesso às universidades, ao mercado de trabalho, e na isonomia salarial, dentre outras. Sobre a igualdade de oportunidades e sua relação com o capitalismo, o estudo de Santos (2005, *apud* BOSCHETTI *et al.*, 2010, p. 189) identifica uma nefasta capacidade de adaptação:

[...] é preciso considerar que a sociedade capitalista, por se constituir numa forma de organização da vida social que se caracteriza pela subordinação de todos os valores humanos aos ditames da acumulação do capital e sua exigência de lucro, torna-se flexível, ora aprofundando a opressão, ao dissimular suas manifestações, ao mesmo tempo em que no cotidiano desrespeita os indivíduos com discriminação e preconceitos e ignora, na lei, os sujeitos oprimidos, ora regulando-a.

Mesmo considerando o investimento nacional nos últimos dez anos, no que se refere às desigualdades e à questão social, as realizações públicas ainda estão longe de resolver a grande problemática que envergonha o país, colocando-o dentre países empobrecidos sem estrutura e sem riquezas naturais ou tecnológicas (ao contrário do Brasil), como algumas nações do Continente Africano e da América do Sul, restando muito a fazer em larga escala, buscando a solução de forma responsável, séria e respeitosa com o cidadão e o dinheiro público.

A questão social na América Latina é objeto de citação e reflexão nos escritos de Wanderley, que aborda o problema social face à globalização, considerando a realidade histórica da sociedade no contexto latino-americano, cujas origens estão ligadas às características indígena, nacional, negra, rural, gênero e operária. Para Wanderley (2010, p. 62-63), o fundamento da questão social nos países latino-americanos se funda nas visões tradicionais desde o descobrimento, advindas das grandes desigualdades e injustiças, concentração de riquezas nas classes dominantes e determinados setores, com acentuada ampliação da pobreza,

crescente na mesma proporção de incorporação do capitalismo pelas citadas sociedades:

A questão social, nessa perspectiva, vem adquirindo novas modalidades, nos últimos tempos, por força das mudanças profundas que estão acontecendo nas relações entre capital e trabalho, nos processos produtivos, na gestão do Estado, nas políticas sociais, e pelo chamado “princípio da exclusão”, que se concretiza tanto da parte dos excluídos do processo produtivo, do trabalho assalariado, quanto da parte dos excluídos pela origem étnica, pela identidade cultural, pelas relações de gênero (WANDERLEY, 2010, p. 62-63).

O autor destaca que, embora organismos como Banco Mundial e FMI - Fundo Monetário Internacional - tenham apresentado políticas e medidas de combate à pobreza, as mesmas não resultam em soluções expressivas para os casos mais graves da questão social, na medida em que “o processo tem contribuído para trazer efeitos sociais ainda mais perversos, precarizando a situação dos ‘incluídos’ e aumentando o número dos ‘excluídos’” (WANDERLEY, 2010, p. 73).

A constatação da profundidade e gravidade da questão social é visível constantemente, se reflete nas desigualdades sociais, demonstradas nas mais diversas formas de pobreza, miséria, desemprego, desigualdade de renda, exclusão social e nos direitos solapados, dentre outros exemplos. Diante da grande problemática da questão social, em especial do caso brasileiro, há que se considerar que várias iniciativas e políticas sociais foram introduzidas pelos governos nas suas respectivas esferas, porém ainda não são suficientes para atender à grande demanda da população carente.

Nesse contexto, é importante tecer considerações sobre o município de São Paulo, onde vários bairros são bem distantes do centro da cidade, formados por meio do crescimento de loteamentos e da ocupação do solo ilegais, com larga escala de migração, evidenciando grande concentração de pobreza urbana, com severas interferências no meio ambiente, sem saneamento e outros aspectos de infraestrutura básica para a vida da população local.

As grandes cidades têm sido vistas pelas famílias pobres como um local capaz de propiciar melhoria na qualidade de vida, o que não condiz com a realidade perversa dos grandes centros, onde indivíduos vagam em busca de trabalho e condições de

moradia dignas e acabam por morar em favelas ou aglomerados e sobreviver com subempregos. De forma geral, as políticas e a gestão pública acabam sendo concentradas nos grandes centros, beneficiando os ocupantes destas áreas e não os residentes na periferia.

A cidade de São Paulo, como megacidade, enfrenta todo tipo de problemas advindos do crescimento desordenado e urbanização precária, culminando em relevante situação de pobreza, desigualdade, exclusão, violência, etc., profundas e acentuadas, o que provoca dificuldades para uma gestão pública eficaz:

As megacidades – aglomerações enormes com mais de 10 milhões de habitantes, aí inclusa a cidade de São Paulo – concentram o melhor e o pior. Por uma parte, as funções superiores direcionais, produtivas e administrativas de todo o planeta; o controle da mídia; a política do poder; a capacidade simbólica de criar e difundir mensagens; por outra parte, as periferias; a pobreza urbana, os guetos de imigrantes; a criminalidade, etc. (WANDERLEY, *apud* RAICHELIS e WANDERLEY, 2009, p. 54).

Wanderley (*apud* RAICHELIS e WANDERLEY, 2009, p. 10-11) questiona se o município de São Paulo deveria ou não ser classificado no modelo de *cidade global*, apontando alguns indicadores favoráveis pelos defensores desse modelo, tais como: circulação do capital financeiro, sedes de bancos e empresas internacionais, local de realização de feiras e eventos mundiais, bolsa de valores e grau de investimentos, turismo de negócios, especialização de empregos em negócios financeiros, amplo aeroporto, etc., sendo essas citações meramente indicativas dos vários quesitos das cidades globais. Para o autor, estudiosos locais discordam em considerar São Paulo como cidade global em razão dos indicadores utilizados não refletirem a realidade, na medida em que são sustentados por interesses de setores do governo e segmentos da sociedade civil com interesses financeiros e não sociais, como empresas, setor imobiliário, etc. Wanderley (*op. cit.*) destaca a incompatibilidade entre os indicadores de pobreza, desigualdade e segregação na cidade de São Paulo e a identificação de *cidade global*:

Ela vivencia, historicamente, problemas de toda a ordem, típicos da colonização, industrialização e urbanização que a identificam, ademais de causas históricas e estruturais que a condicionaram por séculos, como as demais cidades no continente latino-americano que permanecem recorrentes. Ao lado dos elementos que estão sendo destacados no sentido de sua convergência com o perfil que alguns autores propõem para a identificação de uma cidade global, a cidade paulistana mostra situações de pobreza, desigualdade, exclusão e violência espantosas. Considerando que outras cidades pelo mundo, em situação de desenvolvimento, também apresentam dados

marcantes nesses pontos, São Paulo, de certa forma, potencializa-os, o que levanta questões relevantes sobre o seu futuro e amplia as dificuldades de uma gestão pública eficiente (WANDERLEY, *apud* RAICHELIS e WANDERLEY, 2009, p. 69-70).

Nesse cenário e fazendo parte do município de São Paulo, está inserida a região de Anhanguera/Perus, foco deste estudo, distante cerca de 40 quilômetros do centro da cidade, com visíveis situações de pobreza urbana e políticas públicas que não atendem a toda a demanda da região, refletindo e ampliando as desigualdades sociais.

1.2. Fundamentos e conceitos de Política Social

Elaine Rossetti Behring, na obra "*Política Social: fundamentos e história*" (BEHRING e BOSCHETTI, 2006, *apud* BEHRING e BOSCHETTI, 2011), traz um importante contributo à reflexão sobre o tema abordando seus fundamentos e história, base deste estudo, a análise sobre política social e método, capitalismo, liberalismo e origens da política social, em especial no Brasil contemporâneo. Inicialmente, a autora apresenta a política social como processo, destacando suas intercorrências históricas:

Queremos pensar política social como processo inscrito na história, com seus momentos de reflexão, de rupturas e continuidades e que implicaram também mudanças conceituais, com fortes repercussões para a política social (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 22).

Ao utilizar o enfoque processual, a autora remete aos conceitos, métodos e matrizes teórico-metodológicas do pensamento social e foi adotada, neste estudo, como base teórica para a análise de política social, a matriz do materialismo histórico e dialético. Não são analisadas as três matrizes teórico-metodológicas citadas, mas diante do marco teórico adotado, adota-se uma breve síntese de seu posicionamento sobre a perspectiva funcionalista e a contribuição da tradição marxista para o tema.

1.2.1. Política Social Neoliberal

A matriz da política social neoliberal tem como referência Émile Durkheim, conhecido como “Pai da Sociologia”, que inicia seu texto clássico contra o senso comum abordando a natureza questionadora do processo científico: “o objetivo de toda ciência é descobrir, e toda descoberta desconcerta mais ou menos as opiniões formadas”. (DURKHEIM, 1987, *apud* BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p.27).

Na concepção de Durkheim os processos sociais são coisas, ou seja, eliminam os sujeitos do processo do conhecimento; trata-se de método com perspectiva funcionalista, no qual o objeto se sobrepõe ao sujeito. Neste caso, metodologicamente se tratam os processos sociais como fatos sociais – coisas que se equiparam à natureza. Para o autor, os sujeitos são retirados do processo de conhecimento, concepção sempre regida pelo sistema econômico neoliberal (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 26-27).

Em sua concepção, propõe conhecer o funcionamento de fenômenos sociais, buscando as causas que os produzem e as funções que desempenham – resultado socialmente útil:

O que é preciso determinar é se há correspondência entre fatos considerados e as necessidades gerais do organismo social, e em que consiste esta correspondência, sem se preocupar em saber se ela é intencional ou não. Todas essas questões de intenção são, além do mais, muito subjetivas para serem tratadas cientificamente (DURKHEIM, 1987, *apud* BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 29).

Behring se utiliza do pensamento de Durkheim para analisar a completude entre o todo e as partes nas sociedades, considerando que o foco da comunidade se sobrepõe ao do indivíduo:

[...] portanto para Durkheim, é na natureza da própria sociedade que se deve buscar a explicação da vida social, partindo do pressuposto de que nesta o todo não é igual à soma das partes, mas constitui um sistema com características próprias, cujo movimento ultrapassa os estados de consciência dos indivíduos, e se explica em função das condições do “corpo social” no seu conjunto. As causas dos fatos sociais são, portanto, encontradas entre os fatos sociais interiores, e sua função estará relacionada a um final social, e nunca aos estados de consciência de indivíduos (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 29).

Behring analisa nesta perspectiva, uma desconexão entre o organismo social e suas normas sociais e a necessidade de recuperar aspectos sociais relevantes, fragmentados e desconstruídos ao longo dos tempos:

[...] trata-se, na atualidade, de um resgate dessa perspectiva analítica para descrever a “desorganização” do capitalismo contemporâneo, a “nova” questão social e os também “novos” formatos de coberturas da política social diante da crise do modelo anterior de regulamentação e de consciência coletiva, no contexto do colapso das instituições que “harmonizavam” a sociedade, em especial da relação salarial (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 30).

Adota-se, neste estudo, a posição da autora de que esta perspectiva exige urgente crítica, “*apontando os limites de suas soluções metodológicas, que tem implicações para o desvelamento dos processos sociais*” (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 38-39) e optou-se pela matriz da crítica-dialética por considerar ser a mais adequada para encontrar os elementos necessários para a superação da matriz neoliberal.

1.2.2. Política Social de tradição marxista

A visão de política social atual não é a mesma dos tempos de Marx, no entanto suas abordagens com base nas transformações sociais ocorridas na sociedade burguesa e seu movimento de produção e reprodução ainda sinalizam que a desigualdade social está estruturalmente atrelada às relações sociais (MARX, 1988; MARX, 1997).

A tradição marxista contribuiu para a análise das transformações ocorridas no século XX, fase à dinâmica da economia e da política, trazendo à análise sobre o significado de política social com ampliação e limites, no cenário do capitalismo passado e presente. A concepção de Marx explica a relação entre o sujeito e o objeto, em razão de ambos estarem situados em determinado momento de uma determinada realidade social como exigência para o estudo de um fenômeno como resultado concreto de um acontecimento.

Behring aponta o método crítico-dialético como alternativa de análise no surgimento e desenvolvimento de políticas sociais de forma a garantir o bem estar e justiça social no contexto capitalista:

[...] o método crítico dialético traz uma solução complexa e inovadora do ponto de vista sujeito-objeto: uma perspectiva relacional, que foge ao empirismo positivista e funcionalista e ao idealismo culturalista. (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 36).

Sob a perspectiva de tal método Behring e Boschetti buscam a apreensão da política social a partir da contribuição metodológica de Marx:

A análise das políticas sociais se dá como processo e resultado de relações complexas e contraditórias que se estabelecem entre Estado e a sociedade civil, no âmbito dos conflitos e luta de classes que envolvem o processo de produção e reprodução do capitalismo (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 36).

Na abordagem de política social sob o ponto de vista da relação sujeito/objeto, Behring e Boschetti (2011, p. 38-39) revelam a existência de “um sujeito ativo, inquieto, que indaga o objeto, procurando extrair o que se passa nele, seu movimento real”. Portanto, para Behring ao realizar a análise da política social pela tradição marxista, se elimina a neutralidade entre sujeito e objeto, historicamente situados e relacionados, sendo necessário reconhecer tal relação para determinar as visões sociais de mundo imanentes.

O método adotado por Marx ainda contempla a aproximação e a apropriação do sujeito pelas características do objeto, através dos processos sociais situados ao longo da história.

O método, na perspectiva marxiana, não se confunde com técnicas ou regras intelectivas [...] é uma relação entre sujeito e objeto que permite ao sujeito aproximar-se e apropriar-se das características do objeto. Deste modo, o conhecimento não é absoluto, mas é possível apreender as múltiplas determinações dos processos sociais historicamente situados, porque o ser social se objetiva – a sociabilidade é objetivação. (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 39).

Segundo Behring, a análise marxista não fica na superfície dos “fatos”, ela procura ir à essência do fenômeno; dessa forma, as políticas sociais não são apenas expressão “*fenomênica*”, há um movimento social a ser captado. “O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde [...], por isso fazemos uma aproximação a partir de certos ângulos e aspectos que captam o fenômeno de “modo parcial”:

Desse modo as políticas sociais não podem ser analisadas somente a partir de sua expressão imediata como fato social isolado. Ao contrário, devem ser situadas como expressão contraditória da realidade, que é a unidade dialética do fenômeno e da essência (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 39).

O fenômeno aparentemente indica algo que não é ele mesmo, mas sua essência, que deve ser considerado naquele momento histórico e de acordo com sua significação sobre si mesmo e sobre o contexto:

Assim, descobrir a essência dos fenômenos, na perspectiva crítico-dialética, pressupõe situá-los na realidade social sob o ponto de vista da totalidade concreta que, antes de tudo, significa que cada fenômeno pode ser apreendido como um momento da totalidade. Um fenômeno social é um fato histórico na medida em que é examinado como momento de um determinado todo e desempenha uma função dupla: definir a si mesmo e definir o todo, ser ao mesmo tempo produtor e produto, conquistar o próprio significado e ao mesmo tempo conferir sentido a algo mais (SWEETZY, 1983, apud BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 40).

As autoras ponderam e alertam acerca da complexidade da realidade, suas dimensões e relações entre os fatores econômicos e as políticas sociais, especialmente as determinadas pela estrutura econômica vigente:

[...] o estudo das políticas sociais deve considerar sua múltipla causalidade, as conexões internas, as relações entre diversas manifestações e dimensões. Do ponto de vista histórico, é preciso relacionar o surgimento da política social às expressões da questão social que possuem papel determinante em sua origem (e que, dialeticamente, também sofrem efeitos da política social). Do ponto de vista econômico, faz-se necessário estabelecer relações da política social com as questões estruturais da economia e seus efeitos para condições de produção e reprodução da vida da classe trabalhadora. Dito de outra forma, relaciona as políticas sociais às determinações econômicas que, em cada momento histórico, atribuem um caráter específico ou uma dada configuração ao capitalismo e às políticas sociais, assumindo, assim, um caráter histórico-estrutural. Do ponto de vista político, preocupa-se em reconhecer e identificar as posições tomadas pelas forças políticas em confronto, desde o papel do Estado até a atuação de grupos que constituem as classes sociais e cuja ação é determinada pelos interesses da classe em que se situam (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 43).

Resumindo, ao considerar que “... estas dimensões – história, economia, política e cultura – não podem e nem devem ser entendidas como partes estanques que se isolam ou se complementam, mas como elementos da totalidade, profundamente imbricados e articulados.” Behring (2011, p. 43), remete, novamente, à complexidade do fenômeno social e alerta sobre o risco de análises segmentadas da política social. Os elementos histórico, econômico, político e cultural são referências que ajudam a compreender o sentido das políticas sociais e permitem identificar tanto as determinações econômicas quanto as relações de poder, de coerção e ameaça,

legal e politicamente sancionadas, que determinam os limites e o grau de “bem estar social” que a política social tem condições de produzir no âmbito do capitalismo. Por outro lado, são indicações que permitem observar as contradições e os movimentos objetivos e subjetivos que compõem esse processo e situar a política social no contexto dos projetos societários, em especial seu lugar na agenda contra-hegemônica dos movimentos sociais.

De acordo com essa concepção, é importante perceber as forças políticas que se organizam no âmbito da sociedade civil e interferem na configuração da política social, de modo a identificar sujeitos coletivos de apoio a um projeto de transformação social, alimentando as forças sociais em movimentos sociais de defesa dos empobrecidos e excluídos. Contudo, numa visão mais radical, a política social que se gesta e se desenvolve dentro do “sistema capitalista” não é a solução definitiva, mas pode ser parte de um processo de mediação para um projeto de sociedade mais equitativa.

O foco deste estudo não é o aprofundamento em teoria de política social nem tem a pretensão de esgotar os conceitos formulados por Behring (perspectivas funcionalista e marxista); o intuito é elucidar os elementos fundamentais considerados na análise, à luz de sua concepção:

- 1) A política social é entendida como processo e mediação, ou seja, ela se constrói no âmbito coletivo e ao mesmo tempo assume o papel de mediação entre os atores. O processo vivido como movimento social vai se aprofundando e aperfeiçoando a política social.
- 2) Neste processo da construção da política social as pessoas vivenciam a atuação como sujeitos sociais, em contínuo processo de emancipação, ou libertação.
- 3) As pessoas vivem o processo na organização/participação dos movimentos sociais, o que se constitui em aprendizado individual e coletivo.
- 4) Para avançar, esta experiência de construção e aprendizado deve passar pela atitude de autocrítica e crítica-histórica às políticas sociais.

No escopo deste estudo, consideramos que o foco da política social deve estar nos sujeitos sociais, fundado na visão que supera os limites de verificação da eficácia da

solução de problemas sociais sem assegurar justiça social e equidade. No tópico seguinte serão apresentados alguns elementos sobre a evolução da pobreza no Brasil, que contribuem para identificar a realidade da política social brasileira, seus avanços e seus limites.

1.3 A evolução da pobreza no Brasil

A pobreza certamente tem ampla definição, abrangendo diversos estados de necessidades, escassez ou mesmo total falta de recursos materiais; em resumo, a pobreza abrange as situações de carência e necessidades em que o indivíduo não consegue sustentar um nível mínimo de vida de acordo com as referências sociais vigentes em cada época ou cenário histórico.

No Brasil tivemos recentemente uma relativa diminuição da pobreza - embora não represente substancial diminuição da desigualdade social brasileira - que se evidencia pelo efeito produzido pelas transferências de renda, como o Programa Bolsa Família, que contempla famílias pobres que atendem aos requisitos estabelecidos para o recebimento do benefício. Ao estabelecer critérios que não são atendidos por todas as famílias, é possível que milhares de pessoas em situação de vulnerabilidade não estejam incluídas nesse benefício, mantendo a situação de desigualdade e pobreza sem mensuração, em razão da limitação dos indicadores atualmente estabelecidos.

Outro aspecto relevante é a necessidade de questionar e avaliar como estão vivendo milhares de pessoas que se considera terem saído da situação de pobreza, face aos benefícios de transferência de renda e se, de fato, existe um acompanhamento efetivo para mensurar a continuidade e manutenção da melhoria da situação desse grande contingente populacional, de forma a garantir avaliações mais precisas.

Não se pode considerar isoladamente o efeito dos programas de transferência de renda; outras ações do governo também contribuíram para a melhoria social no

Brasil, como a continuidade da estabilidade monetária, a elevação da expansão econômica, o empenho nas políticas públicas econômicas como a valorização do real e do salário mínimo e a ampliação do crédito popular. Contudo, a justificativa para aplicação das políticas públicas com o intuito de minimizar a pobreza no Brasil tem por base o argumento fundamentado por Soares e Souza (2011), que destaca que os métodos aplicados são de natureza política, escapando de uma real discussão para obtenção de resultados próximos da realidade:

Como o Brasil nunca adotou oficialmente uma linha oficial de pobreza ou de pobreza extrema, defendemos que a linha de pobreza extrema seja “político administrativa” expressa em unidades de renda domiciliar *per capita* mensal. Isso porque mesmo quando a linha de pobreza é definida empiricamente, por um método que prometa “objetividade”, muitas das decisões necessárias para obtê-la são de natureza política, e sob o manto de cientificidade desses métodos os pesquisadores podem tomar decisões que deveriam ser objeto de discussão. Não é problema que pesquisadores, ao conduzir suas pesquisas, tomem as decisões de acordo com a forma que consideram mais correta para medir a pobreza. Mas, no âmbito da política pública, suas percepções sobre a pobreza e suas decisões normativas não podem substituir as que advêm do consenso possível consubstanciado, por exemplo, nas linhas de pobreza administrativa estabelecidas para definir a elegibilidade para programas de assistência social e complementação de renda. (OSORIO; SOARES e SOUZA, 2011, p.10).

É patente que a situação social no Brasil teve e tem avanços para a população, demonstrada nos tradicionais indicadores de desigualdade, pobreza, educação e acesso à saúde, dentre outros; porém existe longa trajetória de necessidade de ampliação das políticas públicas, direcionadas não só para a sobrevivência do indivíduo, mas que este possa usufruir dos recursos sociais de forma a viver dignamente em sociedade e para se chegar à real justiça social para todos.

1.3.1. Breve histórico da evolução da pobreza e desigualdade brasileira

Nesta abordagem sobre a evolução da pobreza brasileira se enfoca a renda familiar *per capita* no período entre 1970 e 2011, considerando as mudanças econômicas e sociais ocorridas com a implantação de planos econômicos e a potencial melhoria na economia e aumento de renda familiar face aos direitos constitucionais e destinação de recursos públicos para os pobres em períodos distintos. Utilizou-se como fonte principal o texto de Sonia Rocha publicado em 2013, escolhido por conter informações importantes que contemplam dados desde a década de 1970. Essa autora faz a seguinte análise sobre a pobreza no Brasil atual:

Ao longo destes quarenta anos, o país se desruralizou, modernizou e enriqueceu. Pobreza absoluta entendida como não satisfação das necessidades básicas por falta de meios ainda existe, mas com frequência e características diversas daquelas do início dos anos setenta. O Brasil é hoje um país diverso num mundo que também se modificou (ROCHA, 2013).

De acordo com os dados de Rocha (2013), o país passou por distintos períodos e diversas mudanças nas taxas de pobreza, resumidas a seguir:

1970-1980: os dados, coletados a partir dos censos demográficos dos anos extremos do período não demonstram a evolução dessa realidade anualmente; é a fase considerada como do “milagre econômico brasileiro”; com PIB de 8,6% ao ano, elevação do preço do petróleo e crescimento econômico refletindo sobre o aumento da renda das famílias, trouxe grande contribuição para a redução da pobreza, embora com diferenças regionais.

Em 1980 o PIB cresceu 9,2%, ocorreu a expansão econômica e a diminuição da pobreza de 68,45% para 35,3% da população, sendo mais expressiva no sudeste, notadamente em São Paulo. No entanto, nas regiões nordeste, norte e centro-oeste a pobreza aumentou; por exemplo, os pobres nordestinos em 1970 eram 38,5% do total dos pobres brasileiros e passaram para 49,1% em 1980; mesmo com incentivos fiscais e investimentos públicos na região a renda familiar não evoluiu por desqualificação da mão de obra.

A migração da população rural para as cidades também contribuiu significativamente para o aumento da desigualdade, passando tal população de 45% em 1970 para 33,% em 1980, provocando aumento da pobreza, notadamente nos centros urbanos.

1980-1993: devido ao baixo crescimento econômico, da ordem de 1,57% ao ano, houve evolução da pobreza até 1994, com a estabilização econômica do Plano Real. Com a crise econômica em 1981, o crescimento do PIB foi baixo – média de 1,6% ao ano no período de 1980 a 1993 - e a elevação da economia urbana direcionada para o mercado atingiu marcadamente os indicadores de aumento da pobreza, considerando a queda do PIB em 1981, 1983, 1988, 1990 e 1992 e sua recuperação

acima de 7% em 1985 e 1986, quando sobreveio o Plano Cruzado e o controle da inflação. Com isso, a taxa da pobreza de 35% em 1985 caiu para 24% em 1986.

Apesar do insucesso do Plano Cruzado e da volta da inflação, houve queda de 1% ao ano na taxa de pobres no período, pois a crise atingiu menos a renda das áreas mais pobres, o que refletiu na diminuição da desigualdade regional da pobreza: no nordeste a proporção de pobres caiu de 56,5% em 1981 para 45,6% em 1993, enquanto que em São Paulo aumentou de 19% para 22% no mesmo período, devido ao fato dessa megalópole ser um grande centro econômico, sendo sua economia sido fortemente afetada com a queda da produção e do volume de negócios, situação na qual as áreas dinâmicas foram mais influenciadas e as mais pobres menos, diminuindo a desigualdade regional da pobreza local.

Nesse contexto econômico as metrópoles são afetadas pelo aumento de sua população e os pobres que vieram do meio rural também sofrem no processo, pois não podem contar com o auxílio da família ou de sua própria produção, em virtude da migração para os grandes centros urbanos.

Entre 1981 e 1995 em São Paulo o percentual de pobres passou de 22% para 24,5%, e no Rio de Janeiro de 27,2% para 32,7%; a crise econômica afetou as áreas mais modernas, mas a migração continua em razão das grandes carências em suas áreas de origem, o que contribui para a expansão demográfica e empobrecimento das metrópoles, devido ao baixo crescimento econômico.

Outro dado relevante, com relação ao total dos pobres brasileiros é que em 1981 a taxa de pobres nordestinos caiu de 49% para 43% em 1993 e o aumento dos pobres no sudeste ampliou de 30% para 36%, por ser uma região de grande concentração da economia.

A Constituição Federal de 1988, que estabeleceu diversos direitos sociais - saúde, educação, etc. - com fulcro nas mudanças sociais, trouxe avanços e benefícios para os mais pobres, com a disposição dos direitos e garantias fundamentais dispostos no artigo 5º, em especial versando sobre os direitos sociais à educação, saúde,

trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados, dentre outros.

1993-2003: a implantação do Plano Real, efetivada em julho de 1994, que trouxe o controle da inflação e uma queda expressiva nos indicadores de pobreza, caindo dez pontos percentuais logo após a estabilização econômica de julho de 1994, seguindo assim até 1996, ressaltando que em setembro de 1993 a taxa de proporção de pobres era de 30,3% e passou para 20,6% em setembro de 1995.

O Plano Real também proporcionou a eliminação das perdas inflacionárias, menor elevação nos preços dos alimentos, a valorização do câmbio com o controle das importações e melhor renda no setor de serviços - onde os pobres mais se concentram - estabilizando os indicadores de pobreza em torno de 21% até 2003.

Neste período, outros fatores também contribuíram marcadamente para a redução da pobreza, em especial a queda da taxa de crescimento demográfico de 1,9% ao ano no período de 1980 a 1993 para 1,6% entre 1993 a 2003, a valorização do salário mínimo, com correção acima da inflação e sua adoção para o pagamento de benefícios previdenciários e assistenciais, em cumprimento às disposições constitucionais, as ações do governo de transferências de renda, chamados de *novos programas*, como o PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil², o Bolsa Escola³ e o Bolsa Alimentação⁴.

2003-2011: em 2004 o PIB teve um crescimento na ordem de 5,5% ao ano, favorecido pela melhoria na renda das famílias pobres. Os fatores básicos para sustentação na taxa de redução da pobreza foram a abertura do mercado, a

2 O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI – foi criado pelo Governo Federal em 1996 em Mato Grosso do Sul e posteriormente foi alcançando todos os Estados do Brasil, com o objetivo de proteger e retirar crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos da prática do trabalho precoce, resguardado o trabalho na condição de aprendiz a partir de 14 anos, conforme Lei de Aprendizagem (10.097/2000), trazendo significativas mudanças na redução do trabalho infantil, no desenvolvimento físico e psicológico dos beneficiários, no que se refere à melhoria na autoestima das crianças, adolescentes e suas famílias, melhoria na capacidade para a leitura, escrita, entendimento, auxílio na convivência familiar, respeito pelos outros e mudanças positivas de comportamento.

3 O Bolsa Escola federal foi implementado em 2001 pelo Governo de Fernando Henrique Cardoso, consistindo na transferência de recursos para as famílias para a manutenção das crianças na escola, sendo que em 2003 foi englobado no Bolsa Família. (programa mais amplo de transferência de renda criado pelo Governo Federal, que unificou os programas de Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás, visando melhorar a vida das famílias pobres e extremamente pobres do Brasil).

4 Bolsa Alimentação, criado pelo então ministro José Serra, em julho de 2001, voltado para a transferência monetária às famílias carentes como estratégias de aumento de acesso a alimentos, aos cuidados com a saúde e à educação básica, fatores de grande potencial para a redução das desigualdades sociais. Posteriormente foi incorporado ao Bolsa Família.

continuidade da política de valorização do salário mínimo e a ampliação das transferências de renda assistenciais, como o Programa Bolsa Família, criado em outubro de 2003 e suas posteriores ampliações de beneficiários a outros públicos como, por exemplo, aos adolescentes de 16 a 17 anos.

O PIB cresceu à taxa média de 4,5% ao ano e a partir de 2004 foram criados, em média, 1,6 milhões de postos de trabalhos e o ganho médio real sobre o rendimento do trabalho foi de 30%, no período de 2003 a 2011.

Também contribuiu para a redução da taxa de pobreza, embora em menor escala, o pagamento do BCP – Benefício de Prestação Continuada, pago a idosos e pessoas com deficiência, despesas que passaram de 0,38% do PIB em 2003 para 0,6% em 2011, tendo sido pagos, em 2011, 3,86 milhões de benefícios dessa natureza.

Em outra abordagem, de caráter mais econômico, se percebe pelos dados publicados pelo IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – que houve significativa mudança na situação econômica e, conseqüentemente social, de grande parte da população do país.

O gráfico 1 a seguir destaca que, após uma pequena queda do percentual de pobres em 2002, voltando ao patamar anterior no ano seguinte, nas fases posteriores houve sensível declínio até 2008.

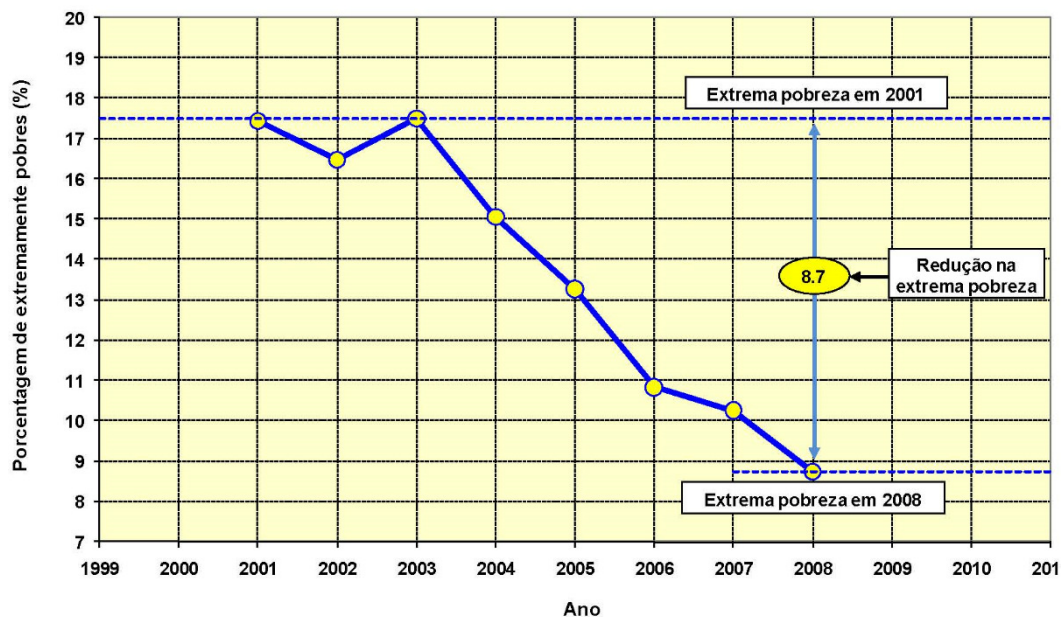


Gráfico 1. Evolução da extrema pobreza: Brasil, 2001 a 2008. Fonte: IPEA (2009).

O mesmo Instituto demonstra, em termos percentuais, que no escopo dos últimos vinte anos, o país conseguiu reduzir, em 2008, para menos da metade o total de pessoas extremamente pobres que se identificava em 1990, conforme mostra o gráfico 2.

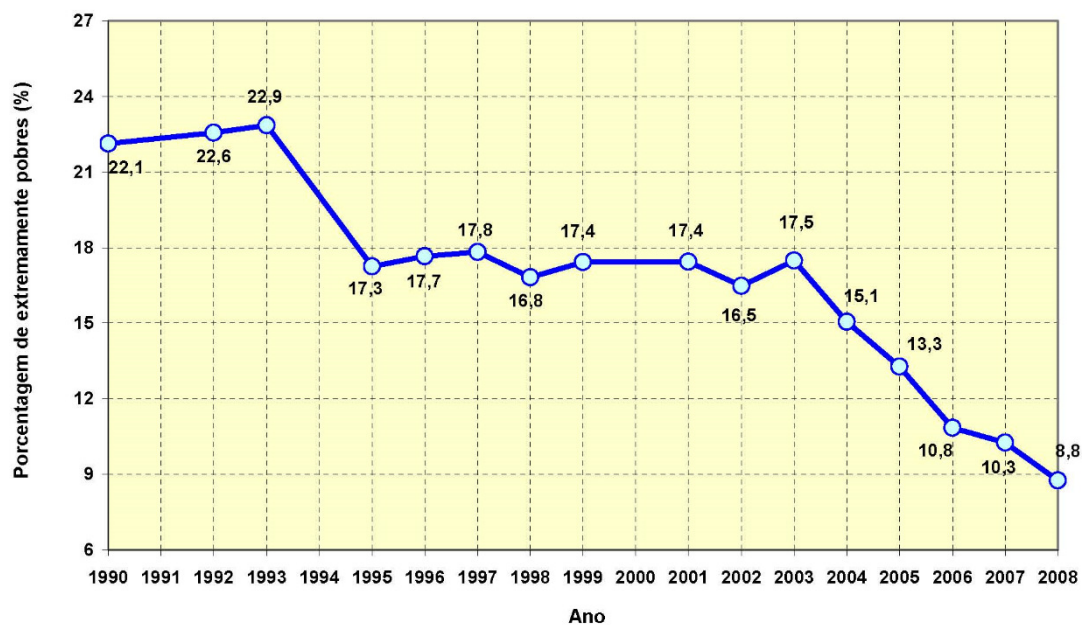


Gráfico 2. Evolução temporal da extrema pobreza: Brasil, 1990 a 2008. Fonte: IPEA (2009).

No que se refere aos usuários dos serviços oferecidos pelo Centro Santa Fé, a população foco do projeto analisado neste estudo, houve uma hipotética diminuição

das necessidades dessa população, no entanto, a ausência de políticas integrais ainda persiste na região (gráfico 3).

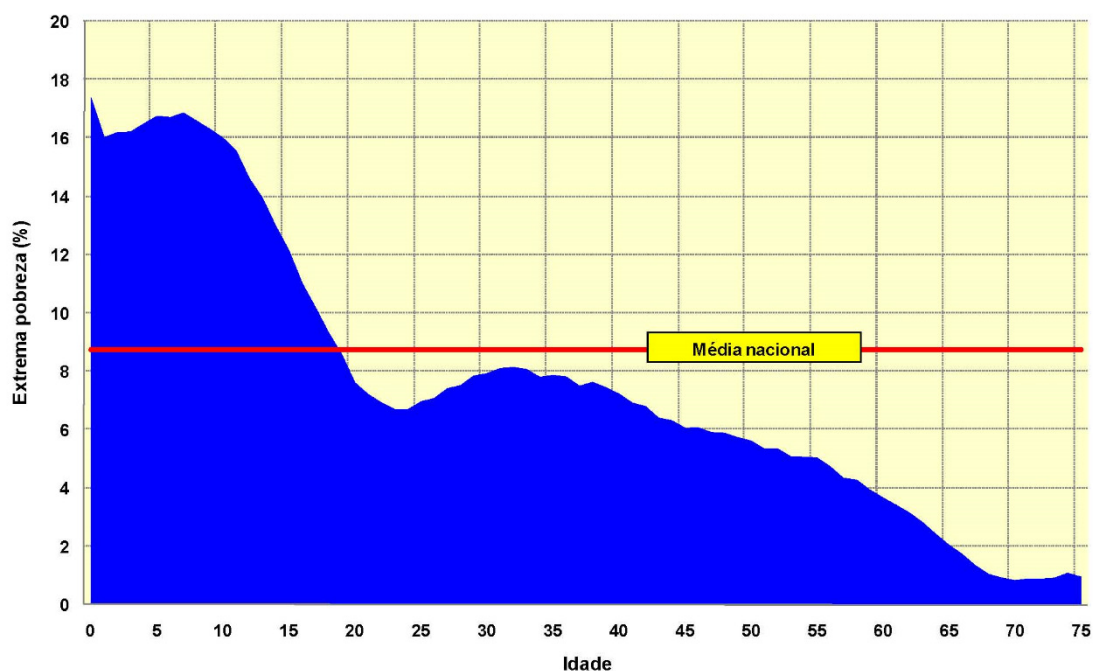


Gráfico 3. Distribuição da população em situação de extrema pobreza por idade em 2008 – Estimativas produzidas com base na PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008). Fonte: IPEA (2009).

Quando analisada a evolução em diferentes dimensões relacionadas a esse público, observa-se que, embora tenha havido redução nos indicadores de pobreza e desigualdade, ainda existe um grande hiato entre o que é oferecido em termos de políticas públicas e as necessidades da população da região analisada, como identificado no capítulo do estudo de caso e como demonstra a tabela 1 a seguir.

Tabela 1. Evolução de outras dimensões da pobreza entre crianças e jovens entre 0 e 17 anos – Brasil – 1992 e 2008.

Indicadores	Pobreza (Probabilidade média)				Desigualdade (Índice de dissimilaridade)			
	1992	2008	Indicador como porcentagem de seu nível atual mantida a velocidade do período	Velocidade do progresso	1992	2008	Indicador como porcentagem de seu nível atual mantida a velocidade do período	Velocidade do progresso
Acesso a serviços habitacionais básicos								
Porcentagem de crianças de 0 a 5 anos que vivem em domicílios sem acesso adequado à água	39	22	0,39	Acelerado	24	13	0,39	Acelerado
Porcentagem de crianças de 0 a 5 anos que vivem em domicílios sem acesso adequado a saneamento	53	34	0,50	Significativo	30	17	0,42	Acelerado
Acesso à informação								
Porcentagem de crianças e adolescentes de 7 a 17 anos que vivem em domicílios sem televisão e telefone	85	19	0,10	Extremamente acelerado	55	10	0,07	Extremamente acelerado
Acesso à educação								
Porcentagem de crianças de 5 a 6 anos que não frequentam a escola	45	12	0,12	Extremamente acelerado	14	4	0,12	Extremamente acelerado
Porcentagem de crianças de 7 a 14 anos que não frequentam a escola	12	2	0,05	Extremamente acelerado	5	0	0,02	Extremamente acelerado
Porcentagem de adolescentes de 15 a 17 anos que não frequentam a escola	37	15	0,23	Extremamente acelerado	13	4	0,16	Extremamente acelerado
Progresso e conclusão educacional								
Porcentagem de crianças de 11 anos que não completaram a 4ª série	69	47	0,55	Significativo	32	13	0,24	Extremamente acelerado
Porcentagem de adolescentes de 15 anos que não completaram o ensino fundamental	85	57	0,54	Significativo	43	20	0,30	Extremamente acelerado
Porcentagem de jovens de 18 anos que não completaram o ensino médio	93	75	0,71	Lento	53	29	0,39	Acelerado
Trabalho precoce e desemprego juvenil								
Porcentagem de crianças de 10 a 14 anos trabalhando	19	7	0,20	Extremamente acelerado	8	2	0,17	Extremamente acelerado
Porcentagem de adolescentes de 15 a 17 anos que buscam trabalho e permanecem desempregados	17	23	1,70	Retrocesso	4	6	1,76	Retrocesso
Vulnerabilidade entre mulheres e jovens								
Porcentagem de meninas de 15 a 17 anos que são cônjuges em alguma família	4	4	0,86	Lento	3	3	0,85	Lento
Porcentagem de meninas de 15 a 17 anos que já são mães	5	5	1,17	Retrocesso	2	2	1,00	Lento
Mortalidade								
Taxa de mortalidade dos filhos nascidos vivos entre mulheres de 15 a 44 anos (em mil)	74	37	0,35	Acelerado	17	7	0,26	Extremamente acelerado

Fonte: IPEA (2009)

Considerando o impacto que produzem para a população em situação de vulnerabilidade, é patente a necessidade de manutenção e continuidade de políticas públicas de combate à pobreza, para combater a desigualdade e valorizar o salário mínimo, da expansão das transferências de rendas, da disponibilização dos recursos a todos e do aumento da renda das famílias em geral, especialmente das mais pobres.

1.3.2. Dimensão neoliberal da política social brasileira

No contexto apresentado, que demonstra uma modificação nos percentuais de desigualdade, embora não signifique a superação da pobreza, a realidade dos programas de transferência de renda é uma dimensão da política social de cunho neoliberal de iniciativa de estados e municípios.

Os programas de transferência de renda, denominados Programas de Renda Mínima ou Bolsa Escola, passaram a integrar, definitivamente a agenda pública brasileira a partir de 1991, quando foi aprovado no Senado Nacional o Projeto de Lei nº 80/1991 de autoria do Senador Eduardo Suplicy - do Partido dos Trabalhadores/São Paulo, que propôs a instituição do Programa de Garantia de Renda Mínima em nível nacional. O ano de 1995 foi o marco da efetivação desses programas com a implantação de experiências pioneiras nas cidades de Campinas, Brasília, Ribeirão Preto e Santos. Em 2002 os Programas de Renda Mínima/Bolsa Escola chegaram a todos os estados brasileiros, com expansão dos programas do Governo Federal, ou seja, programas de transferência monetária para famílias, principalmente como incentivo ao encaminhamento e manutenção de crianças nas escolas. Tais programas constituem no momento, a dimensão mais ampla do Sistema de Proteção Social Brasileiro, tanto pela extensão geográfica alcançada, como pelo volume de recursos aplicados e pelo número de famílias atendidas.

Segundo Silva e Silva (2001) o pressuposto é que, quando uma criança de família pobre sai da rua ou do trabalho precoce, com apoio de uma renda financeira, pode-se, então, interromper o chamado “ciclo vicioso da pobreza”, mediante a articulação de uma política compensatória com políticas básicas estruturantes como educação, saúde, trabalho, etc. Os programas de transferência de renda vêm imprimindo um significativo redirecionamento na Política Social Brasileira, aspecto visualizado a partir de 2001 quando se verifica uma grande ampliação desses programas com a implantação de programas de iniciativa federal, tais como o Benefício de Prestação Continuada – BPC e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI.

Ao longo da pesquisa buscou-se o perfil geral dos atuais programas de transferência de renda, assim como destacar sua identidade, características, possíveis impactos, aspectos relevantes e aspectos problemáticos que necessitam ser enfrentados e as tendências dos programas que estão em expansão no Brasil.

Tais estudos podem contribuir para o conhecimento da Política Social no Brasil, permitindo correções de rumo, aperfeiçoamentos e sua ampliação, ao identificar e problematizar a questão central que marcou os Programas de Transferência de Renda: o isolamento, o paralelismo, a dualidade e o problemático esforço de articulação entre os programas dos três níveis – municipal, estadual e federal. O resultado dessa análise pode apontar indicações para a construção de uma Política Nacional de Transferência de Renda capaz de superar o patamar e os limites de uma renda mínima em direção à construção de uma renda de cidadania, contribuindo, de fato, para a inclusão econômico-social das famílias.

Dois aspectos são marcantes no desenho desses programas: primeiro a ideia de uma articulação entre a transferência monetária, como benefício direto e imediato atribuído às famílias pobres e a política educacional direcionada às crianças e adolescentes dessas famílias. O que significa que a originalidade desses programas é o foco na manutenção de crianças e adolescentes nas escolas.

O pressuposto é que uma transferência monetária a famílias pobres permite-lhes ter seus filhos fora das ruas e de trabalhos penosos, degradantes e precoces, enquanto permanecem na escola, interrompendo o círculo vicioso de reprodução da pobreza. Tais Programas estão desenhados para que essas crianças tenham, ao mesmo tempo, a possibilidade de acesso a serviços básicos de saúde, e os adultos das famílias possam ser alfabetizados quando analfabetos, participar em programas de qualificação profissional, de grupos socioeducativos e serem encaminhados para atendimento e outros serviços sociais que atendam às necessidades básicas das famílias.

1.3.3. Objetivos e limites dos programas de distribuição de renda

No que se refere aos objetivos, os programas estaduais se destacaram, com maior frequência, pela garantia de renda mínima das famílias pobres, da proteção à criança e do adolescente em situação de risco, do acesso e permanência das crianças na escola e do atendimento às necessidades básicas do núcleo familiar. No

âmbito municipal, há ênfase na possibilidade de acesso e permanência das crianças na escola e na obtenção de documentação pessoal.

No que se refere às fragilidades, identificam-se dificuldades na implementação dos programas, representadas pelo montante insuficiente de recursos atribuídos aos mesmos, pela falta de retaguarda aos programas e ao perfil dos integrantes das famílias beneficiárias, marcadas por pobreza crônica, baixo nível de instrução e limitado acesso a informações que lhes possibilitem a superação de uma situação de dependência.

Segundo Silva, Yasbek e Giovanni (2004), o desenho dos programas de Renda Mínima/Bolsa-Escola vem incluindo elementos de ultrapassagem de certas tradições que marcaram a política social brasileira quando procuram desenvolver articulação entre programas e políticas sociais, no campo da Assistência Social, da Educação, da Saúde e do Trabalho, permitindo a abertura de três frentes de atuação: a família, a criança e a escola. Todavia, em termos práticos, essa articulação não tem se verificado de forma plena, em razão do limite da escassez dos serviços sociais básicos e de recursos financeiros, humanos e institucionais para o atendimento adequado e desejado.

Outro aspecto de busca de superação de deficiência da política social brasileira é a introdução de um esforço explícito para desenvolver o monitoramento dos programas e avaliação de seus impactos em relação às famílias, às crianças e aos adolescentes, às escolas e até à economia local. Seguindo esta lógica, é possível levantar-se uma hipótese que pode ser denominada de “emancipação progressiva de futuras gerações”, pelo potencial que esses programas podem apresentar para a criação de condições de efetiva inclusão social.

Na visão de Silva, Yasbek e Giovanni (2004), contraditoriamente os limites dos programas de transferência de renda de iniciativa municipais e estaduais são caracterizados por um aspecto quantitativo de aspecto restrito, pela adoção de critérios muito restritivos de inclusão das famílias, pela ausência de uma política nacional articuladora, pela sua concentração em estados e municípios mais desenvolvidos e, sobretudo, pela desarticulação desses programas de uma política

de desenvolvimento econômico-social geradora de emprego, valorizadora da renda do trabalho e distribuidora da renda e da riqueza socialmente produzida, o que ultrapassa os limites dos estados e municípios.

1.4. Conceitos fundamentais associados à inclusão

A seguir, são expostos alguns conceitos que serão tratados doravante, visando a compreensão do enfoque adotado na análise.

O primeiro conceito relevante é o de **política social com foco nos empobrecidos**, entendidos como direitos sociais, culturais e políticos do povo buscados pelos Movimentos Sociais que lutam por justiça e vida digna para todos (as), em uma perspectiva humanizadora, libertadora e não doutrinária. São considerados empobrecidos por não terem acesso e participação no sistema atual, o que traz a necessidade de que as políticas sociais sejam estabelecidas contemplando a totalidade da vida humana e seu meio ambiente, em um processo participativo de construção, que contempla do aspecto pessoal ao coletivo da sociedade. Nessa visão, os empobrecidos são sujeitos de direitos e atores sociais efetivos, participam ativa e criativamente na sua construção, ao contrário das políticas fragmentadas e distantes, estabelecidas nos gabinetes governamentais sem incluir o cidadão efetivamente. (GUERTECHIN, 2000).

O segundo conceito relevante é o de **Projeto Social como elemento de mediação**. Em sua essência, o termo projeto traz a ideia de processo temporal (princípio, meio e fim) voltado a um determinado resultado, projetando uma determinada perspectiva e uma visão desejada. Nessa concepção, um projeto se constitui de ações e metas embasadas num planejamento, uma forma de mediação para operacionalizar o que se pretende realizar no médio e longo prazo e, simultaneamente, realiza a mediação mais imediata, quando se estabelece como oportunidade de participação no presente. Assim sendo, um projeto social estabelecido para implementar um plano de ação e com uma determinada visão de futuro socializada é parte de um processo permanente de construção da política social e oportuniza acessos imediatos em atividades organizadas, como é o caso do projeto objeto deste estudo, que se

apresentou como uma oportunidade de formação para a vida e acesso ao mundo do trabalho pelos participantes. (GUERTECHIN, 2000).

O terceiro conceito relevante é o **Movimento Social, ou Movimentos Sociais, como meio de transformação da sociedade** – sendo o movimento social um instrumento, um modo de organizar e lutar pelos direitos sociais, tensionando a formulação de políticas sociais, indica atitude, proatividade e obrigatoriamente inclui a participação de sujeitos sociais que geram processos coletivos. Portanto, Movimento Social é toda e qualquer força organizada que não necessariamente coincide com partidos políticos, ainda que dele possam participar pessoas de diferentes linhas e concepções partidárias. Embora normalmente os Movimentos Sociais assumam posições políticas mais à “direita” ou “à esquerda”, não raras vezes se identifica correntes diversas num mesmo movimento, que é o caso do MST. (GUERTECHIN, 2000).

Segundo Frei Betto (2000) “os movimentos populares devem partir das demandas específicas da população, ainda que elas pareçam ser “as mais políticas e ideológicas”. Em outras palavras, não se trata de partir daquilo que direções e lideranças julgam melhor para o povo, mas sim do que interessa e mobiliza, invertendo o processo”.

Os processos de vivência e participação em Movimentos Sociais com clareza da luta e horizonte transformam pessoas e contextos, as pequenas ou grandes conquistas são consideradas processos de transformação e geram mudanças estruturais no médio e longo prazo. A transformação social neste sentido vai fortalecendo o poder popular local, regional e nacional, aumentando, portanto, sua capacidade de incidir nas políticas públicas.

1.5. Relevância do contexto demográfico na mudança social

O ponto de vista demográfico é destacado por Guertechin (2000), como um instrumental social importante, pois suas análises detalhadas “permitem analisar a

dinâmica, o movimento da população de um país”, na medida em que “os estudos de população se interessam dos modos de vida das populações”, ou seja, “a realidade humana e social dos países” como, por exemplo, a razão da diferença social e econômica entre regiões, a migração intra e entre países e seus efeitos no contexto humano e ambiental, dentre outros benefícios de natureza mais ampla do que as contagens populacionais convencionais:

A demografia, ciência humana e social, não somente traduz em números as injustiças sociais sofridas pelas populações empobrecidas, mas oferece explicações dessas injustiças sociais, evidencia evoluções e até pode projetar situações adversas ou boas. (GUERTECHIN, 2000, p.2).

Um exemplo nacional relevante citado pelo autor é o envelhecimento, que segundo sua visão, é causada pela queda da fecundidade das mulheres, o que traz o dilema de identificar como os idosos poderão ter o suporte adequado, se “o Brasil que ainda não deu respostas adequadas às necessidades básicas da sua juventude” (GUERTECHIN, 2000, p.2), o que traz, também o problema da necessidade de reforma da Previdência social, meio pelo qual muitas famílias estão sendo mantidas pelos(as) aposentados(as).

Outro problema identificado é a questão da migração entre países, associada ao tipo de desenvolvimento econômico atual, com dominação financeira em todo o mundo, na medida em que “a proporção da renda do capital voltou a crescer e do trabalho a diminuir”, o que resulta em um retrocesso da democracia em benefício das elites financeiras (GUERTECHIN, 2000, p.3):

[...] o neoliberalismo, filhote do neomalthusianismo, rejeita milhões de gente fora dos seus países sem poder entrar nos países chamados desenvolvidos. Há uma inadequação estrutural entre maiorias populacionais e a globalização da economia. Não é por acaso que mesmo nos países industrializados e ricos, observa-se uma inversão no processo secular da divisão entre a renda do capital e do trabalho. (GUERTECHIN, 2000, p.3).

No aspecto relacionado à questão da religião no contexto demográfico e geopolítico, Guertechin (2000, p.3) destaca que “a relação entre fé e demografia passa por mediações epistemológicas, sociais e culturais”: a demografia pode evidenciar, por exemplo, a influência da religião sobre a taxa de fecundidade, identificar a influência religiosa sobre a morbidade e mortalidade das populações ou, ainda, identificar migrações por interesses religiosos. No entanto, embora “esse tipo de análise

contribui ao conhecimento da realidade e dos comportamentos de populações diferenciadas pela religião”, não pode ser analisado separadamente, pois “depende do uso que uma autoridade, o governo de um país, vai fazer”.

Para o autor, além do aprendizado pessoal, as experiências vividas no âmbito dos projetos sociais da Companhia de Jesus permitiram o conhecimento da realidade e a adequação dos cursos para que pudessem atender às necessidades e anseios da população atendida:

Viver experiência de inserção em meio popular e articular assim o conhecimento teórico com práticas sociais e pastorais, foi uma chance e alegria. O fato de viver no meio de populações marginalizadas que lutam pela sobrevivência e vida mais digna, de partilhar as lutas pela água, luz e esgotos me ajudou nos cursos do Ibrades. Participar na organização da comunidade em mutirão, na criação e administração de centros comunitários, creches, escolas profissionalizantes foi realmente uma mudança de lugar social e epistemológico. Mudei minha maneira de pensar e refletir. (GUERTECHIN, 2000, p.4).

É nesse contexto - do âmbito global ao local, entre da Política Social ampla e o meio social específico - que se configura a participação da sociedade civil organizada com diversas estratégias, tal como o Projeto Social objeto deste estudo, que abriu oportunidades de desenvolvimento para jovens da região Perus/Anhanguera, promovendo cursos, atividades culturais, orientações pedagógicas, políticas e metodologia de Educação Popular.

O trabalho desenvolvido pelo projeto social dos jesuítas, objeto deste estudo, tem suas estratégias de intervenção e cumpre um papel complementar à atuação do Estado no cumprimento de seus deveres, conforme estabelecido na Carta Magna de 1988. Ao mesmo tempo, tem a proposta estratégica de ajudar pessoas pela formação integral e pela militância em movimentos sociais, com a intenção de estimular a luta por políticas sociais novas, inovadoras e mais eficientes.

2. O CONTEXTO DA ATUAÇÃO DOS JESUÍTAS NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL

Neste capítulo são destacados os momentos de definição política mais relevantes do trabalho social jesuíta na América Latina, sua origem, evolução e expansão até constituírem-se em diretrizes e características do trabalho social dos Jesuítas; de modo mais sistemático, serão identificados os aspectos históricos relevantes para o estudo do tema, como a organização do trabalho em Rede pela CPAL⁵, a Conferência dos Superiores Provinciais dos Jesuítas da América Latina.

Complementarmente aos antecedentes históricos do trabalho de caráter social desenvolvida pelos jesuítas, serão elucidados neste capítulo as diretrizes que orientam essa atividade na atualidade. Partindo das citadas diretrizes, será analisado o impacto de um projeto social da Ordem Jesuíta, realizado entre 1998 e 2008 na Região Perus/SP, confrontando essa experiência com a visão de autores que tratam de forma crítica as políticas sociais. Essa ponderação tem o objetivo de contribuir para uma reflexão sobre política social integral, de forma a cumprir a constante e necessária tarefa de refletir sobre os novos contextos e atualizar sua resposta aos mesmos, a partir de um caso prático desenvolvido por longo tempo em uma comunidade característica do foco deste estudo.

Neste capítulo, pelo escopo do trabalho, foi realizado um recorte institucional a partir do início da ação social da Ordem dos Jesuítas - "obras de caridade" - sem detalhar a missão institucional global, de caráter mais amplo do que o foco deste estudo.

2.1. Origem e elementos da história da Política Social dos Jesuítas⁶

5 Conferência dos Provinciais da América Latina, criada em 1999 e composta pelos 14 representantes Províncias da América Latina e Caribe para articular um trabalho em Rede. As Províncias são divisões geográficas dentro de um país ou em alguns casos uma por país.

6 Jesuítas - membros da Ordem Companhia de Jesus.

A “Companhia de Jesus”⁷, doravante denominada **Jesuítas**, foi fundada por Inácio de Loyola e seus primeiros companheiros em 1540, com o propósito de missão universal de servir às necessidades das pessoas pelo mundo afora. Por isso, a Ordem Religiosa Companhia de Jesus colocou-se à disposição do Papa Paulo III e de seus sucessores para servir em qualquer parte do mundo; embora poucos no início, eram disponíveis.

A Companhia de Jesus (Jesuítas) se define pelos membros que nela querem “alistar-se” e viver o seu modo de vida e missão, que visa, dentre outros objetivos fundamentais, a execução de obras de caridade, que inicialmente tinha foco no atendimento de pobres transeuntes, migrantes, mendigos, as viúvas, as prostitutas, dentre outros:

[...] o aperfeiçoamento das almas na vida e na doutrina cristãs, e para a propagação da fé, por meio de pregações públicas, do ministério da palavra de Deus, dos Exercícios Espirituais e obras de caridade.⁸

As “obras de caridade” fazem parte da essência fundacional da missão da Companhia, que, desde sua origem tem sua raiz no trabalho social, mais tarde transformada no “Apostolado Social”⁹, organizada em novas estruturas e inúmeras obras e projetos de natureza social, regidos por documentos como as “Características do Apostolado Social”, que explicitam o posicionamento dos jesuítas nessa área.

Situado o aspecto fundacional, desde a fundação da Companhia de Jesus, damos um salto para uma época bem posterior, 1948, em primeiro lugar, pois não houve uma explicitação sistemática do “pensamento social institucional dos Jesuítas” até o século XIX e, em segundo lugar, porque o propósito deste estudo não é descrever a história de seu trabalho social e sim elucidar momentos de explicitação institucional mais relevantes acerca do “apostolado social jesuíta” para entender sua forma de atuação presente. Certamente o carisma inaciano¹⁰ jesuíta poderia ser objeto de outro estudo, portanto, não o trataremos aqui, apenas nos referiremos a ele no capítulo de estudo de caso (o projeto social de Perus/SP).

7 “Companhia de Jesus”(JESUÍTAS): instituída como Ordem Religiosa pelos Papas Paulo III(1540) e Júlio III (1550),

8 Normas Complementares das Constituições que apresenta a origem e missão da Companhia de Jesus, Edição 2004.

9 Trabalho dos Jesuítas no campo social.

10 Inaciano, por ser de Inácio, fundador da Ordem Jesuíta.

Historicamente, se verifica um denso processo de decisões dos Jesuítas em termos de apostolado social. Com grande mobilização nessa área a partir da década de 1950 e 60, tendo como referência à Instrução do Pe. João Baptista Janssens sj de 10/10/1949, onde se coloca o apostolado social como expressão genuína da vocação e missão jesuíta.

Mais de uma década depois, outra Carta do mesmo padre, dirigida a todos os Provinciais de América Latina e Caribe (24/12/1962), incentivou a ideia de criação, promoção e desenvolvimento de Centros de Investigação e Ação Social – CIAS. Seu sucessor, Pe. Pedro Arrupe sj, Superior Geral a partir de 1965, ao mesmo tempo em que herdou um grande dinamismo e terreno fértil nessa área, se revelou marcadamente incentivador dos CIAS: visionário, percebendo, naquela época, a importância fundamental de um trabalho articulado, em Carta sobre o apostolado social na América Latina, 12/12/1966, anunciou a criação do CLACIAS (Consejo Latino Americano de CIAS). Por uma série de limitações de ordem estrutural e conjuntural vividas, nos anos subsequentes, nas sociedades latino-americanas e caribenhas e também na Igreja e na Companhia de Jesus (Jesuítas), tanto os CIAS quanto o CLACIAS não alcançaram o resultado esperado. No entanto, além de semearem um grande número de iniciativas sociais no continente, são um testemunho histórico e uma semente que continua a nos impulsionar (ANTONCICH, 2003, p. 11).

2.2. Origem e diretrizes do “Apostolado Social” Jesuíta

A companhia de Jesus é uma Ordem Religiosa conhecida pela sua presença universal no campo da educação: universidades, colégios e em contextos de maior pobreza, pela opção pela educação popular e, em contextos com maior penúria, se destaca o trabalho na área social, na qual é reconhecida pelas importantes iniciativas.

Especificamente no que diz respeito à área social, na América Latina e Caribe, os Jesuítas são responsáveis, atualmente, por 45 Centros Sociais, nos quais trabalham

1.933 pessoas, sendo 469 voluntários e 60 jesuítas, em tempo integral ou parcial. Além desses centros, existem ainda 65 obras sociais, envolvendo aproximadamente 40.000 pessoas, a maioria atuando como voluntárias. Considerando que no mundo todo estão representados nessa área com 549 Centros e Obras Sociais, sem incluir as 1.500 obras de educação popular¹¹ da entidade denominada Fé e Alegria¹², os números da atuação na América Latina e Caribe demonstram sua importância nesse continente – cerca de 1/5 da atuação social global realizada pelos Jesuítas¹³.

A missão dos jesuítas, com foco central no serviço da fé e na promoção da justiça, que se consubstancia no diálogo cultural inter-religioso e na atenção às novas fronteiras como desafio permanente, está posicionada no âmbito das complexas mudanças provocadas pelo neoliberalismo que aprofunda os abismos da desigualdade social.

A carta dos superiores Provinciais Jesuítas sobre “O Neoliberalismo na América Latina”, fruto de reflexão na assembleia de 1996 no México, marcou posição dos Jesuítas no contexto latino-americano na década de 90. Trata-se de reflexão dos líderes Jesuítas da América Latina e Caribe à luz da CG 32¹⁴: “a compreensão verdadeira dos problemas sociais, econômicos e políticos”. Esse documento ajuda a descobrir como anunciar o Evangelho e como participar, de modo específico e sem procurar suplantiar outras competências, nos esforços requeridos para uma promoção real da justiça, como demonstra a posição explicitada pelos superiores das 14 províncias/regiões ou países¹⁵:

[...] queremos partilhar com vocês e com todos os que estão preocupados e comprometidos com a sorte do nosso povo e, em particular, dos mais pobres, algumas reflexões sobre o sistema econômico conhecido como neoliberalismo e sobre os seus efeitos em nossos países. Não queremos nem podemos aceitar pacificamente que as medidas econômicas implementadas nos últimos anos, praticamente em todos os países da América Latina e do Caribe, sejam o único modo possível de orientar a economia, nem que o empobrecimento de milhões de latino-americanos seja o custo inevitável de um futuro desenvolvimento.

11 Plano Político Institucional (PPI) da Região Brasil Meridional, 2008, p.14

12 Fé e Alegria; Organização dos Jesuítas que surgiu em 1955 em Caracas, Venezuela, no Brasil foi criada em 1981 e atualmente são 21 países que em três continentes (América Latina, África e Europa) constituem a Federação Internacional Fé e Alegria com sede em Bogotá, Colômbia. Fé e Alegria é Movimento Internacional de Educação Popular Integral e Promoção Social.

13 Segundo relatório do XVIII Encontro Social da CPAL, realizado em julho de 2009 em Cochabamba na Bolívia, é “Centro Social Jesuíta” o que desenvolver pesquisa e produção de conhecimento. Os demais são considerados “Obras Sociais”.

14 CG32, Congregação Geral da ordem dos jesuítas com representação mundial Para refletir sobre os novos contextos e mundiais e definir as formas atualizadas de responder pela missão às diversas realidades e contextos.

15 CG32, Congregação Geral da ordem dos jesuítas com representação mundial Para refletir sobre os novos contextos e mundiais e definir as formas atualizadas de responder pela missão às diversas realidades e contextos.

Embora o teor e modo de apresentar o conteúdo desta Carta não fosse consenso entre todos os Jesuítas naquele momento, nenhum Superior Provincial¹⁶ dos diversos países de América Latina se contrapôs naquele contexto, e identificaram os principais elementos do que chamaram de “medidas conhecidas como neoliberais e suas características”:

- O crescimento econômico, e não o pleno desenvolvimento de todos os seres humanos, em harmonia com a criação, é considerado a razão de ser da economia.
 - Tende-se a reduzir a intervenção do Estado, até despojá-lo de sua responsabilidade de garantir os bens básicos que todo cidadão merece, pelo simples fato de ser pessoa humana.
 - Eliminam-se os programas destinados a criar oportunidades para todos e, em seu lugar, oferecem-se ajudas pontuais a grupos determinados.
 - Privatizam-se as empresas estatais, baseando-se no critério de que o Estado é sempre um mal administrador. Abrem-se, sem restrições, as fronteiras para mercadorias, capitais e fluxos financeiros, mas, ao mesmo tempo, deixa-se sem a devida proteção os produtores mais pequenos e mais fracos.
 - O problema da dívida externa é ignorado ou não recebe o tratamento adequado, e o seu pagamento obriga a reduzir drasticamente os investimentos sociais.
 - A complexa gestão da economia nacional limita-se a tarefas de ajuste de variáveis macroeconômicas como, por exemplo, equilibrar o orçamento fiscal, reduzir a inflação e estabilizar a balança de pagamentos, como se disso dependesse todo o bem comum, sem que haja preocupação com os novos problemas que esses ajustes criam para a população e que o Estado deveria levar em consideração.
 - Supõe-se que esses ajustes produzirão um forte crescimento, elevarão os níveis de renda e assim acabarão resolvendo a situação dos mais necessitados.
 - Para estimular os investimentos privados, eliminam-se os “obstáculos” que as leis que protegem os trabalhadores poderiam representar para esses investimentos.
 - Os grupos poderosos são liberados de cargas tributárias e de obrigações relativas ao meio ambiente, e são protegidos para acelerar o processo de industrialização, provocando uma concentração ainda maior da riqueza e do poder econômico.
 - A atividade política põe-se a serviço desse tipo de economia chamada “livre”. Por um lado, suprimem-se todos os obstáculos que dificultam o exercício do livre mercado. Por outro lado, introduzem-se controles políticos e sociais, por exemplo, para a livre contratação de mão de obra, para garantir a hegemonia desse mesmo mercado.
- Devemos reconhecer que essas medidas de ajuste também tiveram resultados positivos inegáveis. Como apontávamos antes, os mecanismos de mercado contribuíram para aumentar a oferta de bens e serviços de melhor qualidade e preço. A inflação foi reduzida em quase todo o continente. Os governos foram liberados de tarefas que não eram da sua competência, para poderem se dedicar melhor, se assim o desejarem, à promoção do bem comum. Cresceu e generalizou-se a consciência da austeridade fiscal que permite uma melhor utilização dos recursos públicos. As relações comerciais entre as nossas nações se estreitaram.
- Esses aspectos positivos, porém, estão longe de compensar os desequilíbrios e perturbações que o neoliberalismo provoca e que se manifestam: na concentração da renda, da riqueza e da propriedade da terra; na multiplicação de massas urbanas sem trabalho ou de grupos humanos que subsistem graças a empregos instáveis e pouco produtivos; na falência de muitas pequenas e médias empresas; na destruição e deslocamento forçado de populações indígenas e rurais; na expansão do narcotráfico, particularmente em setores rurais cujos produtos tradicionais foram excluídos da

¹⁶ Superior Provincial – responsável pela promoção da Companhia, no ambiente institucional e suas comunidades religiosas e suas atividades apostólicas. A ele compete providenciar, com a ajuda de colaboradores de diversos tipos, o funcionamento das instituições de acordo com os objetivos estabelecidos e a adequada administração de seus bens materiais.

concorrência do mercado; na falta de segurança alimentar; no aumento da criminalidade, provocada com frequência pela fome; na desestabilização das economias nacionais, provocada às vezes por uma especulação internacional não controlada; nos desajustes nas comunidades locais, causados por projetos de empresas multinacionais que não levam em conta os interesses dos moradores etc.

Como consequência de tudo isso, junto com um crescimento econômico moderado, aumenta em quase todos os nossos países o mal-estar social que se expressa em protestos cívicos e greves. Em algumas regiões, volta a ganhar força a luta armada, que nada resolve. Enfim, aumenta a oposição a uma forma de orientar a política econômica que, longe de proteger e promover o bem comum, aprofunda as causas tradicionais do descontentamento popular: a desigualdade, a miséria e a corrupção[...] ¹⁷

De fato, essa carta toca nos pontos principais do problema social em um modelo econômico hegemônico que mantém e aprofunda as desigualdades sociais. A preocupação fundamental subjacente ao documento é o tipo de sociedade proposta e da concepção de ser humano em um modelo econômico neoliberal.

Contudo, na mesma Carta, os superiores provinciais Jesuítas da América Latina deixaram sua contribuição apontando algumas tarefas: em primeiro lugar, o sentido de trabalhar a partir de Universidades, centros de estudo e pesquisa e promoção social, pelas Ciências Sociais e com muitos outros agentes que também lutam pela causa dos empobrecidos vitimizados pelo sistema econômico. Essa forma de atuação se foca na visão de que o esforço conjunto sempre une conhecimento mais profundo da realidade e dos impactos do neoliberalismo e ajuda a discernir linhas de ação que fortaleçam um trabalho em rede pela superação da miséria e da pobreza.

Este maior conhecimento e ações a serem implementados deveriam levar a um efetivo caminhar com as “vítimas” deste sistema e processo, mediante presenças concretas de solidariedade para a defesa dos direitos dos excluídos e empreender, conjuntamente, diálogos com os setores que controlam as decisões, para a construção de sociedades que, sem excluir ninguém, integrem de fato, na sua vida e atividades, o maior número possível de pessoas. Para tanto se indicam alguns elementos importantes:

[...] fortalecer as tradições culturais e espirituais de nossos povos, para se possam situar a partir de sua identidade [...] incorporar no trabalho educativo valores necessários para formar pessoas capazes de preservar o primado do ser humano [...] partilhar com outros a análise sobre neoliberalismo, enfatizando os valores que devem ser preservados e promovidas e as possíveis alternativas [...] ¹⁸

17 Carta dos Superiores Provinciais da AL contra o Neoliberalismo, 2004, p.3

18 Carta dos Superiores Provinciais da AL contra o Neoliberalismo, 2004, p.3

Ademais, a carta citada explicita a relevância de uma vida simples, contra o consumismo e o exibicionismo; efetivamente a preocupação dos jesuítas é a vivência e testemunho de coerência e solidariedade com os excluídos. É o que lhes brota como sentido da espiritualidade inaciana é o permanente exercício de liberdade diante das coisas, dos bens e que esses sirvam ao ser humano e não o escravizem. Por extensão, os Jesuítas deveriam manter distância de empresas sem ética e que mais exploram do que valorizam o trabalho humano. Essa carta claramente explicita a posição dos Jesuítas em torno de uma posição institucional ética, política e pedagógica na construção de outro tipo de sociedade, animada pelo carisma inaciano, explicitado em outro trecho:

[...] queremos reafirmar deste modo a opção radical de fé que nos levou a responder ao chamado de Deus, no seguimento de Jesus Cristo, pobre e humilde, para sermos mais livres e eficazes na busca da justiça... Junto com muitos outros, buscaremos comunidades, tanto no nível nacional como latino-americano, verdadeiramente solidárias, nas quais a ciência, a tecnologia e o mercado estejam a serviço de todas as pessoas dos nossos povos: uma sociedade na qual o compromisso com os pobres manifeste que o trabalho a favor do pleno desenvolvimento de todos, sem exclusão, constitui a nossa modesta, mas séria contribuição, para a maior glória de Deus na história e na criação.¹⁹

As tarefas apresentadas realmente explicitam o sentido mais profundo da missão e carisma dos jesuítas e, ao mesmo tempo, animam a muitos no compromisso com a causa dos excluídos e a lutar com ousadia criticamente contra o modelo de sociedade neoliberal. Nos próximos parágrafos apresentaremos o que nos anos subsequentes se desenvolveu nos trabalhos em rede, nos centros sociais de pesquisa, na reflexão e na prática pedagógica popular, que foi provocando em muitas pessoas diferentes processos de transformação individual e social.

2.3. Trabalho social atual sob coordenação e articulação da CPAL

A Conferência de Provinciais Jesuítas da América Latina e Caribe caracteriza um trabalho em rede e, em grande medida, os Centros Sociais Jesuítas explicitam as presenças nos países correspondentes à CPAL²⁰: “... *trabalhamos em Formação,*

¹⁹ Opus cit

²⁰ Carta dos superiores Provinciais da AL contra o Neoliberalismo, 2004, p.4. Fonte: <http://www.cpalsj.org.social/centros-sociales/?pg=0>

Incidência, Investigação-Reflexão, Ação Social e Publicações nas áreas rurais e na cidade, com diferentes populações e problemáticas”.

Com o objetivo de contribuir para melhorar a qualidade de vida da população, os Centros Sociais têm o papel de ajudar a transformar as relações de poder e cidadania, especialmente nos setores excluídos de participação política. Dentre outras atividades, os Centros Sociais promovem o exercício de formas alternativas de poder e de gestão da vida pública e para fortalecer as capacidades de análise da realidade e participação no exercício dos seus direitos e responsabilidades como cidadãos, resumindo, promovendo o desenvolvimento de políticas públicas inclusivas.

A Rede de Centros Sociais foi constituída para contribuir no diálogo, intercâmbio e construção conjunta dos centros, com a estratégia de programas comuns que emanam de linhas comuns de ação definidas como CPAL (Conferência dos Superiores Provinciais) para uma maior incidência da atuação em políticas públicas a favor dos grupos, organizações e movimentos sociais da América Latina e Caribe, expostos a seguir:

- 1) **Programa de comunicação e informação** - com o propósito de alimentar a Rede e manter seus membros em permanente comunicação, buscando maior interação, conhecimento e aprendizagem mútuos. Este programa pretende informar e dar a conhecer a caminhada dos Programas da Rede, subsidiar com informações dos Centros Sociais por meio dos *links* das páginas web e possibilitar o intercâmbio e oferecer notícias e espaços de formação.
- 2) **Programa de Análise de Contexto e de Conjuntura Latino-americana** – pretende, de maneira sintética, oferecer uma leitura panorâmica e compreensiva dos acontecimentos mais relevantes da Região (América Latina e Caribe) para um determinado período de tempo, com a finalidade de oferecer informação analisada e sistematizada sobre o contexto social no qual os Jesuítas realizam sua missão. Os principais focos de análise são: a) influência do contexto internacional na Região; b) a Região em seu processo de integração; c) as tendências gerais e mais particulares de alguns países, buscando os fatos mais relevantes que caracterizam um tempo de estudo. Este esforço de análise trouxe

temas mais candentes e que merecem uma atenção especial dos que trabalham no campo social: desenvolvimento sustentável, meio ambiente, superação da pobreza e equidade, religião, igrejas e políticas, movimentos sociais, violência, mobilidade humana, migrações, movimentos indígenas e exploração de minérios.

- 3) Programa de Processos de Incidência** - tem o desafio de buscar o bem comum, a justiça social e o desenvolvimento humano sustentável, num contexto de globalização e motivar, articular de forma coordenada os esforços para incidir nas políticas sociais. Para isso, a Rede de Centros Sociais da América Latina e Caribe trabalha em uma plataforma comum para uma maior efetividade política local e regional. Trata-se de um espaço de construção coletiva, identificando e trabalhando temas de interesse comuns na busca pela paz com justiça social.
- 4) Programa de Formação Política e Cidadã** - além de temas e conteúdos comuns de formação, este programa desenvolve também sistematizações e promove intercâmbios de processos e de difusão, incidência e construção de pensamento coletivo no âmbito da América latina e do Caribe.

Portanto, com objetivos comuns, os quatro programas se definem a partir de linhas conjuntas de ação que pretendem fortalecer uma Rede de trabalho social que seja pertinente, forme lideranças políticas e articule a estratégia de incidir significativamente nas políticas sociais. Trata-se de um grande desafio, exigindo uma visão que transcenda ações isoladas em detrimento de ações conjuntas.

2.4. Centro de Investigação e Ação Social no Brasil

O Centro de Investigação e Ação Social (CIAS) foi fundado no Brasil em 1966, no Rio de Janeiro, para explicitar a missão dos Jesuítas a “serviço da fé e promoção da justiça”, através de pesquisa, formação e ação social. O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento (IBRADES) nasceu como organismo anexo da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) em 1968 e foi consolidado em 1971, com o objetivo de traduzir a “vontade de trabalhar ao nível da Igreja do e no Brasil” (GUERTECHIN,

2000, p. 4) e em 1968 sua direção foi confiada ao CIAS do Rio de Janeiro, sendo transferido em 1998 para o Centro Cultural de Brasília²¹.

Em Brasília, o CIAS focou suas atividades principais em cursos de formação social modular para agentes de Pastoral Social; por outro lado, as CIAS contribuíram para o fortalecimento das Pastorais Sociais no seio da CNBB – Confederação Nacional dos Bispos no Brasil - e na prestação de serviços à sociedade, na medida em que “esses cursos e assessorias diversas ajudaram, no campo da reflexão, a conhecer melhor a realidade social e eclesial para a produção de livros e artigos mais pertinentes em termos de conhecimentos práticos, e não só teóricos” (GUERTECHIN, 2000, p.4).

Os cursos, oferecidos com durações diferenciadas, tinham públicos e características distintas visando a formação em diferentes estágios:

- Minicursos, com duração de três dias, realizados nos próprios lugares de vida dos cursistas, consistiam em fazer conhecer a realidade econômica, sociopolítica e eclesial, proporcionando o intercâmbio entre assessores e cursistas na articulação entre a realidade local, regional e nacional.
- Cursos de média duração, com uma ou duas semanas, com características temáticas e/ou de reciclagem com antigos cursistas.
- Cursos longos, de três a quatro meses - mais amplos do que os demais em termos de conhecimento da realidade, era entendido como uma pós-graduação com foco na realidade econômica, social e política. Com características mistas entre academia e formação popular, propiciava o autoconhecimento e a oportunidade de pensar o Brasil e tinha o foco na formação do agente de pastoral²² e de membro de movimentos sociais.

As assessorias realizadas nas assembleias de dioceses, regionais de organismos de Igreja e outros grupos mais ou menos institucionalizados, foram acompanhados de “seminários de reflexão e partilha com instituições afins tocando temas e problemáticas comuns como, por exemplo, a formação de lideranças populares, a

21 Informações extraídas da entrevista do diretor da CIAS/IBRADES pelo IHU; Instituto Humanitas da Unisinos (RS)

22 Pastoral - atividade relacionada à evangelização. Na Bíblia consta o fundamento de pastoreio; o pastor que cuida das “ovelhas”.

metodologia, as necessidades detectadas e problemáticas levantadas, etc.” (GUERTECHIN, 2000, p.5).

Buscando responder ao novo contexto e realidade nacional, o IBRADES (que assumiu as tarefas do CIAS) buscou inovar em seus programas de formação: embora mantendo o caráter de cunho popular e pedagogia interativa, teve a iniciativa de rever o formato do curso de longa duração, voltado para a formação política, presencial e à distância, de natureza mais acadêmica, estruturado como um curso de especialização (pós-graduação *lato sensu*), em parceria com entidades educacionais com autorização para emissão de certificados e diplomas. Foi continuado e ampliado o “curso de formação de educadores populares”, consistindo em uma formação realizada nos fins de semana, para lideranças de Brasília e entorno.

Um entrevistado destaca que a instituição necessitou fazer, ao longo do tempo, adaptações diversas para atender à mudança das necessidades da sociedade, em especial considerando “a volta do Estado de Direito no Brasil e o fim do chamado socialismo real”, tendo “como pano de fundo sociocultural a crise da modernidade que se manifesta por formas diversas de pós-modernidade”, assim como “a queda do marxismo leninista na URSS e a Constituição cidadã no Brasil”, que provocou a mudança nos “instrumentais analíticos e nas práticas sociais, que eram marcados por um ‘social duro’, sem tomar em conta as subjetividades dos atores sociais” (GUERTECHIN, 2000, p.5)

Nesse novo cenário, embora no passado já houvesse a “demanda de formação mais completa, no sentido de integrar a formação da pessoa com o social”, fatos históricos relevantes como a queda do muro de Berlim e a Constituinte, assim como o foco nos direitos humanos e na responsabilidade socioambiental da sociedade, tiveram o condão de trazer uma nova forma de pensar (GUERTECHIN, 2000, p.5):

“Para responder à crise da modernidade, elementos de antropologia e espiritualidade foram incluídos na formação para articular melhor, na vida pessoal e social, a busca de novos sujeitos sociais e nova terra “ (GUERTECHIN, 2000, p.5).

Claramente os Centros Sociais trouxeram a preocupação de responder às novas exigências da formação integral de sujeitos para aumentar as fileiras dos que lutam pela transformação social. Outro elemento explícito na proposta, sempre presente, é a utopia, a “nova terra”, o novo modelo de sociedade possível.

Em janeiro de 2000, a Carta do Padre Geral a todos os jesuítas sobre o “apostolado social”, dirigida também aos colaboradores na missão “Fé e Justiça” retomou e reafirmou o compromisso social da instituição:

[...] a missão atual da Companhia é o serviço da fé e a promoção da justiça, na sociedade, da justiça evangélica que é sem dúvida como um sacramento do amor e misericórdia de Deus [...] Esta missão é uma realidade unitária mas complexa e se desenvolve de diversas maneiras (NICOLÁS, 2000, p.3).

A carta afirma claramente que em todo e qualquer lugar, nas diversas ações, para concretizar a missão dos jesuítas, se deve realizar a missão “fé e justiça”. Se por um lado essa afirmação atribui responsabilidade a todos na missão, jesuítas e colaboradores, por outro abre um precedente para que cada um, do seu lugar, justifique como e porque realiza a missão. No fundo percebe-se que as tensões entre obras por conta do compromisso social, na história dos Jesuítas sempre apareceram, mais ou menos polarizadas, entre as obras que creem cumprir a missão e aquelas que reivindicam a cidadania autêntica da realização da missão no campo social, não detalhado neste momento por não ser objeto desta pesquisa.

Mais recentemente, em 2011, à luz da Congregação Geral 35 de 2008, a Companhia atualizou sua missão fé e justiça e destacou a relevância de que a reflexão íntegra/contemple a ecologia. Essa nova proposição partiu do diagnóstico da vasta destruição do meio ambiente que ameaça o futuro no planeta²³, diante da qual não se pode ser indiferente. Por um lado, há uma crescente consciência ecológica de muitas pessoas, comunidades e instituições; por outro, o novo contexto urge um maior e mais profundo compromisso/cuidado com a criação e são necessárias medidas mais efetivas de proteção e recuperação ambiental.

23 Decreto 3, No 33, CG 35, 2008

Foi um momento de tomada de consciência, no qual se integrou a realidade ecológica na missão, nas diversas frentes de trabalho dos jesuítas. Destacou-se no campo social principalmente a preocupação com o “desenvolvimento sustentável”, que de tantas formas é interpretado; é evidente que o modo como o capitalismo se impõe como desenvolvimento tem gerado desequilíbrios ambientais, destruições e até tragédias. No seio desta discussão, com implicações também para os que atuam no campo social, está a sustentabilidade socioambiental, que deveria ser preocupação de todos, em especial considerando que estudos demonstram clara relação entre pobreza e destruição ambiental.

Em junho de 2011 outro documento dos jesuítas, “Dimensão da justiça e seus Desafios desde a perspectiva do “Apostolado Social” (NICOLÁS, 2011), retomou e aprofundou a opção política no campo social. Apresentou a importância do trabalho em Rede na América Latina e no mundo, pelas instâncias e estruturas dos Jesuítas - comissões e coordenadores ou delegados mundiais, regionais e locais que articulam o trabalho em Rede - para que cada instância possa responder às questões da justiça:

El servicio a los excluidos, [...] El apostolado social se caracteriza por acompañar a numerosas víctimas de estas dinámicas de exclusión. Los informes compartidos mencionan una enorme variedad de situaciones en las que las personas involucradas en este apostolado se encuentran con las víctimas del sistema. Estas situaciones constituyen el espacio habitual en el que se desarrolla este apostolado.

[...] la pobreza y la precariedad de las personas a las que sirven, así como el sufrimiento que produce acompañar a estas personas que no salen de una espiral de exclusión. Sin lugar a dudas, la pobreza es la característica propia del grupo mayor de personas que el apostolado social acompaña y la preocupación mayor de los compañeros que trabajan en él. Día a día nos preguntamos cómo ayudar a salir a estos grupos de su situación de pobreza y tratamos de trabajar a largo plazo, porque, a pesar del mundo de la prisa en el que vivimos, para ellos no hay ninguna solución inmediata (NICOLÁS, 2011).

A tônica do lugar (periferias, vítimas do sistema, etc.) perpassa todos os documentos que se posicionam frente aos contextos mundiais, regionais e locais; a intencionalidade política de superação das situações de sofrimento e exclusão é outra tônica clara, dentre outras, como demonstra o documento ao afirmar a incidência política:

En los últimos años hemos aprendido que la incidencia política “o advocacy” y el trabajo en red en defensa de los más débiles son estrategias clave y de futuro en la promoción de la justicia. Hay experiencias exitosas en algunos lugares, tanto en la práctica del lobby

político y empresarial, como en el de la concienciación de la ciudadanía y en la movilización social. Sin embargo, se trata de un campo en el que seguir creciendo. Es además una de las formas de trabajo que nos está moviendo a colaborar más, tanto dentro de la Compañía, como con otras instituciones sociales y eclesiales[...]

En particular hemos querido subrayar que la Red Global de Advocacy Ignaciano (GIAN) está generando esperanza en el sector, porque apunta a profundizar en la colaboración global y en la incidencia política, que, como decimos, constituyen dos vectores de futuro (NICOLÁS, 2011).

Foi uma (re)descoberta dos jesuítas que a sinergia e a soma de esforços de um trabalho articulado em rede podem gerar mais força e impacto político. Esse modo de promover incidência política se viu fortalecido pela articulação da rede dos jesuítas com outros atores e redes de trabalho social alinhados na luta pela causa dos empobrecidos. Várias campanhas, a exemplo da denominada “Direitos à educação de qualidade”, tiveram a participação da rede jesuíta de trabalho social. Com o forte impulso dado pela CPAL as diversas ações e obras começaram a se constituir em rede para formações e ações comuns.

Na esteira dessa posição emergiu a exigência dos povos de poderem participar da tomada de decisões em suas sociedades e consistiu no reconhecimento cívico e de participação política e social. É uma demanda democrática, na medida em que as decisões que afetam a todos devem ser tomadas com a participação de todos. Esse anseio por democracia também se exprime como combate contra as redes clientelistas e a corrupção, que geram situações de violência estrutural. Essa nova proposta significa alimentar um projeto de transformação social profunda, que se norteia em outro mundo possível, em outras sociedades possíveis e na luta na contracorrente do modelo econômico neoliberal hegemônico, na medida em que se não fosse essa luta e constante tensionamento político, não haveria avanços nas políticas sociais.

Contudo, o esforço dos jesuítas era de ir fortalecendo o dinamismo apostólico interno, ao mesmo tempo com grande flexibilidade; revelavam seu vigor e espírito de empreendimento em “novas fronteiras da exclusão”, “atentos aos sinais dos tempos”, sempre prontos a ir onde mais fosse preciso. (NICOLÁS, 2000, p. 3).

A carta do Padre Geral Adolfo Nicolás, de 16 de setembro de 2011, chamou a atenção de todos os jesuítas sobre a inquietação importante do compromisso da CG

35 acerca da ecologia, o que pode ser interpretado no sentido de que, se é feito o chamado de atenção, houve alguma distração.

Nesta carta, assim como em outros documentos institucionais, se explicita a necessidade de que se retome a missão original dos jesuítas, como parte da dinâmica institucional, subentendida na expressão “atentos aos sinais dos tempos”, o que significa estar atentos para as novas realidades, os novos contextos e seus desafios. O mesmo se reflete no parágrafo anterior desse documento, indicando certa acomodação ou desvio da missão dos Jesuítas; ressaltando o papel do líder institucional (neste caso, o superior geral) na atualização prática da missão dos jesuítas.

2.5. A atuação dos jesuítas na região do Projeto

2.5.1. Breve histórico do contexto da Região Perus

Perus é um distrito localizado na zona noroeste da cidade de São Paulo; faz divisa com os municípios de Caieiras, Cajamar e Osasco, recentemente com a ligação do rodoanel pelo trecho Oeste e sedia o maior parque municipal de São Paulo, o Parque Anhanguera. Perus tornou-se de fato um distrito municipal em 1934, desmembrado do então subdistrito de Nossa Senhora do Ó, porém o bairro ficou dependente da jurisdição do distrito inicial.

A história mais conhecida sobre o nome de Perus é a de Dona Maria, que servia refeições de qualidade para os tropeiros que passavam na região, tornando-se famosa entre eles. Por criar perus, passou a ser chamada de Maria dos Perus e servia de referência na região: "vou lá onde tem a D. Maria dos perus", "vou onde tem perus", "vou na fazenda dos perus" ou "vou lá em perus". Outra história, focada no nome "perus", é que, oriundo da língua tupi-guarani, o nome "Perus" foi uma justaposição e modificação do real nome "PI-RU", que traduzido, significa pôr-se apertado, à força.

Atualmente, fazem parte da região de Perus mais de 45 bairros, chamados também de "Vilas", sendo inconcebível falar do distrito, sem citar o nome da vila à qual está se referindo. Dizer apenas "moro, conheço, trabalho em Perus", fica vago ante a dimensão do bairro, o que tem prós e contras, sendo a maior dificuldade da prefeitura para acompanhar o rápido e constante crescimento do distrito.

O bairro/distrito de Perus conserva muitas histórias ao longo dos anos. Muitos protestos importantes ocorreram na região, com destaque na mídia nacional e internacional e abriga em sua área, a maior escola estadual (E.E. Brigadeiro Gavião Peixoto), com 8.500 metros quadrados de área construída, contando com 3.600 alunos no ensino fundamental, médio e supletivo, divididos em três turnos, referência em toda a região. A região também abrigou em seu território a primeira fábrica de cimento do país, a Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus, que produzia o mais denso e original cimento, com cor bem escura, impulsionando o crescimento do bairro com a formação das vilas de operários. Porém, depois de muitos protestos, a fábrica de cimento foi desativada por pressão popular, encerrando suas portas definitivamente em 1986.

Com a venda da fábrica do grupo canadense para o grupo J.J. Abdalla em 1951, as condições de trabalho se agravaram acentuadamente, tanto em relação à manutenção dos equipamentos, causando acidentes, como em relação ao respeito aos direitos trabalhistas dos operários (ALVES, 2011, p. 23):

Concomitante à precarização das condições de trabalho e o desleixo na manutenção dos equipamentos, ocorreu a não garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas. Para não atender à legislação vigente que dispunha para os trabalhadores a efetivação nos empregos ao completar 10 anos de casa, funcionários eram demitidos na proximidade do cumprimento deste tempo. Salários eram atrasados.

A consequência das divergências entre os operários da indústria de cimento com seus proprietários, devido ao descaso no descumprimento dos seus direitos trabalhistas, a negativa no reajuste de salários e o descumprimento de acordos celebrados, fez desencadear um movimento grevista, entre 1962 e 1969, denominado como a Greve dos Queixadas.

Da firmeza e resistência dos trabalhadores surgiu a comparação aos “queixadas”, espécie de porco, “o único bicho que, quando se sente em perigo, se une em grupo, em manada, bate o queixo – daí o nome queixada -, enfrenta a onça ou o caçador, este tem de se esconder numa árvore porque corre o risco de ser estraçalhado” (JESUS, 1992, p. 31).

Além da “greve dos queixadas”, Perus também foi palco de mobilizações e acontecimentos históricos, como na década de 70 contra a poluição oriunda do pó de cimento e, até hoje, as mobilizações ocorrem contra o Aterro Sanitário Bandeirantes, sendo destaque a descoberta da Vala Comum, na década de 90, local onde eram enterrados os corpos de suspeitos ou opositores, no regime militar no período de 1964 a 1985.

Outro aspecto importante é o fato de Perus contar com a Estrada de Ferro Perus-Pirapora, desativada embora existem projetos para sua reativação; o Condephaat definiu a região da Estrada de Ferro como patrimônio histórico e várias empresas e empresários contribuem para a reativação da Estrada, dentre elas a CPTM, que tem um projeto de turismo na região.

O distrito, em constante crescimento, é ainda carente de alguns serviços, mas grandes empresas e multinacionais se instalaram na região, fazendo a economia local avançar. O distrito é dividido em industrial, residencial e comercial - e a área industrial do distrito concentra-se, em sua maioria, às margens da Rodovia Anhanguera, que continua sendo motivo de atração para empreendimentos econômicos.

Com a fusão dos distritos de Perus e Anhanguera, a região de Perus representa uma área de mais de 57,2 km². As Rodovias Anhanguera e Bandeirantes, que "cortam" a região, fizeram com que parte dos bairros/vilas de Perus ficassem longe do centro do bairro e de outras localidades no mesmo distrito, não contribuindo para a visão global do distrito.

Segundo Debonis (2011, p. 42), a localização geográfica do distrito de Perus é visto dispersão urbana, sendo a importância da Rodovia Anhanguera a consequência

dessa dispersão; Reis (2006, p. 94) considera tal dispersão “uma consequência do sistema rodoviário”, com a capacidade de, “ao mesmo tempo integrar e dispersar a ocupação do solo [...] o que parece se evidenciar, é que o distrito, geograficamente isolado do contexto circunvizinho, representava e talvez ainda represente, um típico caso de dispersão urbana”.

Outro fator importante que aumentou a atenção para região de Perus foi a construção do Rodoanel Mário Covas, entregue para a circulação do tráfego em 2002. Foi a primeira alça do Rodoanel, com 32 quilômetros de extensão, abrangendo a Rodovia Régis Bittencourt nos municípios de Taboão da Serra e Embu até à Avenida Raimundo Pereira de Magalhães, pertencente ao bairro de Perus; atravessa também as rodovias Raposo Tavares, Castelo Branco, Anhanguera e Bandeirantes, o que facilitou a aproximação e acesso dos moradores de Perus a outras regiões da cidade.

Foram apontados por diferentes autores os impactos ambientais para a região de Perus e entorno com a construção do Rodoanel - como o Relatório de Análise Ambiental feito pela JGP - Consultorias e Participações Ltda. para a Companhia de Concessões Rodoviárias (CCR) - porém poucas ações foram realizadas para atenuar os danos causados na flora, na fauna, no aumento da poluição do ar, na contaminação do solo e nos recursos hídricos (DEBONIS, 2011, p. 109-110).

Como outras regiões de São Paulo, em especial a sul e a leste, tornaram-se saturadas e com pouco espaço para a expansão urbana, ressaltaram-se novas possibilidades de empreendimentos na região noroeste para o mercado imobiliário residencial ou empresarial, considerando ainda os aspectos naturais desta região. Com a instalação de empresas locais e o crescimento do mercado imobiliário, abriu-se a possibilidade de crescimento do mercado de trabalho, com a geração de emprego para a população local, porém ainda em pequena escala de oportunidades.

Em Perus também foi criada a Biblioteca Municipal de Perus, pela Lei nº 3.853 de 18 de março de 1950, inaugurada em 3 de setembro de 1966, devido ao crescimento populacional do bairro, especialmente pelo grande número de crianças; sua denominação atual foi adotada em 5 de fevereiro de 1973, pelo Decreto nº 10.360.

As atividades da biblioteca iniciaram em 24 de maio de 1968, em um pequeno espaço que anteriormente fora ocupado por um posto de saúde, possuindo somente duas salas, embora instalado em um terreno de 1.300 m². A biblioteca foi fechada para reforma em julho de 1970, reabrindo em julho de 1973, passando a ter 892 m² de área construída, sendo preservadas as árvores em torno do prédio.

Com o trabalho desenvolvido pela biblioteca na comunidade e a união de algumas pessoas preocupadas com a falta de recursos culturais no bairro, formou-se uma entidade apartidária e sem fins lucrativos, que recebeu o nome de Centro Cultural Ajuá, contando com a participação de funcionários da biblioteca, diretores e professores de escolas, comerciantes, funcionários da Administração regional, Sociedades Amigos de bairros e muitos outros.

Eram realizadas reuniões na biblioteca e as atividades do Centro Cultural tiveram início com o Cineclube, funcionando por algum tempo nas dependências da biblioteca e por muitos anos grande parte da programação das atividades da biblioteca foi realizada graças à colaboração desse Centro. De acordo com informações constantes do portal da Prefeitura Municipal de São Paulo (Sistema Municipal de Bibliotecas), em fevereiro de 1973, a Biblioteca Municipal do Distrito de Perus passou a denominar-se Biblioteca Infanto-Juvenil Padre José de Anchieta.

2.5.2. Características da ação dos jesuítas na região de Perus

Durante a metade dos anos sessenta, onde hoje é o CSF - Centro Santa Fé, funcionou a Faculdade Medianeira, na qual principalmente seminaristas estudavam filosofia. Em 1972, houve uma mudança de endereço da Faculdade que passou a funcionar primeiro na cidade do Rio de Janeiro e depois em Belo Horizonte/MG. Após este período, os prédios do Centro Santa Fé continuaram a ser usados para encontros, formação de lideranças, dentre outros eventos, porém a utilização da estrutura física não atingia seu potencial máximo, estava subutilizada.

Em 05 de outubro de 1994, aconteceu a 1ª reunião da equipe de coordenação da Casa de Encontros Santa Fé, com a participação do Pe. Fidel Garcia Rodriguez, Pe.

Miguel Elosua Rojo, Ir. Kimura Kazuo, Maria Ione Nicolli Alves, Ir^a Maria Magna e Ir^a Maria Augusta R. Rodrigues. Essa reunião teve como pauta definir os objetivos da Casa de Encontros a partir da circular do Provincial de setembro de 1994²⁴, que pedia um estudo com o objetivo de reorganizar e estabelecer normas, definir as atribuições de cargos, a infraestrutura e a programação para 1995. A partir dessa reunião foram pensados dois objetivos de longo prazo: o primeiro, verificar o que se poderia fazer em relação aos serviços aos jovens em geral (formação de lideranças) e em segundo lugar, o que se poderia oferecer de concreto para a arquidiocese, região e paróquias nos espaços disponíveis da Casa de Encontros. Os encontros eram temáticos e com o objetivo de contribuição específica à formação de jovens para a militância, se tratava de temas como formação humana, bíblica, espiritualidade, política, dentre outros, para a militância da juventude nas comunidades da Região de Perus.

A partir de 1998, o CSF inicia suas atividades com o Projeto de Educação Popular, iniciativa conjunta das comunidades do entorno e da obra Centro Santa Fé, objeto deste estudo.

Em encontros e reuniões para discutir o tema da CF - Campanha da Fraternidade, em 1997, um “Grupo de Rua”²⁵ composto por mulheres leigas da Comunidade São Francisco de Assis, na região da Anhanguera, buscaram um “gesto concreto” com o objetivo de minimizar os impactos que o tema encarcerados provocava naquela população.

O tema “Fraternidade e os Encarcerados” era o destaque da Campanha da Fraternidade naquele ano. Porém, a palavra, cárcere, partindo do contexto no qual vivíamos e vivemos, não pode ser considerado apenas em sentido literal; com o lema “Cristo liberta de todas as prisões”, a CF 97 já lembrava que “há muitos tipos de prisões, de cadeias que tiram a liberdade das pessoas – falta de condições mínimas de vida digna, consumismo, drogas, alcoolismo, trabalho escravo (com diversas formas novas de escravidão...) e outras”. É nesta perspectiva que o grupo

24 Trata da decisão de destinar as estruturas, que outrora eram usadas pela Faculdade, e agora subutilizadas, para um projeto social de maior impacto na Região de Perus/SP.

25 Pessoas que se reúnem para discutir sobre a Bíblia e a vivência dos princípios da mesma, suas consequências para a vida prática.

refletiu e chegou à conclusão de que um instrumento de intervenção e até de prevenção a esse cárcere seria a educação.

Com base em experiências de vida das próprias integrantes do grupo e na realidade que se apresentava, constatou-se que os jovens precisavam de estímulo e incentivo para se libertar do cárcere que o estigma de “morador da periferia” lhes impunha: o fato de não terem condições, nem educativa e nem financeira, de ingressarem no ensino superior. Decidiu-se então que seria criado o “Cursinho Cidadania”, no qual se abordaria não apenas a formação educacional desses jovens, mas, também o reconhecimento de seu direito individual a esta formação, como cidadão de direitos.

Inspirados no Decreto nº 18 da Congregação Geral XXXIV da Companhia de Jesus, que trata da importância de Centros de Educação Popular para jovens, os Jesuítas, na pessoa do Pe. Miguel Elosua Rojo, reserva duas salas (uma para as aulas e outra para a equipe) e, em agosto de 1997, tem início o Projeto de Educação Popular.

2.5.3. A opção pela Educação Popular

Trata-se de uma opção ético-político-pedagógica que se diferencia dos colégios jesuítas de longa tradição em educação. Segundo José Eustáquio Romão (STRECK *et al*, 2010, p. 133), “Para Paulo Freire não existe a educação, mas educações, ou seja, formas diferentes dos seres humanos partirem do que são para o que querem ser”. Segundo Freire, existem basicamente duas “educações”: a “bancária”, “que torna as pessoas menos humanas, porque se tornam alienadas, dominadas e oprimidas; e outra, libertadora, que faz com que deixem de ser o que são, para serem mais conscientes, mais livres e mais humanas”. A primeira é executada pelos (as) dominadores(as) e a segunda é desenvolvida “pelos(as) que querem a libertação de toda humanidade”. Segundo Freire, o que leva o ser humano à educação é um impulso natural:

É a inconclusão do ser, que se sabe como tal, que se funda na educação como processo permanente. Mulheres e homens se tornam educáveis na medida em que se reconhecem inacabados. Não foi a educação que fez mulheres e homens educáveis,

mas a consciência de sua inconclusão é que gerou sua educabilidade (FREIRE *apud* STRECK *et al*, 2010, p. 133).

Portanto, para Freire o ser humano inconcluso e inacabado se faz consciente da sua incompletude, vive este processo contínuo que o impulsiona à plenitude, portanto, para superar tal incompletude pela educação. Ao mesmo tempo, Freire amplia a educação com o alicerce da esperança (STRECK *et al*, 2010, p. 133) e afirma “não sou esperançoso por pura teimosia, mas por imperativo existencial e histórico” (FREIRE, 1992, p.10). Mas para ele a educação é também dialógico-dialética, porque é uma relação entre educando, educador e o mundo, no círculo de cultura, que deve substituir, no caso da educação escolarizada, a lua “...ninguém educa ninguém, nem tampouco ninguém se educa a si mesmo; os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, *apud* STRECK *et al*, 2010, p. 133). Por fim, para Freire a educação, é ainda *práxis*, isto é, uma profunda interação entre prática e teoria, em decorrência da relação entre a dimensão política e a dimensão gnosiológica da relação pedagógica, a prática precede e se constitui como princípio fundante da teoria. Esta, por sua vez, dialeticamente, dá novo sentido à prática, especialmente se for crítica, ou seja, resultante de uma leitura consciente do mundo e de suas relações naturais e sociais.

Os componentes da educação popular Paulo Freire apresentados podem ser lidos também na relação entre cultura popular e educação popular apresentada por Wanderley (2010, p. 23). Brandão (1984) fala de três tendências de interligações entre cultura popular e educação popular: 1) a educação popular é, em si mesma, um movimento de trabalho pedagógico que se dirige ao povo comum como instrumento de conscientização; 2) a educação popular realiza-se como um trabalho pedagógico de convergência entre educadores e movimentos populares, detendo estes últimos a razão da prática e os primeiros, uma prática de serviço, sem sentido em si mesma; 3) a educação popular é aquela que o próprio povo realiza, quando pensa o seu trabalho político – em qualquer nível ou modo em que ela seja realizada, de um grupo de mulheres a uma frente armada de luta – e constrói o seu próprio conhecimento (BRANDÃO, 1984, *apud* WANDERLEY, 2010, p. 23).

Esta breve e incompleta apresentação sobre a visão de educação popular de Paulo Freire é tão somente para indicar seus fundamentos inseridos nos documentos no projeto social objeto de estudo deste estudo. É um modo de participar e desenvolver

juntos que constrói, em base ética-política-pedagógica, a libertação que brota da tomada de consciência de si, da realidade, do outro nas complexas relações sociais do cotidiano. Neste processo, as atividades se revelam como estratégias de apoio para o caminho da autonomia e transformação social. Nos parágrafos seguintes aparecerão elementos que indicarão processos e níveis de participação.

No final de 1997, em uma das atividades realizadas na Casa de Encontros, foi feita uma pesquisa para levantar as necessidades e os interesses dos jovens com relação à educação e constatou-se que a alfabetização e as atividades esportivas e culturais eram as mais procuradas.

No início de 1998, o CSF decidiu definitivamente articular-se com a comunidade da Região com a proposta de desenvolver uma ação educativa junto à comunidade, que colabora na definição dos novos cursos que seriam oferecidos. A partir de então, além do “Cursinho Cidadania”, que passou a ser denominado “Grupo de Estudos Cidadania” para se diferenciar dos cursinhos comerciais e dar ênfase ao estudo coletivo, o espaço passa a oferecer cursos de informática, Telecurso 1º e 2º graus, domingos de cultura e lazer, cursos de velas e artesanatos em geral (pintura em tecido, marchetaria e mosaico), cantos e liturgia, e são continuados os retiros e encontros de jovens.

O Centro Santa Fé começou a montar a estrutura para atender à demanda crescente do Projeto, contratou funcionários, adquiriu e disponibilizou veículos para transportar os educandos e outros equipamentos necessários ao desenvolvimento das atividades. Em 2002, jovens bolsistas universitários que estudaram no Curso Pré Universitário Cidadania e outros de Universidades Públicas organizaram o Grupo Trilha, com o apoio dos coordenadores e da direção do CSF e em 2003 mais 5 salas foram construídas para melhor atender as demandas do Projeto de Educação Popular.

A partir de 2007, para atender ao público que mais necessitava desse trabalho, já que a procura era maior do que o número de vagas, uma mudança de estratégia de seleção foi necessária. Citamos como exemplo, o Pré Universitário Cidadania, que realizava uma prova para selecionar os melhores classificados. Começou-se, então,

a visitar todos os inscritos e a selecioná-los considerando, principalmente, a situação social de cada um, ação importante inclusive para os educadores, que passaram a conhecer melhor o contexto de vida de seus educandos.

Para tal opção, grandes mudanças pedagógicas também foram realizadas com o objetivo de integrar ainda mais os cursos oferecidos dentro da proposta de formação integral com os princípios de uma educação que valorizasse a Formação Humana e Profissional do indivíduo para a construção de sua cidadania. (Companhia de Jesus, 2009, p. 12).

O Centro Santa Fé (CSF), obra social sem fins lucrativos dos jesuítas que conta com 13.817,16m² construídos e uma vasta área verde, participa ativamente de lutas e movimentos sociais, como a Romaria do Grito dos Excluídos, a Comemoração dos 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, atos contra a violência, manifestações contra o lixo e contra a cobrança irregular de pedágios e organização dos assentamentos rural-urbanos do Movimento Sem Terra, na Região, dentre outras atividades.

Foram coletadas informações disponíveis dos anos do período analisado (1998-2008) das áreas de Educação Popular e Encontros e as informações do quadro a seguir foram extraídas dos Relatórios de Atividades enviados à administração e demonstram o número de adolescentes e jovens atendidos.

Em 2006, foram atendidas 31.797 pessoas e a particularidade desse ano foi a conclusão da construção do prédio da Unidade Básica de Saúde (UBS) do Recanto dos Humildes – Perus também apoiada pelos Jesuítas, atualmente modelo de UBS para Perus e Região. No período em análise os atendimentos realizados nos projetos são resumidos na tabela 2 a seguir, excetuando-se os relativos aos anos de 2004 e 2005, cujos relatórios foram extraviados:

Tabela 2. Número de pessoas atendidas pelos jesuítas nos projetos envolvendo jovens e adolescentes na região de Perus/SP entre 1998 e 2008.

Projetos desenvolvidos	No. de atendidos							
	1998/99	2000	2001	2002	2003	2006	2007	2008
Projeto de Apoio Integral						2	3	3
Projeto de Apoio à Saúde da Família						30.000	30.400	31.000
Projeto Educando						110	120	120
Projeto Qualificar						782	803	835
Projeto Saber						180	185	198
Formação de Lideranças Juvenis		39			25	723	680	725
Encontros de Formação Humana e Espiritual		299						
Seminário de Direitos Humanos					19			
Cidadania e participação		53						
Curso de informática, comunicação e expressão		174	332	87	210		220	250
Curso pré-vestibular/universitário			426		243		175	225
Grupo de estudo pré-vestibular - Cidadania				157				
Curso de Formação Humana			363					
Curso de Formação Humana e formação juvenil				49				
Supletivo de 1o. e 2o. grau		107	12					
Reuniões de conscientização			147					
Curso de artesanato	809	120		49	33			
Curso de criatividade		80						
Curso de desenho artístico					42			
Cineforum	725							
Tarde cultural	80							
Domingo de arte, cultura e lazer	700							
Acampamento	13							
Show	570							
Total	2.897	872	1.280	342	472	31.797	32.586	33.356

Fonte: Relatórios de Atividades dos projetos sociais. Elaborado pelo autor.

A partir de 2008, o público atendido mudou, a estrutura dos cursos foi reorganizada e os valores investidos foram maiores para sustentar as novas demandas; por outro lado, foi o momento de ajuste também pela legislação acerca das entidades filantrópicas. De fato, as políticas de assistência social implementadas pelos governos se impuseram sobre as organizações da sociedade civil e doravante, alguns projetos de formação de foco mais político e em valores cristãos que não se enquadravam na política de assistência social entraram numa etapa progressiva de falta de recursos, públicos ou de outras fontes, a exemplo dos pré-universitários.

Se positivo por um lado, mas novamente sem planejamento e recursos para a transição, se verifica por alguns anos que há demanda que não pode ser atendida

como outrora; como se num passe mágico se suprisse o que por décadas era precário ou mesmo ausente no horizonte das políticas públicas.

3. ESTUDO DE CASO - EXPERIÊNCIA E PROTAGONISMO DE JOVENS

3.1. Procedimentos metodológicos

3.1.1. Caracterização da pesquisa

A quantidade de entidades sem fins lucrativos aumentou substancialmente nas últimas décadas, existindo oficialmente no Brasil, em 2010, 290,7 mil Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos – Fasfil, embora com queda no crescimento no período de 2006 a 2010 (8,8%) em relação ao período 2002 a 2005 (22,6%). Com localização geográfica similar à da população na região sudeste (44,2% das entidades e 42,1% da população), as maiores entidades (com 100 ou mais pessoas assalariadas) estão concentradas no Sudeste (58,5% do total das grandes entidades do País) (IBGE, 2012).

O grande número de entidades não permite a coleta de informações sobre o universo, e optou-se pela análise do Projeto Social dos Jesuítas na região de Perus, distrito da zona oeste do município de São Paulo. Este estudo tem como objetivo principal explicitar e analisar a Política Social dos Jesuítas, subjacente ao Projeto Social institucional implementado no período de 1998 a 2008, na concepção de formação de lideranças juvenis, contribuindo para a reflexão de política social nacional na sua totalidade e para a política e prática social dos Jesuítas adequada ao contexto atual de Perus/SP.

Para atingir o objetivo geral, foram estabelecidos os seguintes objetivos intermediários para a pesquisa, sendo o primeiro tratado anteriormente e os demais abordados com detalhe neste estudo de caso e o último tratado nos capítulos subsequentes:

- 1) Pesquisar os aspectos relevantes das políticas sociais nacionais relacionadas ao tema central;
- 2) Estudar em profundidade um projeto social e revelar os aspectos que contribuem para seu sucesso e para a obtenção de resultados positivos para a comunidade atendida;
- 3) Identificar se os objetivos do Projeto Social objeto deste estudo estão sendo cumpridos na prática e avaliar suas lacunas e potencialidades;
- 4) Verificar o reconhecimento social na comunidade abrangida no estudo de caso (Perus – São Paulo/SP) em relação ao Projeto Social;
- 5) Rever a intencionalidade do Projeto Social em análise e sua necessidade de atualização para o novo contexto social, político e econômico nacional e internacional.

A hipótese tratada é que, as mudanças determinadas pela globalização neoliberal hegemônica que levaram à fragmentação das políticas sociais, são fenômenos que constituem explicação plausível das práticas assistencialistas de governos e organizações sociais, da descontinuidade e baixa implementação de políticas sociais. Nesse contexto, nas regiões periféricas das grandes cidades, o desenvolvimento de projetos com enfoque no desenvolvimento humano integral, executados pela sociedade civil, contribuíram de forma relevante para a formação de lideranças sociais e para o Movimento Social por Política Social Integral. A integralidade de Política Social, na compreensão da Companhia de Jesus, é o que contempla o todo da vida humana, onde quer que ela exista. Não se trata apenas de alguns aspectos que geram certo bem estar à população, mas de fortalecer as pessoas como sujeitos políticos que lutam por uma realidade complexa e que realmente crie uma sólida e adequada estrutura social que garanta a qualidade de vida pessoal e comunitária.

Considerando a impossibilidade de análise de todas as contribuições da Sociedade Civil no novo contexto social, político e econômico, o estudo se restringe à análise do Projeto Social dos Jesuítas, nos enfoques relacionados ao ensino superior e ao mundo do trabalho na região de Perus, distrito do Município de São Paulo, no período de 1998 a 2008. O citado projeto visa atender jovens e adolescentes, no contexto da mediação para a participação e o protagonismo de lideranças pela

transformação social, visando seu impacto nos participantes do projeto e, conseqüentemente, em seu contexto social.

No que se refere à relevância, este estudo é pertinente, inicialmente, com o desenvolvimento do autor, pois ocorre em coerência com sua trajetória pessoal e profissional e sua participação em Projetos Sociais articulados com Movimentos Sociais na região analisada.

Em segundo lugar pelo contexto sócio político econômico ambiental e cultural da Região Perus/SP, sua história de lutas em Movimentos Sociais, é relevante pesquisar a POLÍTICA do Projeto Social analisado, que explicita a opção dos Jesuítas pelas juventudes empobrecidas e sua contribuição às Políticas Sociais, o que dirigiu a escolha de autores que tematizam, por um lado, a ausência de políticas públicas que atendam de forma mais integral às demandas das populações da periferia e, de outro, a fragmentação das políticas sociais, advogando pela necessidade da construção de política social integral.

Em terceiro lugar pela relevância da contribuição para a construção de uma concepção e prática de política social transformadora que fortaleça Movimentos Sociais e mediações de construção de uma Política Social Integral dos Jesuítas válidas em contexto atual, este estudo poderá conduzir ao eventual redirecionamento das intervenções dos Jesuítas na região, ampliando o potencial de impacto social da instituição e maiores benefícios aos participantes e à comunidade. Em função da ação colaborativa dessas políticas sociais da sociedade civil, com a intencionalidade de forjar novas políticas públicas, diante da ausência de políticas governamentais, um projeto social acaba sendo, para um significativo número de empobrecidos, a *única oportunidade* de abrir horizontes de outro futuro possível. Assim, do ponto de vista social, justifica-se a realização deste estudo na identificação e demonstração da pertinência e relevância das políticas sociais de gestão da sociedade civil no acesso à educação e ao mundo do trabalho para o desenvolvimento, em caráter social amplo ou de pequena parcela da população, no caso a *participação* e liderança juvenil do projeto em questão.

Nesse contexto, a análise do tema e do objeto da pesquisa, ora propostos, tem o potencial de propiciar uma contribuição crítica reflexiva aos governos e a outras práticas de atendimento assistencial sobre a necessidade de políticas sociais mais efetivas, que contemplem a integralidade como elemento básico para o desenvolvimento socioambiental sustentável da região.

Na esteira do contexto social debatido nesta pesquisa, a pretensão é contribuir para o desenvolvimento de política social integral, elucidando as reflexões das obras dos autores a seguir mencionados, cujas produções apresentam conteúdos intimamente relacionados ao tema do projeto proposto, além da identificação pessoal do autor com as obras selecionadas e apresentadas.

3.1.2. Escopo da análise conceitual

Para Gramsci (1891-1937), mesmo que o conhecimento não seja original, pode ser criticamente difundido, ou seja, verdades já descobertas podem ter ressignificações em novos contextos sociais e políticos.

Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas 'originais'; significa também e sobretudo difundir criticamente verdades já descobertas, 'socializá-las'; por assim dizer, transformá-las, portanto, em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral. O fato de que uma multidão de homens seja conduzido a pensar, coerentemente e de maneira unitária, a realidade presente é fato 'filosófico' bem mais importante e 'original' do que a descoberta, por parte de um 'gênio' filosófico, de uma nova verdade que permanece como patrimônio de pequenos grupos de intelectuais.

Para Freire (2001, p. 25) o conhecimento da realidade se dá num processo dialético entre a objetividade e subjetividade:

[...] a realidade concreta é algo mais que fatos ou dados tomados mais ou menos em si mesmos. Ela é todos esses fatos e todos esses dados e mais a percepção que deles esteja tendo a população neles envolvida. Assim, a realidade concreta se dá a mim na relação dialética entre objetividade e subjetividade.

No desenvolvimento deste trabalho optou-se por realizar a pesquisa com finalidades:

a) **exploratória**, visto que as informações disponíveis sobre o tema são insuficientes e ainda não foram sistematizadas cientificamente; b) **explicativa**, pois visa esclarecer os fatores que explicam a contribuição do Projeto Social objeto deste

estudo à comunidade local, seus desdobramentos na vida das pessoas beneficiadas e eventuais impactos sociais decorrentes da formação recebida; c) **metodológica**, pois pretende identificar mecanismos e procedimentos factíveis e potencialmente replicáveis em outros contextos sociais similares.

Adotou-se primordialmente a **abordagem interpretacionista**, que se apresenta mais adequada ao tema em análise, por considerar a complexidade da teia de relações humanas, do que a de enfoque funcionalista, que se estrutura sobre a visão de que as organizações são objetos tangíveis, concretos e objetivos, como afirmam Vergara e Caldas (2005):

Para os interpretacionistas, as organizações são processos que surgem das ações intencionais das pessoas, individualmente ou em harmonia com outras. Elas interagem entre si na tentativa de interpretar e dar sentido ao seu mundo. A realidade social é, então, uma rede de representações complexas e subjetivas.

Ao ser estabelecida a reflexão sobre política social integral a partir do projeto social em estudo e sua mediação para lideranças juvenis no acesso ao ensino superior e ao mundo do trabalho como objeto de pesquisa, focou-se primordialmente dados qualitativos, complementados por dados estatísticos e demográficos da região relevantes para o entendimento do problema, assim como das lideranças juvenis participantes, protagonistas do Projeto Social em análise.

A pesquisa possui, por um lado, o caráter de descrição da política social subjacente ao projeto social da Organização não governamental localizada na região de Perus/SP e a concepção de política social de lideranças juvenis participantes do Projeto Social da Companhia de Jesus e, por outro, o foco de análise e reflexão sobre informações contextualizadas e do estudo de caso, à luz dos autores selecionados.

Optou-se pelo método de análise **qualitativa**, que possui um caráter holístico, visando à compreensão mais integral de política social e da experiência de participantes, o que permitirá o uso de várias estratégias de coleta de dados. Por meio da interpretação dos fenômenos sociais desencadeados, seus significados e análise dos fatos, decorrentes da política social desenvolvida, visa-se estudar e focar o envolvimento e participação e liderança dos entrevistados no projeto social

realizado, suas opiniões e representações, por meio da avaliação e interpretação da análise de relatos/discurso.

3.1.3. Técnicas metodológicas

Quanto aos meios de investigação, foram selecionados os seguintes procedimentos/técnicas: **pesquisa bibliográfica**, com o levantamento da bibliografia relacionada ao tema central e correlatos; **pesquisa documental**, com base nos dados e relatórios produzidos e/ou desenvolvidos pela instituição mantenedora do projeto ao longo dos anos; **pesquisa de campo**, com a observação *in loco* no projeto analisado, além de pesquisa e entrevista com participantes; **pesquisa telematizada**, com a busca de informações através da Internet sendo uma das formas de coleta de informações; **entrevista**, estruturada e não estruturada, com participantes do projeto selecionado; e **estudo de caso**, na medida em que se optou pela análise em profundidade de um projeto social característico do tema e ilustrativo da ação da sociedade civil na solução do problema identificado.

Inicialmente, a análise e reflexão ocorreu pela leitura e análise de livros, artigos ou outros meios de informações em periódicos (revistas, boletins, jornais), permitindo o embasamento e contextualização teóricos sobre a política social em projetos sociais, relacionando as concepções das variáveis “**participação**” e “**transformação social**” sob a ótica de alguns autores cujas obras refletem criticamente a fragmentação das políticas sociais e sugerem a integralidade da Política Social.

As variáveis adotadas foram necessárias para compreender de que forma a ação dessa organização se materializou na região ao longo do tempo: “**participação**”, em “**Movimento Social**” com foco em associações, sindicatos, partidos, igrejas e outras, visando a “**transformação social**”, analisando a formação das lideranças, variáveis políticas e a trajetória do Movimento Social, dentre outras.

Complementando a necessária e obrigatória pesquisa bibliográfica, para obtenção das informações suficientes para o estudo do problema, utilizou-se pesquisa documental, aplicação de questionário e entrevistas e, ao longo do trabalho.

A pesquisa documental concentrou-se em documentos sobre a origem e história da Política Social dos Jesuítas, com referência a decisões institucionais mais relevantes acerca da política social dos Jesuítas e documentos, planos, atividades do trabalho desenvolvido pelo Centro Social dos Jesuítas de 1998 a 2008 na Região Perus/SP.

Para o estabelecimento das bases iniciais da pesquisa com os participantes, inicialmente foi realizada uma entrevista semiestruturada com uma jovem que, além de participar do projeto durante muitos anos, atua presentemente na instituição, conhecendo profundamente sua história e desenvolvimento histórico.

Para Mazotti e Gewandsznajder (2000, p. 168), “a entrevista pode ser a principal técnica de coleta de dados ou [...] ser parte integrante da observação do participante“, técnica adequada a este estudo, na medida em que se visa identificar o sentido e impacto filosóficos e práticos da formação recebida pelos participantes:

[...] de um modo geral, as entrevistas qualitativas são semiestruturadas, sem fraseamento e uma ordem rigidamente estabelecidos para as perguntas, assemelhando-se muito a uma conversa. Tipicamente, o investigador está interessado em compreender o significado atribuído pelos sujeitos a eventos, situações, processos ou personagens que fazem parte de sua vida cotidiana (MAZOTTI e GEWANDSZNAJDER, 2000, p. 168).

A partir dos dados coletados na entrevista inicial, elaborou-se o questionário, aplicado eletrônico eletronicamente a uma amostra de pessoas participantes do projeto entre 1998 e 2008, com o objetivo de atender, obter conteúdo suficiente a para análise e reflexão no eixo transformação social e a segunda selecionar pessoas para participar do *focus group*. Com perguntas abertas e fechadas, o questionário foi estabelecido para obter respostas que permitissem identificar:

- a) a situação social atual dos participantes (perfil socioeconômico e outros.);
- b) as contribuições que o fato de participar do projeto social dos Jesuítas trouxeram para sua trajetória de vida;
- c) as pessoas interessadas em participar das entrevistas para o estudo de caso.

Adotou-se, de forma complementar, a técnica de *focus group* (grupo focal) em razão da complexidade do tema tratado e amplitude de percepções potenciais sobre os resultados do projeto na vida das pessoas envolvidas. Segundo Galego e Gomes (2005), o *focus group*, tendo como objetivo “extrair das atitudes e respostas dos participantes do grupo, sentimentos, opiniões e reações que se constituiriam em um novo conhecimento”. Na área das Ciências Sociais, é utilizado “para a abordagem de determinados temas com mais profundidade, revelando certas características de um grupo e dos indivíduos que o compõem, que outras técnicas não permitem alcançar”. Essa técnica foi escolhida para este estudo, considerando a fluidez dos resultados sociais e o necessário aprofundamento dos impactos na vida dos participantes para a identificação dos projetos sociais, descrito detalhadamente em tópico posterior deste capítulo.

3.1.4. Protagonismo juvenil

Este projeto de pesquisa situa-se no campo das Ciências Sociais e tem por finalidade o conhecimento da realidade da Região Perus/SP, em particular a população juvenil, que, sem acesso às políticas públicas governamentais, tiveram a oportunidade de participar de projeto social objeto deste estudo, com possibilidade de adentrar no universo do ensino superior e no mundo do trabalho, relevantes para suas vidas enquanto processo emancipatório pessoal e na criação de lideranças em processos de transformação social. Dessa forma, não é suficiente analisar dados objetivos, é preciso uma aproximação maior com o objeto pesquisado, fato que, metodologicamente, indica a adequação do método de estudo de caso.

Esse método, característico das Ciências Sociais, tem vantagens e desvantagens que devem ser analisadas à luz do tipo de problema e questões a serem respondidas, do controle possível ao investigador sobre o real evento comportamental e o foco na atualidade, em contraste com o caráter do método histórico (Bressan, 2000).

Um ponto comum entre vários autores (GOODE e HATT, 1969, YIN, 1989, BONOMA, 1985) é a recomendação de grande cuidado ao se planejar a execução do estudo de caso para fazer frente às críticas tradicionais que são feitas ao método. Esse método "... não é uma técnica específica. É um meio de organizar dados sociais preservando o caráter unitário do objeto social estudado" (GOODE e HATT, 1969, p.422). De outra forma, Tull (1976, p 323) afirma que "um estudo de caso refere-se a uma análise intensiva de uma situação particular" e Bonoma (1985, p. 203) coloca que o "estudo de caso é uma descrição de uma situação gerencial".

Essa definição, apresentada como uma "definição mais técnica" por YIN (1989, p. 23), nos ajuda, segundo o autor, a compreender e distinguir o método do estudo de caso de outras estratégias de pesquisa como o método histórico e a entrevista em profundidade, o método experimental e o *survey*:

[...] o estudo de caso é uma inquirição empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, quando a fronteira entre o fenômeno e o contexto não é claramente evidente e onde múltiplas fontes de evidência são utilizadas.

Ao comparar o estudo de caso com outros métodos, Yin (1989) afirma que para se definir o método a ser usado é preciso analisar as questões que são colocadas pela investigação. De modo específico, este método é adequado para responder às questões "como" e "porque", que são questões explicativas e tratam de relações operacionais que ocorrem ao longo do tempo mais do que frequências ou incidências.

Este método, e outros de natureza qualitativa, são úteis, segundo Bonoma (1985, p. 207) "... quando um fenômeno é amplo e complexo, onde o corpo de conhecimentos existente é insuficiente para permitir a proposição de questões causais e quando um fenômeno não pode ser estudado fora do contexto no qual ele naturalmente ocorre".

Bonoma (1985, p. 206) ao tratar dos objetivos da coleta de dados, coloca como objetivos do método não a quantificação ou a enumeração, "... mas, ao invés disto: (1) descrição, (2) classificação (desenvolvimento de tipologia), (3) desenvolvimento teórico e (4) o teste limitado da teoria. Em uma palavra, o objetivo é compreensão".

De forma sintética, Yin (1989) apresenta quatro aplicações para o citado método:

- 1) Explicar ligações causais nas intervenções na vida real que são muito complexas para serem abordadas pelos *surveys* ou pelas estratégias experimentais;
- 2) Descrever o contexto da vida real no qual a intervenção ocorreu;
- 3) Fazer uma avaliação, ainda que de forma descritiva, da intervenção realizada; e
- 4) Explorar aquelas situações onde as intervenções avaliadas não possuam resultados claros e específicos.

O questionário e o roteiro de entrevista e o esquema analítico do estudo de caso foram incluídos nos anexos deste estudo.

3.1.5. Descrição da operacionalização do estudo

A análise considerou os aspectos relacionados à efetiva contribuição do Projeto Social em estudo à comunidade local, seus desdobramentos na vida das pessoas beneficiadas e eventuais impactos sociais decorrentes da formação recebida.

Inicialmente, foi realizada uma entrevista com uma das participantes, visando alinhar a proposta de perguntas potenciais à realidade do projeto e à linguagem do público alvo pretendido. A versão preliminar do questionário foi disponibilizada em caráter experimental no aplicativo *Google Docs*, da empresa Google, sendo realizado o ajuste de algumas perguntas a partir das respostas iniciais.

O convite para responder a versão final do questionário foi enviado inicialmente a uma amostra de 177 pessoas, participantes do projeto no período de 1998 a 2008, que apresentou 22 endereços eletrônicos devolvidos por mudança pelo usuário. Considerando o baixo retorno inicial pelos potenciais pesquisados na primeira semana, a mensagem eletrônica convidando para participar da pesquisa foi novamente aos 155 endereços confirmados, além de contar com a colaboração de uma das participantes, que realizou o contato pessoal com os participantes de suas

relações, estimulando seu preenchimento. Finalmente, logrou-se o retorno de 42 questionários respondidos e integralmente validados (24%).

Na segunda etapa, os respondentes foram convidados a participar de uma reunião no formato *focus group*, no espaço do projeto. Optou-se por esse método de pesquisa adicionalmente, de forma a promover a triangulação com as respostas obtidas no questionário, assim como coletar informações complementares, não passível de obtenção na exclusiva utilização de métodos quantitativos. Assim, além de validar os resultados quantitativos obtidos, buscou-se, com esse método, ampliar a discussão sobre temas relevantes para as conclusões do estudo, de forma mais ampla e específica, em alguns pontos.

Para a operacionalização do *focus group* em apenas uma sessão, envolvendo 7 pessoas com alto grau de envolvimento no projeto, utilizou-se a técnica de filipetas – pequenos cartões com afirmações sobre os pontos relevantes da pesquisa – constantes do anexo, distribuídos aleatoriamente a cada participante, para estimular a discussão em grupo. O perfil dos participantes da sessão é apresentado na tabela 3 a seguir:

Tabela 3. Perfil dos participantes da sessão de *focus group*.

Idade	Sexo	Profissão	Escolaridade
43	Feminino	Auditora social	Pós graduação
24	Feminino	Administradora	Graduação completa
25	Feminino	Enfermeira	Pós graduação
25	Masculino	Técnico em automação industrial	Graduação completa
29	Masculino	Estudante de Psicologia	Graduação (em curso)
32	Feminino	Psicopedagoga	Pós graduação
36	Feminino	Administradora	Pós graduação

Fonte: Elaborada pelo autor.

Em cada uma das etapas, solicitou-se que os participantes lessem as frases recebidas, discutissem por 15 minutos e escolhessem a frase que mais representasse a percepção do grupo sobre o tema abordado, posteriormente apresentando a justificativa da escolha. Os temas abordados em cada uma das etapas e as respectivas frases constantes das filipetas foram:

Etapa 1. Tema: Contribuições do Projeto para a comunidade em geral

1. O projeto permitiu conscientizar as pessoas e promover a participação social e a maior contribuição do projeto foi ensinar a metodologia de trabalho popular e educação popular.
2. Mobilizar a comunidade em prol de políticas sociais representou o aspecto mais relevante do projeto para a comunidade, que não teria formação política e desenvolveu novas lideranças e militantes locais.
3. O que mais causou impacto positivo na comunidade foram os cursos, gratuitos e de qualidade, pois criou oportunidade de estudo e trabalho para os que mais precisam, que não teriam chance de se desenvolver sem o projeto.

Etapa 2. Tema: Contribuição do projeto para os participantes

1. Os cursos para formação profissional (informática, idiomas, técnicas administrativas, etc) e de preparação para o vestibular foram o mais importante para a vida dos participantes, pois garantiram um emprego e o acesso à universidade.
2. As oportunidades que o projeto ofereceu para o desenvolvimento pessoal (Formação Fé e Política, cursos de cidadania, Movimento Fé e Política, Trilha, Ciranda do conhecimento, etc) foi o que mais marcou a vida dos participantes, pois permitiram que as pessoas conhecessem a si mesmas e aos outros.
3. As outras atividades realizadas no projeto (biblioteca e midiateca, teatro, capoeira, cultura corporal, etc) foi o mais importante para as pessoas que participaram, pois a região não oferece opções de lazer.

Etapa 3. Tema: Papel dos Movimentos Sociais nas Políticas Sociais

1. Participação política, protagonismo e autonomia.
2. Isonomia de direitos, com ou sem substituição do Estado.
3. Conscientização da comunidade e articulação social

Etapa 4. Tema: O que precisa melhorar no projeto para atender às demandas atuais da comunidade (desafios e oportunidades)

1. Quantificar resultados, melhorar a divulgação do projeto e dos resultados, ampliar a participação da comunidade e a articulação com as redes sociais da região.
2. Aumentar o número de pessoas atendidas, ampliar público e resgatar a proposta inicial de formação política.
3. Fortalecer e ampliar a equipe do projeto, obter novos recursos financeiros e melhorar a infraestrutura física e operacional de atendimento.

4. QUESTÕES DERIVADAS DA PESQUISA

4.1. Contexto do objeto do estudo

4.1.1. Indicadores socioambientais da região

Embora possam ser identificados indicadores em outras fontes, optou pelos citados pela Rede Nossa São Paulo (2012), entidade que se dedica a analisar o perfil da principal megalópole do país. A página dedicada ao Observatório Cidade, fonte principal das informações deste tópico, possui atualização constante e maior conhecimento da realidade local, o que reflete uma análise mais detalhada da situação socioambiental da região.

Os dados atuais constantes dessa referência apresentam a seguinte distribuição por faixa etária, considerando a população total de 150.166 habitantes, conforme identificado pelo IBGE (tabela 4):

Tabela 4. Censos Demográficos/SMDU/Dipro- Retroestimativas e Projeções 2011 *apud* Rede Nossa São Paulo²⁶

Faixa etária	Quantidade	%
0 a 9 anos	23.913	16%
10 a 14 anos	14.851	10%
15 a 19 anos	13.525	9%
20 a 29 anos	27.809	19%
30 a 59 anos	60.771	40%
60 anos ou mais	9.295	6%
Total	150.164	100%

Fonte: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

De acordo com a entidade, no distrito de Perus se destacam os indicadores a seguir, constantes do documento intitulado “Indicadores e Referências de Metas para São Paulo 2013-2016”. Se do ponto de vista positivo, se destacam a inexistência de ocorrências de mortalidade materna, mortes com bicicleta e mortes com automóvel,

²⁶ Fonte: Rede Nossa São Paulo. Disponível em <http://www.nossasaopaulo.org.br/observatorio/>

no extremo oposto (negativo) o distrito tem os indicadores relevantes seguintes, considerando a população de 150.166 habitantes²⁷:

Equipamentos esportivos – com um total municipal de 459 equipamentos, Perus não conta com nenhum, sendo a meta garantir, no mínimo, um equipamento esportivo para cada dez mil habitantes por distrito, o que equivale a uma necessidade de 15 equipamentos no distrito.

No que se refere à **assistência social**, em 2009 não havia nenhuma pessoa na condição de “população em situação de rua” – acolhido - no distrito. Embora em 2011 tenha sido identificado 0,01% de pessoas em situação de rua, tal percentual é muito inferior à média do município (6,765%).

No que tange à **cultura**, com grande evolução nos últimos anos, o número de livros disponíveis nas bibliotecas municipais, por habitante, para leitores na faixa etária de 7 a 14 anos cresceu de 0,68 em 2007 para 1,26 em 2011; no entanto, o acervo de livros para adultos (15 anos ou mais) caiu de 0,66 em 2007 para 0,33 per capita em 2011. Os denominados “Equipamentos culturais públicos” (equipamentos públicos de cultura, municipais, estaduais, e federais) apresentam, do total de 233 equipamentos do município, o percentual de 0,42% no distrito em 2010, decrescendo dos 0,45% em 2009. Não contando com museus, pontos de cultura, salas de show e concerto ou teatros, o distrito não teve participação no percentual de pessoas beneficiadas no município, o que reflete a dissonância entre as regiões, como, por exemplo, a Liberdade, principal distrito desse tópico, que contou com 64,2% das pessoas beneficiado culturalmente.

Na **Educação no ensino médio**, de acordo com dados da mesma fonte, originados do Censo Escolar/INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), a porcentagem de alunos que abandonaram o ensino médio na rede privada entre 2007 e 2011 foi de 0%, excetuando-se o ano de 2009 (0,64%). No entanto, quando considerada a rede pública, o percentual evoluiu de 0,81% em 2007 para 7,73% em 2011. Ao se analisar a distorção idade/série no ensino médio (porcentagem de alunos com dois anos ou mais de defasagem em relação à idade ideal para as séries

27 ibidem

do ensino médio), na rede privada o percentual passou de 7,09% em 2007 para 3,48% na rede privada, enquanto na rede a redução foi muito menor: de 33,03% em 2007 para 23,96% em 2011. A reprovação nesse nível de ensino (porcentagem de alunos matriculados no ensino médio que foram reprovados) apresenta indicadores ainda mais alarmantes: enquanto na rede privada passou-se de 0% em 2007 para 2,07% em 2011, na rede pública, embora tenham havidos avanços, o percentual decresceu de 23,98% em 2007 para 18,49% em 2011.

Na **Educação fundamental**, as tabelas a seguir apresentam a evolução desses indicadores na rede pública e privada entre 2007 e 2011, também originárias do Censo Escolar/INEP, que demonstram que, embora perceba-se melhora nos indicadores, ainda é patente a baixa qualidade do ensino público na região, conforme a tabela 5:

Tabela 5. Evolução dos indicadores de Educação Básica – Ensino Fundamental nas redes públicas e privada de 2007 a 2012.

Indicador	Rede	2007	2008	2009	2010	2011
Abandono no ensino fundamental	Privada	0,00%	0,00%	0,09%	0,27%	0,17%
	Pública	0,34%	0,84%	0,92%	0,76%	0,90%
Distorção idade/série no ensino fundamental (alunos com dois anos ou mais de defasagem na série)	Privada	1,60%	1,52%	1,68%	2,29%	1,93%
	Pública	11,40%	10,82%	10,67%	10,15%	9,01%
IDEB ²⁸ - Rede pública de 1ª a 4ª série(1)	Pública	4,20	-	4,90	-	-
IDEB - Rede pública de 5ª a 8ª série	Pública	3,80	-	4,00	-	-
Reprovação no ensino fundamental	Privada	1,80%	1,45%	1,63%	1,70%	0,86%
	Pública	7,82%	8,11%	5,70%	4,40%	4,73%

Fonte: Rede Nossa São Paulo (2012)

Na **Educação infantil**, houve aumento no atendimento quantitativo nas creches tendo melhorado substancialmente entre 2008 e 2012 (de 69,22%) para 87,73%) conforme demonstra a tabela 6. Saliente-se que tal movimento ocorreu em todo o país, decorrente da maior fiscalização de tal direito constitucional pelo Ministério Público, em especial com o grande número de mandados de segurança obtidos para a abertura de vagas nos estabelecimentos públicos, sob risco de garantir o pagamento do estudo do pequeno cidadão em estabelecimentos particulares.

²⁸ O Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) é um indicador de qualidade educacional que combina informações de desempenho em exames padronizados (Prova Brasil ou Saeb) - realizados pelos estudantes ao final da 4ª série do ensino fundamental - com informações sobre rendimento escolar. O índice varia de 0 a 10. Fonte: Prova Brasil e Censo Escolar/INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais).

Não obstante tal melhora, o distrito ainda não conta com atendimento para a demanda total de creche e pré-escola.

Tabela 6. Evolução dos indicadores de Educação Infantil de 2008 a 2011.

Indicador	Média municipal	2008	2009	2010	2011	2012
Demanda atendida de creche (% de matrículas sobre o total de procura por vagas)	69,22%	44,96%	49,66%	39,92%	67,38%	87,73%
Demanda atendida de pré-escola (% de matrículas sobre o total de procura por vaga)	98,69%	92,45%	98,48%	97,24%	99,49%	99,6%

No que se refere à **habitação**, embora inexistam dados oficiais sobre cortiços na região, em 2011 constata-se a existência de 17,95% dos domicílios em favelas. Saliente-se que o distrito não foi beneficiado por programas sociais habitacionais ou habitações de interesse social.

O indicador de **inclusão digital** decresceu, de 2,42% dos telecentros municipais disponíveis no município em 2009, para 1,95% em 2012, estando em 21º. lugar dentre todos os distritos de São Paulo.

Nos aspectos relacionados ao **meio ambiente**, a área verde por habitante (metros quadrados de áreas verdes públicas por habitante) decresceram de 83,36m² em 2008 para 64,51m² em 2011, destacando-se que em relação à área total da subprefeitura, o percentual de áreas verdes caiu de 57,96% para 17,03% no mesmo período. O percentual de domicílios sem ligação com a rede de esgoto, embora tenha caído de 35,22% para 28,22% entre 2000 e 2007, representam grande quantidade de pessoas vivendo em condições precárias, inexistindo dados mais atuais sobre essa situação.

Do **orçamento municipal**, Perus representa o maior valor per capita tanto em relação ao previsto quanto executado, respectivamente, de R\$ 182,41 e R\$ 139,06 em 2012. Saliente-se que tal situação merece atenção especial, na medida em que seja mais de 3 vezes superior ao do distrito com menor aplicação de recursos públicos - Cidade Ademar, com R\$ 59,57 previsto e M'Boi Mirim, com R\$ 52,46 per capita executados – não se percebe, na região, o reflexo de tal alocação de recursos, nem do aumento de quase 20% em relação ao ano de 2008.

Na **saúde**, embora no indicador “crianças nascidas vivas com menos de 2,5 kg” o distrito esteja muito próximo da média municipal 9,47%), o número de curetagens pós-aborto de mulheres entre 15 a 34 anos na rede pública, por mil mulheres nessa faixa etária (5,01) está acima da referida média (4,32), salientando-se que o distrito com menor quantidade de curetagens (Pinheiros) apresenta apenas 0,81 casos/mil mulheres, o que demonstra que a condição socioeconômica tem impacto direto nessa situação. A gravidez na adolescência (19 anos ou menos) apresenta um dos maiores percentuais distritais, com 17,01% dos casos, enquanto o mesmo distrito de Pinheiros, em primeiro lugar positivo, apresenta a décima parte da situação de Perus nesse indicador (1,73%) e o pior (Parelheiros) se aproxima dessa região, com 19,62%. Perus apresenta o segundo maior índice de mortalidade infantil, com 18,04 óbitos de crianças menores de um ano em cada mil nascidas vivas e na mortalidade materna, com 85,4 óbitos femininos por causas maternas, por cem mil nascidos vivos. Na mortalidade por causas externas (acidentes e violências), com 38,52 óbitos por cem mil habitantes, por local de residência, o distrito ocupa a 7ª. melhor posição dentre os distritos, abaixo da média municipal 43,73), da mesma forma que na mortalidade por causas mal definidas, com percentual de 1,65%, contra 2,07% da média municipal. Na mortalidade por doenças do aparelho circulatório, o distrito tem a 3ª. melhor posição municipal, com 129,19 casos em cada cem mil habitantes. Nas mortes por doença respiratória, a 2ª. posição pode ser decorrente da residência em local com grande quantidade de áreas verdes. Com média quase idêntica à do município (22,44%), o no distrito há 22,08% de nascidos vivos cujas mães fizeram menos de 7 consultas pré-natal. Saliente-se que o distrito conta com 0,93 unidades básicas públicas de atendimento em saúde para cada vinte mil habitantes.

No que se refere aos leitos hospitalares, um dos indicadores fundamentais para a população, enquanto o melhor distrito (Consolação) conta com 2.642 leitos hospitalares (46,06 leitos hospitalares por mil habitantes), Perus não possui nenhum leito. Considerando a referência de meta de 2,5 a 3 leitos hospitalares para cada mil habitantes, o distrito deveria contar com uma quantidade entre 50 e 60 leitos.

Em relação ao **trabalho e renda**, a taxa média de desemprego na subprefeitura é de 10,6%, similar à municipal (10,0%); no entanto, quando considerada a população jovem (16 a 29 anos), há significativa diferença, na medida em que o município

apresenta índice percentual de 12,91% e o distrito de 14,20%, o que pode ser decorrente da pequena porcentagem de empregos na região (0,21%) em relação ao total da cidade, em antepenúltimo lugar dentre os distritos. Na renda advinda do trabalho, o distrito apresenta média de R\$ 1.587,17, inferior à média municipal (R\$ 1.839,98), sendo quase metade do valor de cada um dos três distritos com melhor indicador (R\$ 3.411,60).

Na questão da **violência**, o distrito ocupa a 3ª. melhor posição no percentual de adolescentes envolvidos em ato infracional, com apenas 0,93% do total de atos infracionais do município, pouco superior aos dois anteriores (Pinheiros, com 0,64% e Parelheiros, com 0,68%), substancialmente menor do que os das últimas posições – Sé e Campo Limpo, respectivamente, com 6,55% e 6,58%. Destaca-se, também, a 2ª. melhor posição (88,83) no número de internações de crianças de 0 a 14 anos por causas relacionadas a possíveis agressões, por cem mil crianças nessa faixa etária, substancialmente inferior ao distrito em pior posição (Freguesia/Brasilândia, com 382,65).

No entanto, no número de internações de mulheres de 20 a 59 anos por causas relacionadas a possíveis agressões, por cem mil mulheres nessa faixa etária apresenta-se significativo, com 122,36 casos, próximo à média municipal (123,04), no entanto, muito menor do que o melhor distrito nesse indicador – Parelheiros – 42,09 e maior do que o pior – Guaianazes, com 234,48. No número de crimes violentos fatais por cem mil habitantes, por local de ocorrência, o distrito apresenta-se com indicador de 25,82 casos, similar à média municipal (22,60), e, embora seja significativamente inferior ao pior distrito – Parelheiros, com 47,88- tem realidade extremamente violenta em relação ao melhor colocado - Vila Mariana, com 8,97. Destaca-se que o distrito ocupa a 1ª. melhor posição nos crimes violentos não fatais, com 263,05 casos por cem mil habitantes, enquanto no pior – Sé – é de 1.092,35.

É relevante destacar o alto número de óbitos por homicídio de jovens do sexo masculino de 15 a 29 anos, por cem mil habitantes dessa faixa etária e sexo (33,69), contrastando com o primeiro e o último colocados – Pinheiros, com 6,40 e M´Boi Mirim, com 61,74. Situação que se repete no total de óbitos por homicídios, com Vila Mariana tendo o melhor indicador (1,73) e M´Boi Mirim com 15,62. Na terceira

melhor posição em número de roubos, com 210,72 casos por cem mil habitantes, destaca-se dos três piores nesse indicador, provavelmente em razão da maior circulação de pessoas com melhor condição econômica nessas regiões: Pinheiros (2.883,16, Santo Amaro (3.369,54) e Sé (3.779,89).

4.2. Resultados gerais do estudo

4.2.1. Perfil dos respondentes

Os 42 respondentes, que representam 24% da amostra inicialmente visualizada, apresentam o seguinte perfil:

- Majoritariamente feminino, com 29 mulheres (69%) e 13 homens (31%);
- 23 participantes (55%) declararam ser da cor/raça branca, 11 parda (26%) e 8 negra (19%);
- Na questão etária, optou-se pelos critérios adotados pelo IBGE (2010) na realização do último censo nacional; a faixa com maior representatividade foi a de 25 a 29 anos (15 participantes - 36%), seguido de 30 a 34 anos e 35 a 39 anos (ambas com 9 respostas cada – 21%), com 7% (3 respostas) entre 20 e 24 anos, 2% entre 40 e 44 anos (1 resposta) e 12% que optaram por não responder (5 pessoas).
- 76% dos pesquisados moram, presentemente, na região do projeto, contra 14% que moram em outra região e 10% que optaram por não responder.
- Em relação ao tempo de permanência no projeto, o gráfico 4 a seguir demonstra a concentração no período entre 2 e 5 anos (45%), seguida da participação por 1 ano ou menos (24%):

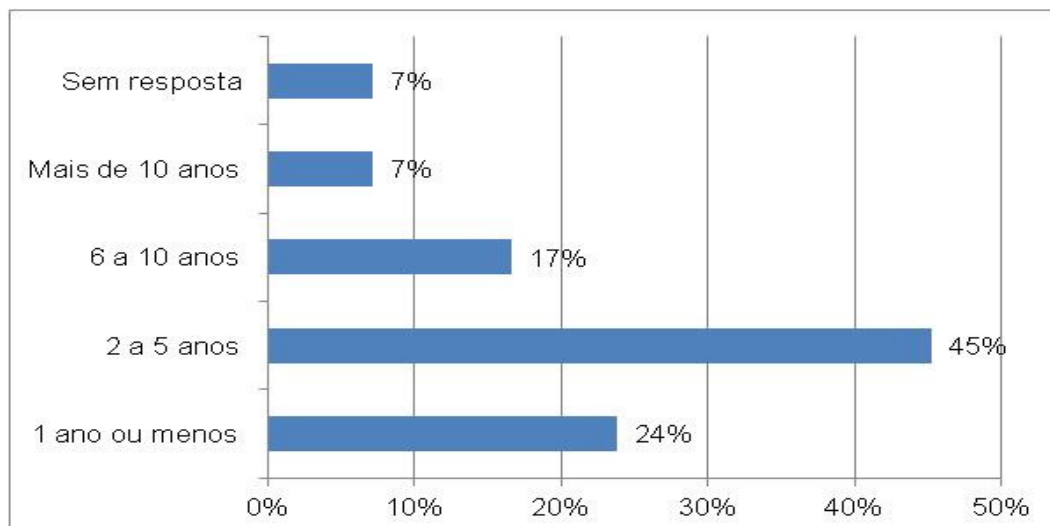


Gráfico 4– Percentual de participantes por tempo de permanência no projeto. Fonte: elaborado pelo autor

- No que se refere aos anos de início e de fim de participação no projeto, pode-se perceber, no gráfico 5 a seguir, a concentração do início entre 2001 e 2005 (52%) e final entre 2006 e 2010 (45%):

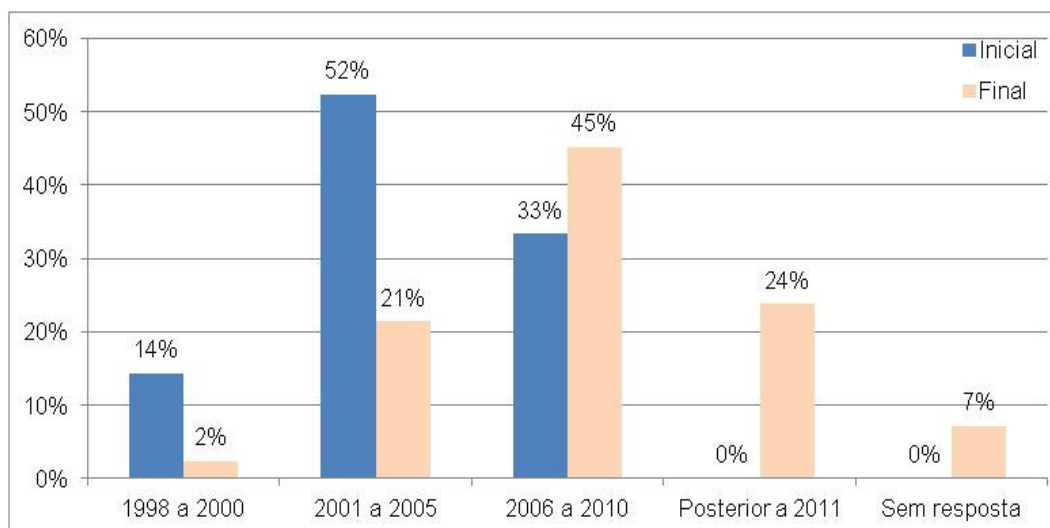


Gráfico 5 – Ano de início e fim da participação no projeto. Fonte: elaborado pelo autor.

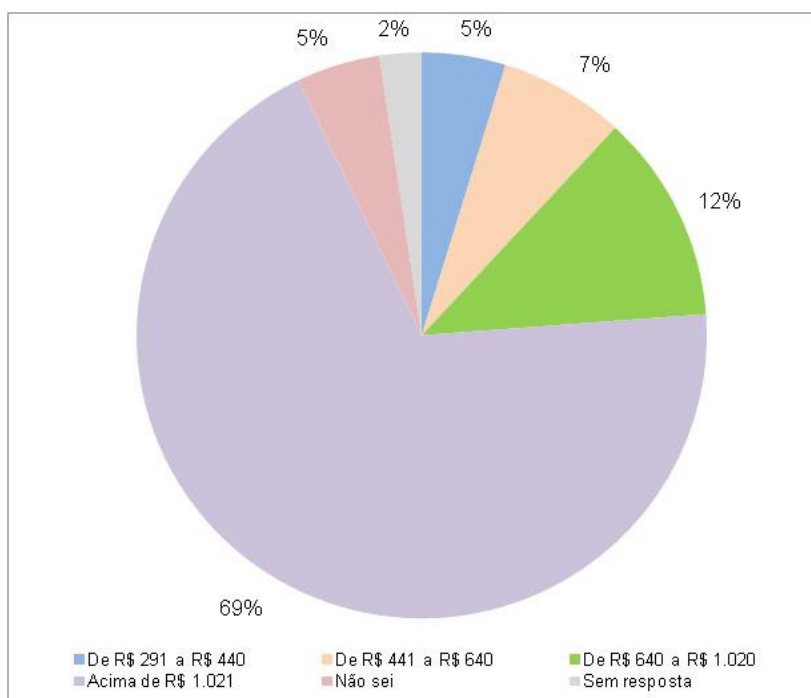
- Em relação ao perfil financeiro, optou-se por apresentar opções condizentes com a nova metodologia adotada pelo Governo Federal, vigente a partir de 2014 cujos valores adotados pela Comissão para Definição da Classe Média do Brasil (Secretaria de Assuntos Estratégicos/PR) relativos ao mês de abril de 2012, apresentados na tabela 7 a seguir:

Tabela 7. Renda familiar média dos indivíduos (valores expressos em R\$ em abril de 2012).

Classe	Renda familiar média (R\$/mês)
Extremamente pobre	227
Pobres, mas não extremamente pobres	648
Vulnerável	1030
Baixa classe média	1540
Média classe média	1925
Alta classe média	2813
Baixa classe alta	4845
Alta classe alta	12.988

Fonte: Presidência da República do Brasil- Secretaria de Assuntos Estratégicos²⁹.

Os resultados da amostra indicaram o seguinte perfil de renda *per capita* familiar pelos respondentes, como pode ser observado no gráfico 6 a seguir: quase 70% da amostra tem renda familiar acima de R\$ 1.021, sendo classificada, na escala oficial citada, como pertencente à classe média, compatível com os dados oficiais divulgados sobre a renda média do trabalho³⁰, de R\$ 1.587,17 em 2012 (gráfico 6).



29 Fonte: <http://www.sae.gov.br/vozesdaclassemedia/wp-content/uploads/Relat%C3%B3rio-Defini%C3%A7%C3%A3o-da-Classe-M%C3%A9dia-no-Brasil.pdf>.

30 Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego da SEADE (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados)/DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos). Disponível em <http://www.nossasaopaulo.org.br/observatorio/regioes.php?regiao=19&distrito=0&tema=11#>.

Gráfico 6 - Perfil de renda *per capita* familiar pelos respondentes. Fonte: elaborado pelo autor.

4.2.2. Informações recebidas sobre o Projeto

No que se refere às informações recebidas sobre o projeto, fator fundamental para a escolha ou não pela participação, o gráfico 7 seguinte aponta para o quase total esclarecimento sobre os diferentes aspectos do projeto.

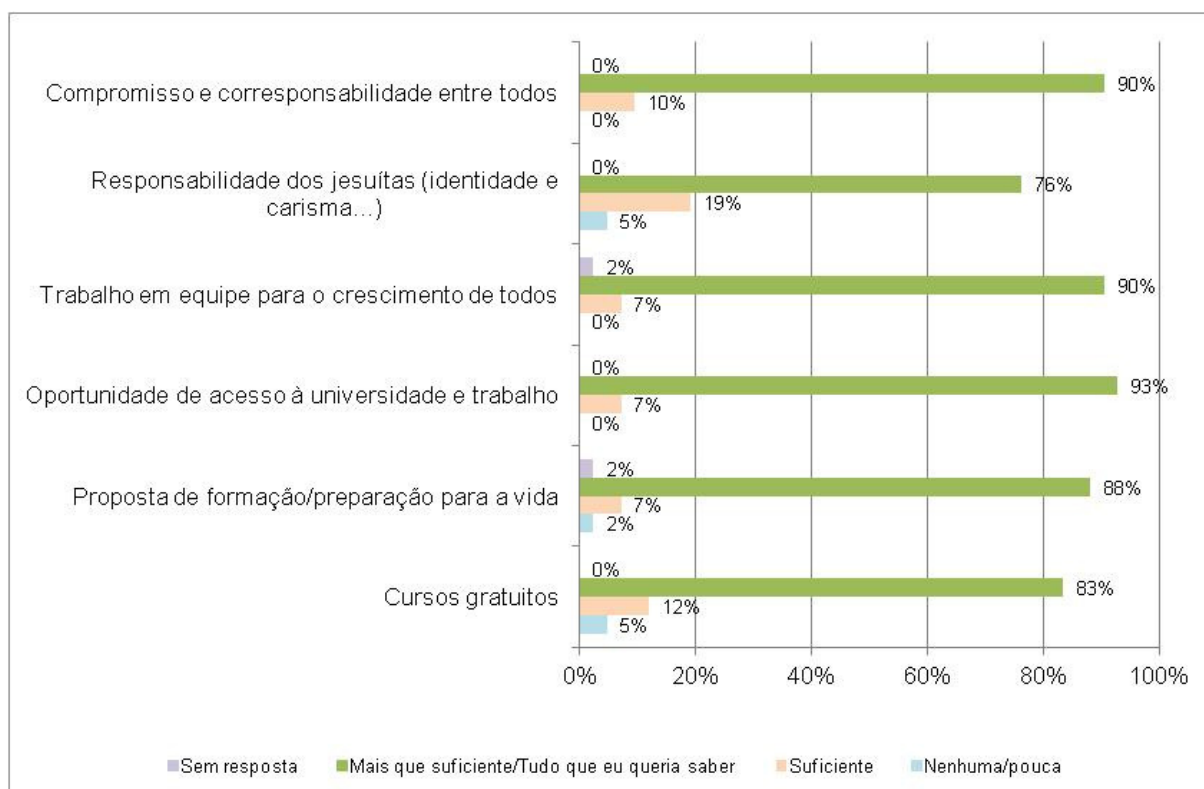


Gráfico 7 – Grau de esclarecimento dos participantes sobre os diferentes aspectos do projeto. Fonte: elaborado pelo autor.

Percebe-se, pelos resultados, que os percentuais na tabela indicados em verde (mais que suficiente/tudo que eu queria saber) indicam um forte equilíbrio entre a oportunidade gerada para os jovens e a formação para a vida, desenvolvida de forma corresponsável e em equipe. Não obstante, o carisma jesuíta é notado, ainda que com percentual menor (76%), se fez visível de alguma forma.

4.2.3. Motivação para participação

No que se refere à motivação para a participação, pode-se depreender, a partir do demonstrado no gráfico 8, que as principais razões que influenciaram a escolha dos participantes foram, principalmente, a possibilidade de acesso a estudos superiores, a percepção de trata-se de uma proposta de vida integral e a oferta de cursos gratuitos disponíveis.

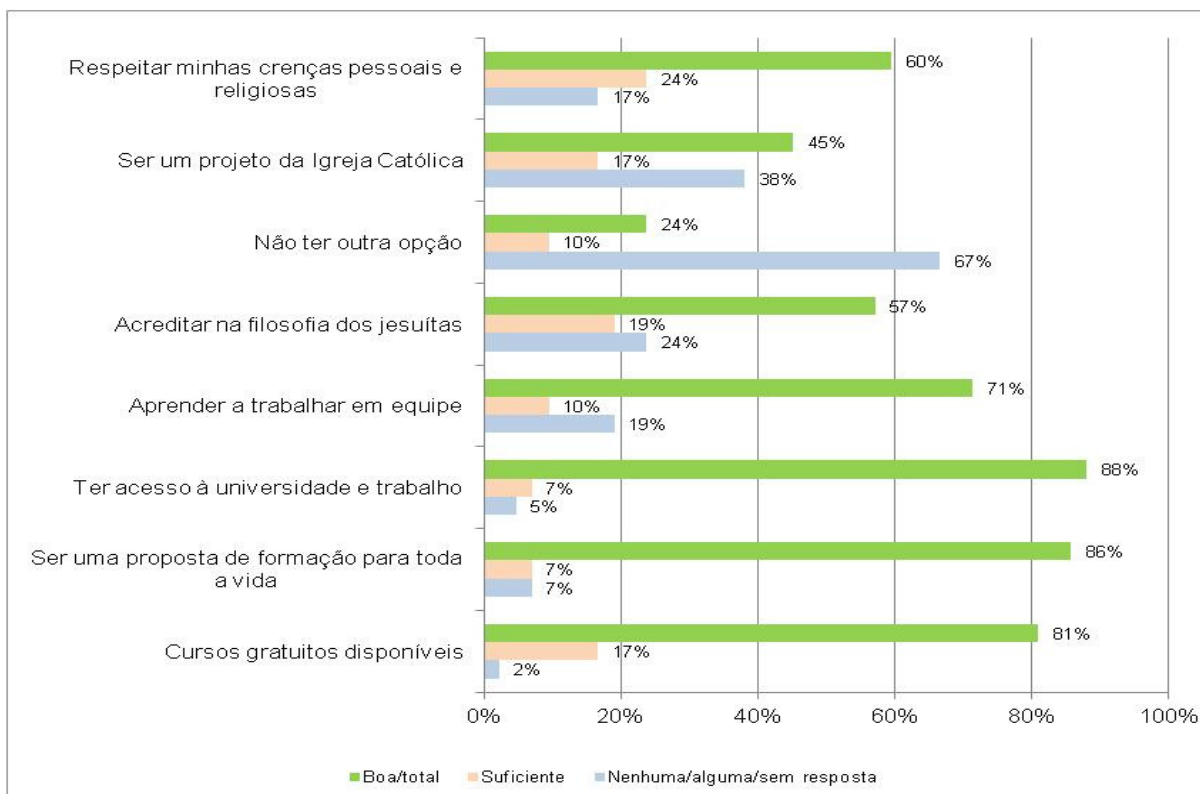


Gráfico 8 – Percentuais de motivação dos participantes. Fonte: elaborado pelo autor.

Embora esse tenha sido o resultado do questionário, nos tópicos seguintes, decorrentes do *focus group*, se apresentará sua importância para a aproximação inicial, havendo outras questões que influenciaram na permanência no projeto.

4.2.4. Importância do projeto para a comunidade

Para a comunidade, segundo a percepção dos participantes, o projeto teve como principal contribuição “Oportunidade de estudo e trabalho para os que mais precisam” (45%), seguido de “Conscientização e promover a participação social” (24%), assim como “Formar novas liderança e militantes locais” (12%), sendo as demais opções consideradas menos significantes nesse sentido: “Formar a

comunidade politicamente”, com 7%, “Mobilizar a comunidade em prol de políticas sociais” e “Oferecer cursos/formação gratuita”, ambas com 5% e, finalmente, “Ensinar metodologia de trabalho popular, educação popular”, com 2%. O gráfico 9 a seguir ilustra a citada distribuição conforme exposto.

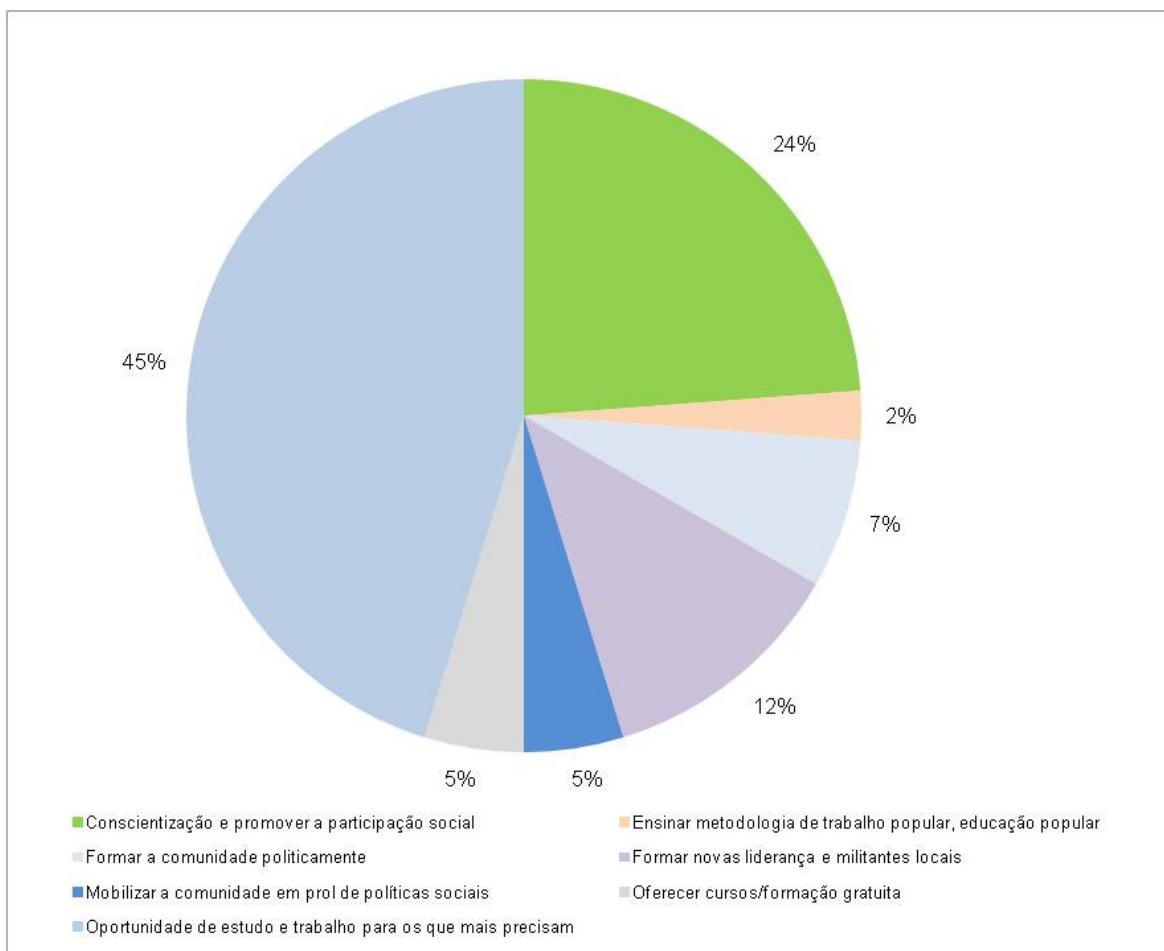


Gráfico 9 – Percepção dos participantes sobre os benefícios do projeto para a comunidade (%).
Fonte: elaborado pelo autor.

No aprofundamento realizado no focus group, foi solicitado aos dois grupos formados com os participantes presentes que escolhessem uma das três frases dentre as opções indicadas a seguir e justificassem sua escolha e, no caso de identificação de uma segunda frase relevante, efetuasse o mesmo procedimento. As discussões dos grupos apresentaram os seguintes resultados no tema contribuições do projeto para a comunidade, com as respectivas justificativas:

Etapa 1. Tema: Contribuições do Projeto para a comunidade em geral

1. O projeto permitiu conscientizar as pessoas e promover a participação social e a maior contribuição do projeto foi ensinar a metodologia de trabalho popular e

educação popular.
2. Mobilizar a comunidade em prol de políticas sociais representou o aspecto mais relevante do projeto para a comunidade, que não teria formação política e desenvolveu novas lideranças e militantes locais.
3. O que mais causou impacto positivo na comunidade foram os cursos, gratuitos e de qualidade, pois criou oportunidade de estudo e trabalho para os que mais precisam, que não teriam chance de se desenvolver sem o projeto.

Grupo 1

Frase escolhida:	2
Para a comunidade em geral a contribuição do projeto é voltado para a questão 3, porém ao se unir ao projeto temos a visão da questão 2, que resulta na mobilização e formação dos participantes nas questões políticas e sociais. Um outro adendo em relação à contribuição do projeto era em relação ao vínculo dos jesuítas com as comunidades, por meio das missas e participação nas ações de busca de melhoria do bairro, desta forma promovendo a parte entre o projeto e a comunidade.	

Grupo 2

Frase escolhida:	1
O processo de conscientização que possibilita sair do estado de conformismo com sua situação social e buscar melhorias e encontrar um lugar na sociedade. Podemos citar exemplo da Angela Almeida que retomou os estudos (Telecurso), após estar casada e com 3 filhos, sendo o mais novo na época com 6 meses de idade. Ela superou os pré-conceitos familiares da comunidade e hoje é uma pessoa de sucesso e seu esforço para transformar sua vida contagiou toda sua família.	

A partir das considerações dos grupos e dos relatos na apresentação em plenária após a discussão grupal, ficou patente que o interesse inicial da comunidade é focado na oportunidade de realizar cursos gratuitos com qualidade. No entanto, ao longo da participação no projeto, os participantes se conscientizam de que a mobilização da comunidade é seu aspecto mais relevante, tornando-lhes possível adquirir coragem e autoconfiança para buscar resolver seus problemas comunitários e realizar os sonhos pessoais.

4.2.5. Importância do projeto na trajetória pessoal dos participantes

Do ponto de vista pessoal, no questionário as perguntas foram separadas em três blocos: no **primeiro** bloco, foram agrupadas as questões de caráter mais amplo, com os benefícios percebidos no projeto para o crescimento humano e social dos participantes. No **segundo**, as questões se relacionaram à formação de caráter

instrumental, considerando a formação para o trabalho; e o **terceiro** abordou os fatores relativos às contribuições das atividades mais relacionadas à filosofia dos jesuítas, que, embora respeitando as crenças individuais dos participantes, buscou a formação de caráter espiritual e para a convivência harmônica na diversidade.

A primeira constatação nas respostas do **primeiro bloco** é a importância que o projeto teve para a possibilidade de formação (estudo) dos participantes, considerada muito boa/total por 100% dos participantes; com pequena diferença, sua contribuição para a construção da autoestima e confiança (98%).

O segundo grupo mais representativo, que apresentou 90% de aprovação além do suficiente nas opções, indica que o projeto foi altamente relevante na autopercepção dos participantes (“me conhecer melhor como ser humano”), no aprendizado de valores (“aprender valores para toda a vida”) e na autonomia (“lutar pelo que quero”).

No terceiro grupo, significativo, embora com menores percentuais, percebe-se que os respondentes identificam a contribuição do projeto para sua preparação para a vida de forma mais ampla e no entendimento do outro (“entender melhor as outras pessoas”), ambos com 83%.

As contribuições relacionadas ao ambiente laboral (“preparação para o mercado de trabalho”) e à liderança aparecem com menor relevância na percepção dos respondentes, respectivamente, com 69% e 64% (gráfico 10).

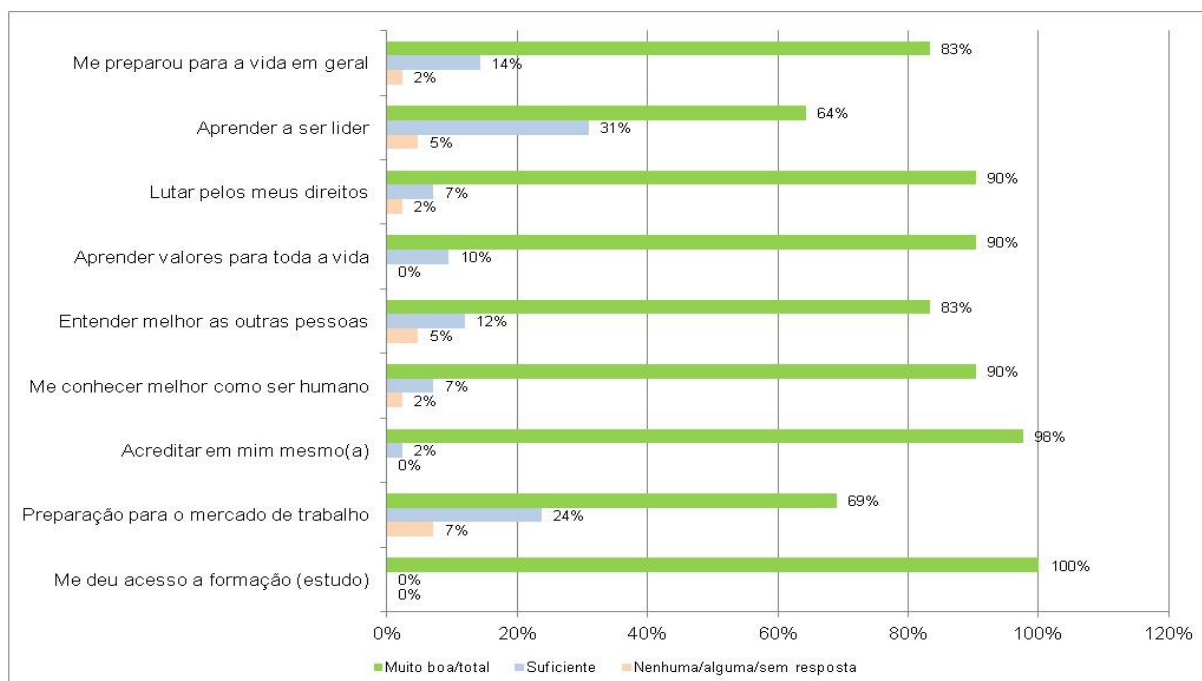


Gráfico 10 – Percepção dos participantes sobre o Primeiro Bloco - Importância do projeto para sua possibilidade de formação (percentuais). Fonte: elaborado pelo autor.

O **segundo bloco** engloba os aspectos relacionados aos benefícios do projeto do ponto de vista instrumental, especificamente a percepção sobre as atividades oferecidas no projeto, indicadas no gráfico 11:

Nesse bloco, buscou-se a avaliação dos participantes sobre a contribuição de cada uma das atividades oferecidas nos seguintes aspectos: preparação para o trabalho, estudo e conhecimento, formação pessoal e obtenção de renda (R\$). O gráfico a seguir apresenta a avaliação do extrato dos respondentes que efetivamente integraram das atividades descritas, sem considerar as respostas dos que não participaram das mesmas. Saliente-se que a opção “Obter renda” foi retirada do gráfico, pois não foi citada por nenhum dos participantes, o que demonstra que a participação dos respondentes não se focou nesse objetivo.

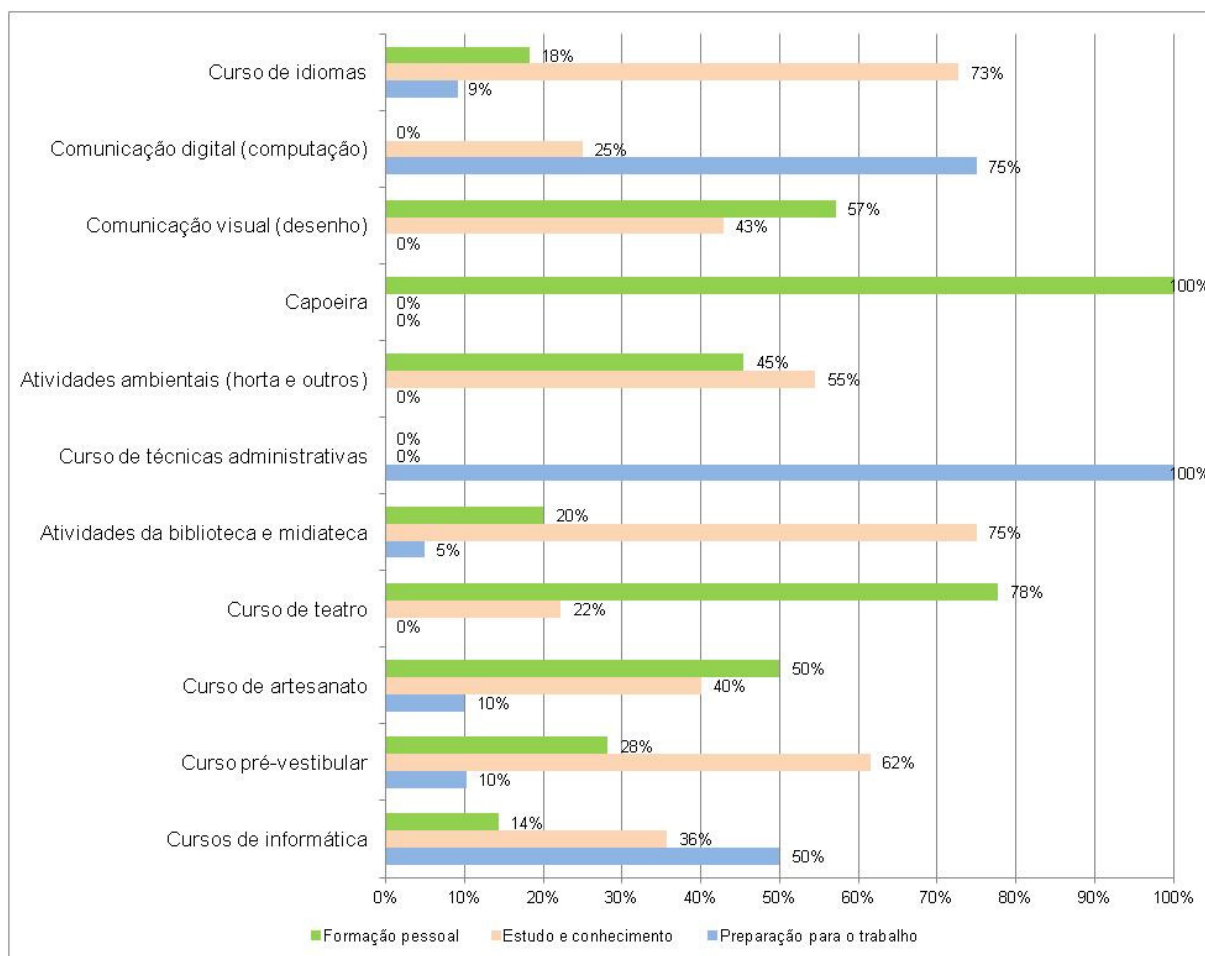


Gráfico 11 - Percepção dos participantes sobre o Segundo Bloco - Importância das atividades de natureza instrumental (percentuais). Fonte: elaborado pelo autor.

De forma geral, embora de natureza instrumental, na média, essas atividades se destacaram pela maior contribuição para o estudo e conhecimento (39%) e formação pessoal (37%) do que para a preparação para o trabalho (24%) na visão dos participantes. Como se pode depreender do gráfico, as atividades que mais contribuíram em cada uma das opções apresentadas foram:

- **Preparação para o trabalho** – em primeiro lugar, o curso de técnicas administrativas lidera neste tipo de contribuição (100%), seguido de Comunicação digital (computação) (75%), sendo os demais residuais - Curso pré-vestibular e Curso de artesanato, ambos com 10%, Curso de idiomas com 9%, Atividades da biblioteca e midioteca e Cursos de cidadania, respectivamente com 5% e 3% - ou nulos - Curso de teatro, Atividades ambientais (horta e outros), Capoeira e Comunicação visual (desenho).

- **Estudo e conhecimento** – as atividades mais representativas nesta opção foram as oferecidas na biblioteca e midiateca (75%), em segundo lugar o curso de idiomas (73%), seguido do curso pré-vestibular (62%) e das de natureza ambiental (horta e outros), com 55%. As demais -, à exceção do Curso de técnicas administrativas e da Capoeira, que não tiveram nenhum apontamento - apresentam percentuais importantes, embora menos significativos: Curso de artesanato (40%), Comunicação visual (desenho) (43%), Cursos de informática (36%), Comunicação digital (computação) (25%) e Curso de teatro (20%).
- **Formação pessoal** – a Capoeira liderou nesta categoria, com 100% de contribuição; seguido do Curso de Teatro (78%). As demais opções com importância intermediária foram Comunicação visual (desenho) (57%) e Curso de artesanato (50%); as demais apresentam percentuais bem menores: Curso pré-vestibular (28%), Atividades da biblioteca e midiateca (20%), Curso de idiomas (18%), Cursos de informática (14%), sendo zeradas as atividades oferecidas de Curso de técnicas administrativas e Comunicação digital (computação).

No **terceiro bloco**, buscou-se identificar qual a percepção da contribuição do projeto para a formação da espiritualidade em caráter ecumênico e para a capacidade de convivência harmônica com pessoas e situações caracterizadas pela diversidade. As atividades oferecidas nesse aspecto, durante o período analisado, foram: Formação Fé e Política, retiros e encontros, Projeto de Vida, Ciranda do Conhecimento, cultura corporal, Trilha e Movimento Fé e Política.

Nesse bloco, também foi analisada a percepção dos respondentes que efetivamente participaram das atividades, excluindo a opção “Obter renda”, que não contou com nenhum apontamento e os resultados da contribuição percebida são apresentados no gráfico 12 seguinte.

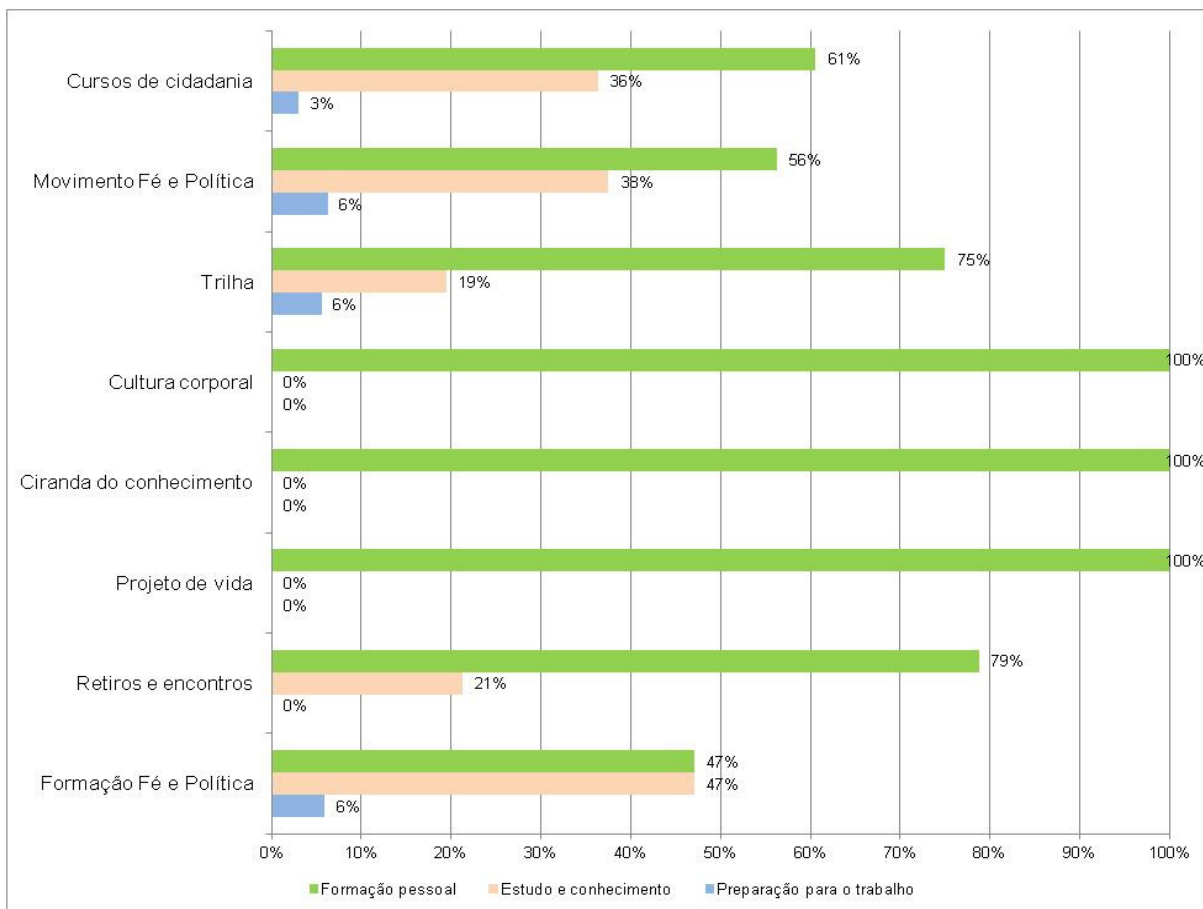


Gráfico 12 - Percepção dos participantes sobre o Terceiro Bloco - importância atividades de formação para a religiosidade e diversidade oferecidas (percentuais). Fonte: elaborado pelo autor.

Observa-se, pelos resultados, que a categoria formação pessoal apresenta a média de 77% de contribuição identificada pelos respondentes, com 20% em estudo e conhecimento e apenas 3% em preparação para o trabalho. De forma detalhada, os resultados apresentam as seguintes contribuições de acordo com as opções oferecidas:

- **Preparação para o trabalho** – neste aspecto, as únicas contribuições citadas foram Formação Fé e Política, Trilha e Movimento Fé e Política, com 6% cada, e Cursos de cidadania, com 3%. Todas as demais não apresentaram nenhuma citação de contribuição pelos respondentes.
- **Estudo e conhecimento** – a Formação Fé e Política apresentou relevância para 47% dos respondentes, seguida de Movimento Fé e Política e Cursos de cidadania, respectivamente, com 38% e 36%. As demais atividades, quando não zeradas (Projeto de vida, Ciranda do conhecimento e Cultura corporal) apresentaram índices bem inferiores: Retiros e encontros (21%) e Trilha (19%).

- **Formação pessoal** – com significativa representatividade no bloco, as atividades mais valorizadas por sua contribuição na formação individual dos respondentes foram a Ciranda do conhecimento, a Cultura corporal e o Projeto de vida, que representaram 100% de contribuição para os participantes nessa opção. Em caráter intermediário, as atividades de Retiros e encontros e Trilha responderam, respectivamente, por 79% e 75%; as demais se apresentaram em um patamar mais baixo: Cursos de cidadania (61%), Movimento Fé e Política (56%) e Formação Fé e Política (47%).

Etapa 2. Tema: Contribuição do projeto para os participantes - Grupo

1. Os cursos para formação profissional (informática, idiomas, técnicas administrativas, etc) e de preparação para o vestibular foram o mais importante para a vida dos participantes, pois garantiram um emprego e o acesso à universidade.
2. As oportunidades que o projeto ofereceu para o desenvolvimento pessoal (Formação Fé e Política, cursos de cidadania, Movimento Fé e Política, Trilha, Ciranda do conhecimento, etc) foi o que mais marcou a vida dos participantes, pois permitiram que as pessoas conhecessem a si mesmas e aos outros.
3. As outras atividades realizadas no projeto (biblioteca e midiateca, teatro, capoeira, cultura corporal, etc) foi o mais importante para as pessoas que participaram, pois a região não oferece opções de lazer.

Grupo 1

Frase escolhida:	2
<i>A partir da busca de qualificação profissional na instituição fomos direcionados a trabalhar o desenvolvimento pessoal, modificando (transformando) os posicionamentos sociais, políticos e outros para garantir uma formação pessoal e profissional diferenciada.</i>	

Grupo 2

Frase escolhida:	2
<i>Entendemos que é a alternativa que abrange a maior faixa etária de pessoas atendidas pelo projeto. Os cursos são de formação humana e profissional, onde o diferencial para os beneficiários é o desenvolvimento do senso crítico, a conscientização do que é ser um cidadão de direitos.</i>	

Nas discussões internas ao grupo e em plenária, além da importância da troca de experiência com pessoas de outras realidades, o projeto representou a mudança de foco e forma de vida (“antes e depois do Santa Fé”), em especial no enfrentamento das situações de preconceito sofridas pelos participantes por sua condição de habitantes da periferia, ao ingressarem em ambientes com pessoas com outra realidade social e econômica.

Em resumo, destacou-se a relevância do projeto para a mudança do perfil conformista comum na comunidade, tornando os participantes questionadores quando não aceitam o que lhes é imposto pelos padrões sociais e políticos vigentes.

Foi entregue aos participantes uma ficha para que indicassem, de forma anônima, sua contribuição pessoal em dois aspectos, identificados no título das tabelas a seguir, da qual constam as transcrições das respostas:

A maior contribuição recebida do projeto e o que ela representou na vida do participante
<i>A maior contribuição foi/é a transformação da minha vida e a da minha família depois da minha passagem no Santa Fé.</i>
<i>Recebi muitas contribuições do Centro Pastoral Santa Fé, mas posso ressaltar duas que julgo substanciais. A empatia que aprendi a ter, me colocando no lugar do outro e respeitando as diferenças. Outra contribuição de extrema relevância foi a formação cidadã que recebi, isso me permitiu desenvolver o senso crítico.</i>
<i>A possibilidade no primeiro momento de acessar a Faculdade. Essa possibilidade transformou minha vida. A formação adquirida nesse processo de estudante no pré-universitário, participação e envolvimento comunitário e depois na vida universitária e na responsabilidade de contribuir com o outro para conseguir a oportunidade de se transformar.</i>
<i>Participar do projeto fez com que eu mudasse de minha condição de mulher submissa para protagonista da minha própria vida.</i>
<i>A conscientização humana, social, uma nova forma de projetar a vida, de definir metas, de contribuir com o próximo, de que sua vida não se resume num fluxograma e que é possível mesmo nos tempos caóticos em que vivemos, ser protagonista de sua história, da comunidade, e quem sabe além.</i>
<i>A maior contribuição que recebi do projeto foi a minha formação pessoal (espiritual, política e educacional), pois me proporcionou um imenso poder de protagonismo social e agente de mim mesma nas mudanças que acontecem.</i>
<i>Na verdade a contribuição do projeto em minha vida se dá basicamente em dois eixos: eixo da formação que recebi do projeto no sentido de adquirir novos conhecimentos técnicos, mas também a formação pessoal. Neste sentido enxergar todos/as as dimensões da vida comunitária, pensando a partir das demandas sociais. Eixo da vida profissional, que me foi propiciada após todas as vivências da formação universitária.</i>

Percebe-se, claramente, que para os participantes do *focus group*, o projeto significou a possibilidade de um futuro claro e de uma formação que extrapola a preparação para as questões práticas (estudo, trabalho, etc). Foi uma vivência que lhes permitiu ter maior autoconhecimento e desenvolverem-se integralmente para a vida, desenvolver a consciência crítica sobre si mesmo e sobre a realidade na qual estão ou possam estar inseridos, além de ter o instrumental pessoal necessário para lidar com a diversidade e com a adversidade, mantendo sua integralidade como ser humano e cidadão.

As histórias a seguir representam exemplos de como participar do projeto teve o condão de transformar jovens sem direção e sem perspectivas em pessoas íntegras, com boa formação e preparadas para tomar suas próprias decisões de forma consciente, mesmo contrariando as pessoas importantes em suas relações pessoais.

Uma pequena história da vida do participante ocorrida por causa do projeto
<i>Eu estava no Pré-Universitário Cidadania e minha família, muito preocupada com nossas questões financeiras, incentivava que eu estudasse. Um dia, arrumei um emprego de “vendedora” na Loja C&A e por isso teria que deixar de frequentar o Santa Fé. Três dias depois de não ir às aulas, muito triste, eu e minha família conversamos e decidimos juntos que meu SONHO de ser profissional da educação só se realizaria estudando e não no trabalho de vendedora. “Arroz e feijão não vão lhe faltar, volte para o Santa Fé”. Voltei</i>
<i>O ingresso na faculdade foi um marco muito importante em minha vida, pois consegui, através do projeto. Isso me possibilitou crescimento pessoal e profissional. Além de permitir o acesso a informações.</i>
<i>Dos 4 filhos que meus pais tiveram, sou a mais nova e a única até o momento que fez uma graduação/pós. Lembro do 1º. ano que fui para Minas Gerais após estar na faculdade meu pai me apresentou como sua filha e que faculdade em São Paulo. Ele ficou extremamente orgulhoso.</i>
<i>A mudança de comportamento e pensamento do meu marido, que nos primeiros 10 anos da nossa vida de casado era muito machista e autoritário, depois do meu ingresso no Projeto e minhas mudanças de atitudes e posicionamento ele também sofreu muitas mudanças. Hoje ele aderiu à “causa”, aceitou o “novo ser” que eu me transformei e me apoia na minha vida pessoal e profissional.</i>
<i>Gosto de dizer, ou seja, resumir em poucas palavras, que minha vida é resumida em duas fases: antes e depois do Centro Pastoral Santa Fé; para mim a partir daqui comecei de fato a atuar, de trilhar meu próprio caminho.</i>
<i>Por meio deste projeto aconteceram muitas histórias. Mas acredito que o “Luz Criarte” foi uma das principais. Neste projeto tivemos nossa primeira experiência profissional, onde aprendi muitas coisas que valeram para o resto da minha vida.</i>
<i>Acho que o que tenho de mais emblemático para dizer neste sentido foi o momento quando estava terminando o pré-universitário e pensando em como iria me inserir no contexto universitário e para a possibilidade de ganhar uma bolsa de estudos. Fiquei reticente por tudo o que já tinha recebido no projeto, mas aceitei depois de uma conversa. Em seguida as educadoras se reuniram e me presenteara com as inscrições nos vestibulares que eu pretendia, até hoje levo este gesto como motivação nos momentos difíceis.</i>

Na mesma ficha individual anônima, solicitou-se que os participantes indicassem uma mensagem que gostaria de deixar registrada. As mensagens apresentadas pelos participantes são apresentadas a seguir.

Uma mensagem que o participante deixou registrada
<i>Minha gratidão à Companhia de Jesus será eterna. Passos (sj.), Miguel (sj.), Madalena e Odair, além do companheirismo da Magda, são fundamentais em minha vida.</i>
<i>“O sonho que se sonha é só um sonho. Um sonho que se sonha junto é realidade”.</i>
<i>Que outras pessoas tenham a oportunidade de participar do projeto e que suas perspectivas sejam ampliadas. Se tornem pessoas melhores para si, para a família, comunidade e sociedade.</i>
<i>O Projeto é responsável pela transformação de muitas vidas da nossa comunidade, não pode parar. Acredito que pode acrescentar outros focos por exemplo a vinda de uma faculdade para a nossa região.</i>
<i>Precisamos de políticos que não usem a política como profissão, mas sim como missão. “Sonho que se sonha é só um sonho que se sonha só, mas sonho que se sonha junto se torna realidade”.</i>
<i>Gostaria de agradecer todas as oportunidades que me foram dadas neste projeto. E me deixo à disposição para auxiliar na transformação de outros jovens.</i>
<i>Parabéns aos jesuítas e seus colaboradores por seu pensamento na dimensão social e seu trabalho nesse sentido, em especial ao pessoal envolvido no Centro Santa Fé em todas as suas etapas.</i>

Esses registros demonstram o reconhecimento do projeto em seus destinos e da importância de sua participação para sua integralidade humana, provavelmente inexistente sem o mesmo.

4.2.6. Percepção sobre o papel dos Movimentos Sociais nas Políticas Sociais

No questionário, ao serem perguntados sobre sua percepção sobre o papel dos Movimentos Sociais nas Políticas Sociais, percebe-se, claramente, uma visão mais clara e crítica da participação social no destino da comunidade.

Saliente-se que essa visão não costuma ser comum no caso de pessoas que não tiveram uma formação com visão integral do ser humano; o mais comum é a alienação em relação ao papel individual e coletivo na mudança das políticas públicas e da realidade comunitária. A seguir, destacamos algumas respostas representativas dessa visão; a transcrição completa encontra-se no anexo desta dissertação.

A participação política e o protagonismo são flagrantes na visão dos respondentes, ilustrada pelas citações descritas a seguir, nas quais se percebe a clara visão de cidadania:

São extremamente importantes e necessários, sem eles o povo fica passivo e a Política pode tomar rumos perigosos.

É de grande importância a manutenção de tais Movimentos Sociais, mesmo porque, é a maneira mais viável de nos sentirmos parte da tomada de decisões, como elemento fundamental do processo de transformações históricas-políticas, a fim de nos colocarmos como protagonistas na formulação de Políticas Sociais que possam afirmar nosso núcleo ético-mítico. E, somente quando partimos deste núcleo, podemos iniciar uma transformação justa e inclusiva, pois é preciso que a necessidade de mudança emergja com a tomada de consciência de que devemos partir de problemas que não ignoram a concretude de nossa existência, que não ignoram a vida.

Entendo que são extremamente importantes, através dos movimentos que nos politizamos e nos organizamos e assim podemos contribuir na elaboração das políticas e cobrar que as mesmas sejam efetivadas.

É uma forma de lutar em prol de melhorias, são nos movimentos que temos dimensão dos reais problemas. Nos movimentos sociais que se ganha força para podermos exercer a democracia.

A organização comunitária para a conquista de interesses comuns também aparece de forma recorrente nas respostas, como se observa nas citações selecionadas, apresentadas a seguir:

Através dos movimentos sociais é que são reivindicados os direitos dos menos favorecidos. Possibilitando dessa forma, a criação de políticas públicas, para as áreas defasadas, onde não tem ninguém que brigue por seus direitos. Tem política Pública para uma série de coisas, porém acredito que muitas áreas ainda precisem de políticas que defendam seus direitos.

Os Movimentos Sociais são de fundamental importância, pois através deles é possível mobilizar a comunidade para buscar melhorias para a sua região.

Os movimentos sociais são os grandes geradores de mudanças a favor da população. Sem esses movimentos não teríamos muitas das coisas que temos hoje.

Os movimentos sociais e as políticas públicas possuem papel de suma importância para a população que vive nesta região, fazendo com que cada um possa ser protagonista de sua vida, sabendo de seus direitos e deveres para com o espaço que ocupa. E assim, brigar por o que acredita e acha justo.

Etapa 3. Tema: Papel dos Movimentos Sociais nas Políticas Sociais

1. Participação política, protagonismo e autonomia.
2. Isonomia de direitos, com ou sem substituição do Estado.
3. Conscientização da comunidade e articulação social

Grupo 1

Frase escolhida:	3
<i>A partir do papel dos Movimentos Sociais nas políticas sociais dentro da nossa comunidade se dá por meio da conscientização da comunidade e articulação social; exemplos disso temos: inserção ao MST, movimentos contra o lixo e o pedágio, a construção da UBS no Recanto dos humildes, a participação em conselhos municipais, a melhoria do acesso a universidades e a isenção de taxas de vestibulares.</i>	

Grupo 2

Frase escolhida:	1
<i>Através de inserções e palestras, as pessoas adquiriram autonomia e passaram a participar efetivamente de ações em prol da comunidade, como por exemplo, o Movimento Sem Terra, Via Campesina e movimentos Fé e Política. A oportunidade de conhecer os movimentos, participar e vivenciar possibilitou o desenvolvimento de formar sua própria opinião, sem a manipulação da mídia.</i>	

Neste aspecto, o projeto demonstrou sua efetividade na construção da visão crítica dos participantes e fortalecendo a comunidade de forma geral, em especial na aquisição de atitudes, competências e habilidade para identificar suas necessidades e lutar pela conquista de seus direitos. Nas discussões ficou claro que as alternativas 1 (Participação política, protagonismo e autonomia) e 2 (Isonomia de direitos, com ou sem substituição do Estado) tiveram relevância significativa no

passado, sendo identificado que sem o projeto os movimentos sociais seriam muito menos significativos e mais fragmentados sem a participação dos jesuítas e da contribuição do projeto na formação comunitária.

De acordo com os participantes, atualmente a comunidade se ressentia da ausência dos representantes dos jesuítas e do Centro Santa Fé nas questões comunitárias; anteriormente se destacava a presença direta de tais representantes nas questões de caráter mais amplo da região, considerados articuladores da comunidade, tanto no aspecto político quanto na mobilização para a melhoria da infraestrutura local.

Tal participação, sujeita às estratégias da direção do Centro Santa Fé, tornou-se historicamente relevante na comunidade, pois trazia, aos movimentos locais, credibilidade e legitimidade, assim como induzia ao conagraçamento de diferentes correntes políticas, assumindo o papel de facilitador das relações. A ausência nos últimos dois anos refletiu, diretamente, no enfraquecimento da articulação da comunidade em prol de objetivos comuns.

4.2.7. Desafios e oportunidades para o projeto

Em relação aos **desafios** identificados pelos respondentes, há uma expectativa geral de resgate do trabalho desenvolvido junto aos jovens, em especial quanto à formação em valores humanos e cidadania, incluindo a participação política dos alunos na comunidade. As citações a seguir, extraídas das respostas ao questionário, ilustram essa expectativa da comunidade.

Voltar a desenvolver o excelente trabalho que era realizado, no que diz respeito a formação pessoal (cidadania) da população da região.

Os desafios atuais deste projeto é relacionado a retomar o trabalho com de formação dos jovens da região.

Mobilizar a comunidade

Trazer o sentido que era no inicio .

*Fazer com as pessoas entendam a totalidade do projeto, que vai além da formação profissional, mas também forma cidadãos para o mundo.
Continuar com o preparo e formação da juventude.*

Outro fator que se destaca, possivelmente decorrente da realidade citada nos parágrafos anteriores, é o atual desconhecimento, por grande parte da população, do trabalho desenvolvido pelos jesuítas na região.

Pelo que sei o projeto está muito pouco atuante em relação a região (jardim santa fé / morro doce), há pouca divulgação do trabalho realizado e assim todo o maravilhoso projeto do Centro Pastoral fica muito restrito.

Os desafios atuais são hoje de encontrar pessoas para trabalhar no projeto e o recrutamento de cidadãos, tão dispostos e que realmente acreditem nas pessoas da mesma forma como foi-nos dado à credibilidade do acesso, do direito, sem colocar em primeiro plano as burocracias de uma instituição.

Ter maior visibilidade na comunidade. Ter maior aderência das famílias que inserem seus filhos.

Outro fator importante que apareceu de forma recorrente é a ausência dos jesuítas na vida comunitária, não apenas como mentores espirituais, realizando missas, mas interagindo com a população e auxiliando-a a identificar caminhos para a solução de suas demandas, assim como contribuir para sua organização coletiva, como ocorria no passado.

No que se refere às **sugestões para aprimoramento** do projeto e ampliação dos resultados para a comunidade, as contribuições dos participantes centram-se nas questões consolidadas a seguir, cuja transcrição encontra-se no anexo:

- Aumento da divulgação do projeto na comunidade;
- Retomada do cursinho pré-vestibular e do curso de cidadania;
- Interação com os demais projetos sociais da região;
- Presença dos representantes dos jesuítas e do projeto em reuniões de lideranças e movimentos populares;
- Incorporar os formandos às atividades cotidianas do Centro Santa Fé, permitindo-lhes contribuir para o projeto e funcionando como efeito demonstrativo de seus resultados;
- Ampliar a oferta de atividades nos horários ociosos do Centro Santa Fé;
- Realizar atividades fora do Centro Santa Fé, agregando a comunidade em torno de projetos de interesse comum;
- Oferecer a crianças, jovens, adolescentes e adultos, atividades de reforço em disciplinas com reconhecida deficiência, como português e matemática;

- Criar uma faculdade no espaço do Centro Santa Fé, beneficiando a comunidade local.

Na sessão de *focus group*, na qual se buscou ampliar o detalhamento das respostas obtidas no questionário, as respostas dos grupos permitiram maior compreensão da realidade atual da comunidade e da importância do projeto nesse contexto, assim como as principais expectativas dos participantes. O primeiro quadro apresenta as frases oferecidas para discussão e seleção e os demais apresentam a escolha de cada grupo e a transcrição das respectivas respostas.

Etapa 4. Tema: O que precisa melhorar no projeto para atender às demandas atuais da comunidade (desafios e oportunidades)

1. Quantificar resultados, melhorar a divulgação do projeto e dos resultados, ampliar a participação da comunidade e a articulação com as redes sociais da região.
2. Aumentar o número de pessoas atendidas, ampliar público e resgatar a proposta inicial de formação política.
3. Fortalecer e ampliar a equipe do projeto, obter novos recursos financeiros e melhorar a infraestrutura física e operacional de atendimento.

Grupo 1

Frase escolhida:	1
<i>Pensando nesta temática de melhoria do projeto, é importante empoderar a comunidade a ter responsabilidade em relação à demanda que se tem dentro da mesma. Um exemplo claro desta afirmação se dá por meio da demanda escolar. Antes tínhamos o Pré-Universitário para prepara os jovens a entrarem na Universidade – melhoria do acesso. Hoje temos adolescentes e jovens que não possuem conhecimento escolar necessário para inserção comunitária, desta forma o projeto auxiliar a promover um apoio à formação escolar, transformando estes adolescentes e jovens em pessoas preparadas para competir em vestibular e ter uma base escolar mais qualificada.</i>	

Grupo 2

Frase escolhida:	1
<i>O projeto precisa trabalhar mais para elaborar os indicadores e conseguir quantificar os resultados e os impactos na comunidade. Esses números possibilitarão o seu planejamento a médio e longo prazo. Não é possível conseguir resultado efetivo trabalhando sozinho. A parceria é um elemento importante nesse trabalho. Projeto x comunidade articulada em rede possuem maior alcance e possibilitam melhores resultados.</i>	

As questões indicadas como fatores de aprimoramento prático do projeto incluem o atendimento de Perus, a retomada do curso pré-vestibular, criação de curso superior no período noturno e ampliação do trabalho realizado com as famílias, que atualmente só ocorre nas 3as. feiras à noite. Os fatores estratégicos considerados importantes pelos participantes incluem o empoderamento da comunidade, assim

como o resgate da proposta com o uso de ferramentas de ação que sejam adequadas ao momento atual, como a retomada do curso pré-universitário e atividades visando o fortalecimento educacional de forma complementar ao aprendizado escolar básico.

Mais reflexões decorrentes da pesquisa são apresentadas no capítulo 5 e nas considerações finais.

5. LIMITES, POTENCIALIDADES E DESAFIOS IDENTIFICADOS

Este capítulo contempla os limites e potencialidades e desafios identificados no Projeto Social objeto deste estudo, com o propósito de indicar elementos que, de forma ousada e atual, possam contribuir para fortalecer a filosofia e prática social dos Jesuítas na Região de Perus/SP.

5.1. Política social integral na concepção dos jovens

As perguntas e respostas on line aplicado no estudo de caso tinham como objetivo identificar o grau de conhecimento e motivação dos jovens participantes do projeto social jesuíta à época da participação. Acerca da informação recebida sobre a proposta do projeto e das atividades, houve a indicação próxima dos 100%; no entanto, surpreende que os dois principais motivadores para participar tenham sido “o acesso a estudos superiores e “a proposta de vida integral”, sem pedir retorno financeiro.

No que se refere à relevância do Projeto Social, em estudo e análise, para a comunidade, se destacaram, dentre outros menos significativos para este estudo, “a oportunidade de estudo e trabalho para os que mais precisam”, a “conscientização e participação social” e expressivamente, “formar novas lideranças e militantes locais”.

5.1.1. Política Social Integral na concepção dos participantes

Os resultados obtidos, neste aspecto específico, surgiram da pergunta “qual a maior contribuição do projeto, objeto deste estudo, para a sua vida?”. As respostas revelam uma concepção de política integral, mesmo que não sistematizada, constantes dos relatos como “transformação da minha vida e família”, “formação cidadã que me permitiu desenvolver o sentido crítico”, “participação e envolvimento comunitário”, “acesso e participação na vida universitária”, “mudou minha condição de mulher

submissa para protagonista da minha própria vida”, “conscientização humana, social, uma nova forma de projetar a vida, de definir metas, de contribuir e ser solidário com outros”, “formação, profissional, espiritual, política e educacional”, “a formação que recebi me ajudou a ver todas as dimensões da vida comunitária, a partir das demandas sociais”, dentre outras.

Ao interpretar os depoimentos destes participantes, se evidencia sua clara percepção sobre a política social integral, concebida no projeto social dos jesuítas, percebida e vivida por quem dele participou e ajudou a desenvolver. Os aspectos ressaltados contemplam o caráter pessoal e coletivo, a relevância da formação e vida profissional e mostram forte sentido de compromisso comunitário.

Por outro lado, pode-se depreender que perpassam valores de convivência, respeito à diversidade e participação política, que indicam um processo de aprofundar os elementos ético, político e pedagógico na preparação para a vida com compromisso social, que serão abordados detalhadamente nos tópicos seguintes.

5.1.2. Movimento Social em Política Social na concepção dos jovens

A pergunta situou-se no eixo do trabalho que versa sobre a relação Movimento Social e Política Social, com um conjunto de respostas que indica a lúcida consciência acerca do tema. As palavras chave - participação política e protagonismo, entendidos como lideranças que lutam pelos direitos coletivos - adquirem conteúdo e sentido pela visão dos jovens, que as expressam no foco da busca pelos direitos sociais. Há neste sentido um reconhecimento de um “antes e depois do projeto, objeto deste estudo”, ou seja, a reconhecida contribuição do projeto aos movimentos sociais da região.

Adicionalmente, segundo os entrevistados, o Centro Santa Fé se destacou por trazer unidade nos Movimentos Sociais da região em torno de causas comuns, deu credibilidade e fortaleceu a legitimidade de tais movimentos, em razão foi o peso institucional do Projeto Santa Fé nos referidos Movimentos Sociais, sempre com a

militância permanente dos que participavam dos cursos e atividades do projeto. Atuar nos Movimentos era parte da essência da formação integral concebida no projeto, sendo a inserção em assentamentos e acampamentos dos sem-terra uma atividade que trabalhava diretamente este foco. Grupos de jovens acompanhados de educadores e gestores da época passavam dias acampados convivendo, trabalhando com os acampados e assentados, durante o dia e à noite participando de debates para conhecer, diretamente da fonte, as histórias de lutas em cada contexto. Ao voltarem dessa experiência promoviam diversas atividades para relatar aos demais o que tinham visto e experimentado, gerando debates e discussões entre todos.

Como conclusão desse enfoque, pode-se afirmar que a proposta de formação do projeto social, em estudo, respondia aos elementos de uma proposta de formação integral, contemplava “todas as dimensões da vida”. Na prática, esta proposta nos remete ao que foi analisado no marco teórico, isto é, contra a fragmentação das políticas sociais urge lutar pela política social integral, que também deve estar refletida em propostas de formação. Uma política social que responda, a partir do povo, à totalidade das demandas da vida do povo, contemple todas as dimensões individuais e coletivas, em vista da qualidade de vida que lhes é garantida constitucionalmente mas não na realidade concreta vivenciada pelos cidadãos.

À luz do marco teórico, considerando a fragmentação das políticas sociais e a necessária política social integral, com a contribuição de diversos autores que analisam essa temática, se buscou, por um lado, explicitar as contradições e as consequências da política social neoliberal (funcionalista), construída desde os escritórios dos governos em aliança com empresas, ou organizações sociais que se enquadram na mesma prática e, de outro, a tensão existente com a perspectiva marxista que luta e trabalha pela participação das bases populares na construção das políticas sociais, como um processo de base para uma visão integral sobre a vida humana e suas demandas sociais.

Como *lócus* geográfico da discussão, se considerou o contexto concreto de Perus/SP, sujeito à lógica e dinâmica da política neoliberal mundial vigente. Considerando as características políticas contextuais dessa região, apresentadas no

capítulo 2, é necessário avaliar em qual medida um projeto social, como este em estudo, dentre outros, contribui como estratégia de contra ponto ao modelo neoliberal e ajuda a implementar uma prática de política social participativa, portanto, um exercício verdadeiramente democrático, indagação presente ao longo de todo o trabalho e mais diretamente abordada a seguir.

Castel (*apud* WANDERLEY, 2010, p. 21) traz uma definição de pobres e excluídos como sendo os “desempregados de longa duração, o jovem da periferia, o cidadão sem domicílio fixo, etc.”, situação acentuada pela “desfiliação social” - termo mais adequado para não cair nas armadilhas do discurso da “exclusão social” versus “inclusão social”. A definição de Castel (*apud* WANDERLEY, 2010, p.21) permite inferir que a camada social, e neste caso específico, os jovens da região em estudo foram “excluídos do vínculo com o sistema neoliberal, ainda que dele recebam migalhas pela distribuição de alguns recursos, muitas vezes usados politicamente para fins eleitoreiros”, na medida em que as camadas pobres são realmente lembradas pelas agendas de campanhas eleitorais, mas poucas das promessas realizadas são cumpridas.

O aspecto relevante nesta discussão é que existe uma grande parcela da população que se encontra sem oportunidade, sem acesso, desvinculados e sem participação nos recursos que, por direito, são para que toda a sociedade viva bem, no escopo de esmolas recebidas em pobres e fragmentadas políticas sociais, concebidas como “políticas pobres para os pobres” (DEMO, 2006, p. 32), que caracterizam a pobreza da política social concebida no sistema neoliberal brasileiro.

Marshall (1967, p. 17) ressalta a realidade própria do capitalismo e contribui para o processo de reflexão ao afirmar que a “universalidade das políticas sociais e a ampliação dos direitos se deram no confronto de forças sociais em disputa de entre uma determinada perspectiva social democrática se deu pela classe trabalhadora”.

O fator de interesse nesta discussão é de um lado, elucidar a política que Castel denomina como pronto-socorro social que faz reparos, com fragmentos de política como soluções e, do outro, uma política social que contemple a integralidade do ser humano e as demandas da sociedade como um todo. Certamente, neste horizonte

desponta a necessidade de mudanças estruturais para deixar de verter fragmentos de política social sobre os empobrecidos, na medida em que a distribuição de renda dos últimos anos não responde a uma política mais ousada para transformar estruturalmente a realidade social; embora válida, é curta e não realiza a transformação social.

Nesse contexto, faz sentido voltar a elucidar o tema da exclusão e provocar a discussão a partir da reflexão de Wanderley (2010, p. 63): ao abordar a questão social, sublinha as “mudanças profundas que estão acontecendo nas relações entre capital e trabalho, nos processos produtivos, na gestão do Estado e nas políticas sociais”. Wanderley (2009, p. 54) também ressalta o problema das periferias urbanas no contexto das megacidades, que “concentram o melhor e o pior”, destacando as enormes aglomerações como a cidade de São Paulo. Simultaneamente há o controle do poder pelos dirigentes e gestores públicos e a segregação da pobreza urbana nas periferias, com todas as mazelas que convivem nesse contexto.

Perus é parte da megacidade de São Paulo e, segregada como periferia, tem sido receptora da maior quantidade de lixo produzido pela metrópole; o Aterro Bandeirantes é uma amostra do que se destina à população de Perus. As políticas públicas, conforme descrito no capítulo 3, quando chegam são algumas migalhas, diante do contexto socioambiental da região; além de receber o lixo das áreas mais abastadas da cidade, ficou ilhada pelo Rodoanel e para se locomoverem às demais regiões do município pelo caminho mais natural os habitantes são obrigados a pagar pedágio. Nenhum benefício do lixão foi obtido ou do Rodoanel, pois o crédito de carbono foi canalizado para outras áreas; inexistem equipamentos públicos de saúde, embora decorridos muitos anos de promessas; as escolas parecem ruínas, sucateadas e os CEUs³¹ construídos na região são “pequenas ilhas” de atividades educacionais e culturais que funcionam como uma espécie de biombo, que escondem o restante do cenário local, marcado por desigualdade e ausência de políticas públicas efetivas para o atendimento das necessidades da população, embora previstas na Constituição e alardeadas pelos representantes públicos e políticos.

31 Atualmente são dois CEUs: um em Perus e outro na Jardim Anhanguera.

Portanto, na ausência de políticas públicas efetivas para suprir as necessidades locais, é pertinente realizar um projeto social como o dos jesuítas como uma ação estratégica para possibilitar no curto prazo o acesso ao ensino superior e trabalho e no médio e longo prazo, fortalecer o movimento social por novas políticas sociais integrais. É preciso destacar que desenvolver um projeto social diferenciado no atual contexto dominado pelo capitalismo é opção corajosa, pois há uma clara aposta em outra concepção de sociedade sabendo dos enfrentamentos que isso acarreta.

5.1.3. Limites identificados

Um dos limites percebidos é a escassez de recursos para manter projetos ousados, com caráter mais político, para formar novas gerações para o exercício democrático da política, em sua ampla acepção. É patente a maior facilidade de acesso a recursos, inclusive públicos, para projetos para trabalhos educativos assistenciais, o que não ocorre quando o foco é formar lideranças para a transformação social; essa dificuldade é maior quando se torna explícita a crítica ao modelo vigente, reportando às necessárias mudanças estruturais, necessárias para um outro mundo possível, como pretende a Ordem Jesuíta nas suas diretrizes para o trabalho social, de natureza social e econômica mais equitativa.

Mais que se configurar em limite, existe o risco de confundir um projeto social, como este ora em estudo, como uma ação substitutiva ao papel do estado. É relevante destacar que a compreensão da atividade social subjacente ao projeto em estudo, por seu diferencial de formação integral humana e cidadã, provoca a comunidade ao protagonismo que questiona o Estado quanto à sua negligência nas políticas sociais e pela ausência de visão integral, limitadas pelo modelo neoliberal.

Outro limite é o risco de que algum dirigente institucional do projeto em estudo não acredite ser pertinente apostar em projeto com foco político, o que poderia descontinuar a linha de trabalho desenvolvida, que apresentou seus resultados. Esse fato é, inclusive, destacado como preocupação pelos próprios entrevistados, em razão da mudança de direcionamento do projeto nos últimos anos; assim,

embora essa questão se refira ao âmbito interno da instituição jesuíta, traz preocupação para a comunidade.

5.1.4. *Potencialidades percebidas*

Embora outras sejam relevantes, um potencial de destaque é a continuidade do trabalho; vários líderes formados pelo projeto deram continuidade, após sua finalização como educandos/educandas, à participação no projeto social, objeto deste estudo, em organizações sociais, seja internamente, como colaboradores contratados e/ou voluntários, seja externamente, tornando-se multiplicadores do conhecimento obtido ou assumindo a condução de processos comunitários. Trata-se de legado relevante deixado pelo projeto, pois onde estiverem, estarão disseminando sua experiência, convivendo e colocando em prática os valores incorporados, com o potencial de animar a muitas pessoas e contribuir na organização de novos movimentos de luta por políticas sociais mais abrangentes e efetivas.

A experiência acumulada, que gradativamente está sendo sistematizada, é outro potencial de desenvolvimento do projeto da comunidade e da sociedade em geral, na medida em que constitui em patrimônio e legado que pode ser socializado em outros contextos, havendo várias manifestações de interessados em pesquisar sobre o projeto social ora em estudo.

Outro ponto possível de evolução é a potencialidade de resgate e ampliação das relações e parcerias estabelecidas com outras redes sociais, em especial no âmbito dos Fóruns Sociais Mundiais e seus diversos atores, assim como o Movimento dos Sem-terra, que recebeu forte apoio do projeto para organizar novas ocupações e lutar por novos assentamentos, destacando-se que, em 10 anos, 8 novos assentamentos aconteceram com o apoio institucional e participação direta do projeto social objeto deste estudo.

O voluntariado, sempre presente no projeto social objeto deste estudo, é outro potencial relevante a ser considerado no futuro, resgatando as origens do trabalho social e presença dos jesuítas em Perus. Embora por razões legais e para o fortalecimento institucional, optou-se por não contar somente com os voluntários, o voluntariado local, nacional e inclusive internacional sempre foi significativo no projeto social em estudo, potencial a ser fortalecido no contexto da ação social na região.

5.2. Política social dos jesuítas

5.2.1. Oportunidade e estratégia de formação para a vida solidária

O projeto social em estudo e análise foi para um número significativo de jovens a única oportunidade de acesso a ensino superior. Pela manifestação dos jovens entrevistados, o projeto respondia também a um sonho de formação para a vida. Portanto, as oportunidades com proposta clara de formação realizam a transformação de pessoas e realidades.

Nas entrevistas 77% dos participantes destacaram a formação pessoal proporcionada pela vivência no Projeto social em questão, sempre se reiterando o acesso ao ensino superior e ao mundo do trabalho como perspectiva inicial, fundamentais, na medida em que à época não existiam políticas públicas de acesso ao ensino superior público, as escolas públicas não preparavam seus alunos para ingressar em uma universidade pública e a população pobre não contava com recursos para pagar cursinhos, normalmente com alto valor de mensalidade.

Alguns relatos dos entrevistados demonstram que, além de obterem a formação inicialmente desejada, de caráter instrumentalista, os participantes puderam usufruir de uma preparação maior para a vida; como destacado a seguir:

“Realizei o sonho de ser profissional em educação.. isso pela ajuda do projetos dos jesuítas, até então eu só era vendedora”.

“O ingresso na faculdade foi um marco muito importante na minha vida.. através do projeto social dos jesuítas consegui esse crescimento pessoal e profissional”.

“Aprendi muitas coisas participando do projeto... que me acompanharão pelo resto da vida”.

“Esse projeto dos jesuítas é responsável pela transformação de muitas vidas da nossa comunidade”

“Precisamos dar continuidade para formar novos políticos que entendam sua missão”.

Os resultados das entrevistas refletem claramente um processo de transformação pessoal dos participantes - do projeto pessoal voltado aos interesses pessoais iniciais ao compromisso e solidariedade com os demais. Reiteradamente afirmam que seu intuito era a oportunidade de ter acesso a estudo e preparação para trabalho mas que, ao participar, o desejo inicial transcendeu o projeto pessoal e levou à visão da atuação coletiva no apoio à transformação social, participando dos Movimentos Sociais.

Ao correlacionar tais resultados com o marco teórico analisado, enquanto parte da sociedade civil organizada, o projeto social hora em estudo traz a permanente preocupação de ajudar as pessoas e comunidades a criar condições de possibilidades para a autonomia e protagonismo, de formar lideranças para os diversos aspectos da sua vida e organização em sociedade. Não obstante, se fazia notar, nas fases iniciais dos participantes do projeto social dos jesuítas, a tendência de esperar receber ajuda da instituição jesuíta, na esteira da concepção das práticas governamentais e de organizações sociais que não tratam os “beneficiários” como sujeitos de direitos, mas recebedores de beneplácitos, correspondendo a uma troca de favores, na qual se espera que algo seja oferecido em troca do que recebe, principalmente na forma de voto para eleger ou reeleger pessoas de interesse de determinados segmentos.

Tal prática é parte essencial da política neoliberal no trato com os empobrecidos; os próprios programas de transferência de renda governamentais realizam parcialmente essa prática, na medida em que distribuir renda deve fazer parte de um projeto mais

equitativo para o Brasil. A questão é quem define e com que critérios como ocorrerá tal distribuição, ínfima diante das riquezas nacionais. Outro fator de destaque, não abordado no escopo deste estudo, é a natureza e poder de influências de determinados setores econômicos na construção e manutenção de programas sociais, que muitas vezes atendem a outras prioridades que não o cidadão em situação de vulnerabilidade, no atendimento dos interesses capitalistas.

No marco teórico a autora Maria Ozanira Silva e Silva (2001) apresenta um estudo sobre os programas de Renda Mínima como “Sistema de Proteção Social”, que se configura em ação imediata e necessária de transferência de renda à população mais carente. Contudo, a principal necessidade da população mais pobre precisa é o reconhecimento como sujeito de direitos que carece de desenvolvimento social digno, garantido pela Constituição como direito de todo cidadão brasileiro. No entanto, embora no escopo da Proteção Social seja considerado dessa forma, as políticas sociais são definidas de acordo com o interesse econômico neoliberal capitalista e além de não contribuírem para distribuição equitativa dos bens entre a população de forma geral, fortalecem o acúmulo de capital em poder de poucos, resultando em políticas públicas estreitas e fragmentadas para os mais pobres.

Outro aspecto ressaltado por Maria Ozanira Silva (2001) é que, ainda que se afirme que os programas de transferência de renda visem a articulação com a educação, não se encontram evidências contribuição da educação para a formação de cidadãos autônomos e protagonistas da vida em sociedade com direitos iguais. O modelo de educação nacional atual, de modo geral, é anacrônico e não se identifica reais e efetivos movimentos para novas formas de formação educacional no país. Não há evidências, nos programas governamentais e/ou assistenciais, de problemas técnicos, o que induz ao entendimento de que o problema se concentra na concepção distante da realidade, no contexto de um sistema produzido sob os condicionamentos da política neoliberal.

Em relação ao contexto universal e latino americano da organização jesuíta, conforme apresentado no capítulo 2 deste trabalho, o projeto social, objeto deste estudo, na região de Perus/SP respondia às diretrizes e documentos orientadores e inspiradores da instituição. Na retomada das referências, entendemos que o marco

principal que respalda a posição institucional também do projeto social ora em análise é a carta dos superiores provinciais da América Latina contra o neoliberalismo, que afirma que tal modelo gera as desigualdades sociais, o acúmulo do capital em mãos de poucos, a destruição das culturas e do meio ambiente e afeta profundamente a dignidade humana, dentre outras: “...comprometidos com a sorte do nosso povo e, em particular, dos mais pobres, algumas reflexões sobre o modelo econômico conhecido como neoliberalismo”³².

Diante desse cenário, a organização jesuíta afirma sua caminhada com as “vítimas deste sistema” e de trabalho em diversas frentes - cultural, educacional, intelectual, social, dentre outras - para apoiar as populações mais afetadas pelo sistema. De alguma forma a postura condena um sistema e sugere outro modelo de sociedade, pautado em valores de convivência solidária, mesmo que atualmente não se vislumbre outro modelo econômico no horizonte.

Na mesma lógica de trabalho com os empobrecidos, no capítulo II foram abordadas as várias referências de documentos, cartas, entrevistas e a mais recente organização do trabalho social em Rede articulado pelos Centros Sociais Jesuítas, do qual o Santa Fé é integrante. Neste momento se aborda somente o programa de formação política cidadã, por sua direta relação com o escopo deste trabalho. Além de conteúdos comuns de formação, tal programa desenvolve sistematizações e promove intercâmbios de processos e de difusão, incidência e construção de pensamento coletivo no âmbito da América latina e Caribe; localmente o projeto social, objeto deste estudo, da Região de Perus/SP ajuda na implantação deste programa.

De forma prática, confirmando a relevância do projeto social em estudo na vida das pessoas, constatamos que os pesquisados, outrora empobrecidos, sem condições de pagar estudos - portanto, excluídos do acesso a ensino superior e de recursos públicos - tiveram oportunidade de desenvolvimento social e econômico pelo projeto social em questão: hoje são formados e se situam na classe média, além de engajados em compromissos sociais concretos. O número de jovens que

32 Carta dos superiores Provinciais da AL contra o Neoliberalismo, 2004, p. 7

conseguiram emprego naquela década por terem feito cursos de informática e técnicas administrativas, dentre outros, chega a 95%.

Saliente-se que a formação participada permitia a obtenção de empregos antes de finalizar o curso, o que, se por um lado é positivo, por outro, lado perverso, porque muitas vezes estes jovens não podiam conciliar o estudo com o novo trabalho, muitas vezes informal e incompatível com o desenvolvimento profissional pretendido. No entanto, ficou patente que havia um valor adicional caso o candidato tivesse feito formação para o trabalho no Centro Santa Fé e mesmo nos casos em que o trabalho obtido não fosse formalizado, o projeto social funcionou como referência de mediação para conseguir trabalho, garantindo, em muitos casos, a possibilidade de alimentar a família.

5.2.2. Limites identificados

No âmbito interno, a instituição não tem conseguido formar novos quadros jesuítas que se especializassem em ciências sociais e políticas, para adquirir a capacidade de dirigir projetos/obras sociais com a visão libertadora e transformadora.

Outro fator limitador é o financiamento; sem buscar novas fontes os jesuítas não poderão atuar com a autonomia que tiveram e que se faz necessária para projetos mais ousados e arrojados do ponto de vista político. Esse limite traz a dificuldade de replicar e multiplicar projetos sociais como o analisado, ressalvadas as necessárias mudanças em novos contextos socioculturais.

Outro limite recorrente no relato dos pesquisados/entrevistados é que não se provocou, neste projeto, com forte inserção e participação dos jovens em Movimento Social, uma política mais voltada para a juventude, aspecto a ser trabalhado futuramente.

5.2.3. Potencialidades

As lideranças leigos(as) formadas são um potencial para o projeto social, objeto deste estudo, e para outras obras/projetos sociais da região. Existe um potencial, capacidade nas pessoas formadas para liderar trabalhos sociais em continuidade ou ajudar noutros projetos sociais com a mesma intencionalidade transformadora.

A proposta de projeto Social experimentada e consolidada é replicável, condicionada à existência de fontes de apoio para este tipo de formação de conotação mais política e prática em movimentos sociais.

O carisma e presença dos jesuítas no campo social, somada a opção institucional pelos empobrecidos e marginalizados pode e deve ser atualizada para os diversos contextos de potencial replicação.

5.3. Desafios para uma política social atual

5.3.1. Desafios do projeto na percepção dos entrevistados

Neste tópico, houve grande variedade de respostas dos entrevistados, desde a retomada de atividades anteriores, passando pela necessidade de ampliar sua abrangência para bairros atualmente não atendidos ou, ainda, a evolução e desenvolvimento institucional para a oferta de ensino superior na região. Outro fator citado é o enquadramento das atividades no viés da tipificação pela lei da assistência social, que aparentemente trouxe mais impacto e explica parcialmente as mudanças e descontinuidades pelas quais o projeto passou. Como citado, um dos desafios claros é o enquadramento exigido das filantrópicas, que podiam anteriormente utilizar, de forma mais autônoma, os recursos disponíveis, com foco em uma formação mais integral. Ou seja, os entrevistados percebem que houve uma perda na proposta de forma global e que, por não se dispor de outras fontes de financiamento, várias atividades ficaram comprometidas ou mesmo interrompidas em caráter definitivo.

Como sociedade civil não fomos capazes de incidir de forma mais ativa na atualização da legislação, resultando no fato de que várias atividades na área da juventude ficaram sem financiamento; as demandas de formação dos jovens continuam, mas não há recursos financeiros suficientes para esse investimento. Portanto, é evidente que, para seguir desenvolvendo um projeto de formação integral e com foco fortemente político, um dos maiores desafios é buscar fontes de recursos de outras origens que não os benefícios de governos pela não tributação para entidades filantrópicas.

Outro eixo indicado pelos entrevistados ao projeto social ora em análise é o fortalecimento da presença e articulação política na região, ação que nos últimos anos ficou prejudicada. Sugere-se trabalhar mais forte a relação com as escolas públicas da região, e outros atores sociais como o fórum pela saúde de Perus-Anhanguera. A demanda dos jovens que fazem escola pública é aprender o que a escola não consegue prover; português, matemática e cidadania dentre outras, são áreas indicadas pelos mesmos jovens que sentem enormes lacunas provindas das escolas públicas da região, o que foi e continua sendo um problema objetivo na região, como corroboram os dados sobre as políticas públicas de Perus, apresentados anteriormente.

A indicação de fundo para o projeto social objeto da nossa reflexão é que se recupere e fortaleça seu papel relevante, como presença histórica na região. Essas indicações dão margem a interpretar que a expectativa é que se atualize o projeto social dos jesuítas com o desafio de responder ao novo contexto e novas demandas da região, à exemplo do ensino superior sugerido.

5.3.2. Oportunidades do projeto social dos jesuítas

Inicialmente, se destaca a clara estrutura e proposta de projeto social em estudo, o que significa espaços adequados para sonhar projetos mais ousados, mas sobretudo que a proposta institucional transcende o projeto analisado: o trabalho é de cunho educativo, mas responde à formação do sujeito, e ao mesmo tempo, à formação cidadã e participação social ativa. Trata-se de uma semente que pode se

expandir, ampliar, evoluir ou mesmo ser multiplicada em outros espaços, com a certeza que se está contribuindo com a formação de novas lideranças para protagonizar lutas por políticas sociais integrais, que atendam às demandas da população em todas as suas dimensões.

Embora seja pertinente sua atualização para o novo contexto social, ambiental e econômico, o projeto analisado tem proposta clara e pertinente de formação integral, indicando potencial de futuro e/ou ampliação. Sendo relevante e essencial para a população e movimentos sociais locais, pode ser incrementado para atender às novas demandas da região.

Essa atualização futura encontra eco no clamor das lideranças da região, que esperam que a organização jesuíta continue ousando nas respostas à realidade social mais carente de Perus. A comunidade de Perus anseia por colaborar na mudança social na região e lideranças formadas pelo projeto em análise são, potencialmente, os multiplicadores sociais da proposta de articulação social pra presentes e futuros projetos: participaram e viveram a experiência e desejam continuar inspirando e animando processos de formação e organização social por políticas sociais que atendam às demandas sociais como um todo.

Os resultados apontam, também, para uma perspectiva real de sustentabilidade social, econômica e ambiental de projeto futuro para a região, a ser estudado e definido, sendo uma potencial resposta à dependência atual de recursos advindos da filantropia, gerando novas formas de sustentabilidade ampla para trabalhar propostas de formação mais integral e com maior autonomia.

Finalmente, destaca-se a necessidade de atenção - por parte dos jesuítas e dos líderes leigos/leigas integrantes do projeto - às possíveis parcerias, que estabelecidas com critérios e procedimentos adequados à proposta jesuíta, possam contribuir e fortalecer o projeto de mudança para a nova sociedade sonhada/desejada, inicialmente na localidade atual e, futuramente, em outras regiões. Nessa concepção de parceria, torna-se fundamental o trabalho solidário promovido por meio do voluntariado e a forte articulação do trabalho em rede, tanto

no âmbito institucional, entre as obras jesuítas, quanto externa, com outras redes sociais que lutam pela mesma causa de transformação social.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos do estudo, diante dos objetivos intermediários propostos aplicáveis ao estudo de caso, levam às conclusões apresentadas a seguir, de acordo com os objetivos inicialmente estabelecidos, destacando-se em primeiro lugar que o resultado geral da pesquisa, em especial do estudo de caso, apresenta um balanço geral significativo e relevante para as pessoas, para as comunidades da região de Perus/SP e possibilitou obter informações suficientes para que se possa realizar o futuro direcionamento das obras dos Jesuítas na localidade, se considerado pertinente pela instituição.

No que se refere à proposta de estudo em profundidade de um projeto social para identificar os **aspectos que contribuem para seu sucesso e para a obtenção de resultados positivos para a comunidade atendida**, observa-se que os mesmos focam principalmente a possibilidade de criação de um futuro para pessoas sem perspectiva.

O projeto foi, para muitos, a oportunidade para estudo e inserção no mundo do trabalho, assim como contribuiu para a conscientização e participação social, que se constata nas respostas e se confirma nos depoimentos de cada participante. Os dados da pesquisa revelam que o projeto social, objeto deste estudo, tem uma visão de sociedade equitativa, com base na garantia dos direitos humanos e sociais, e, ao mesmo tempo primou pela participação ativa das pessoas nos processos, seja nos cursos e atividades que integraram, seja na participação coletiva em Movimentos Sociais por melhores políticas sociais.

Certamente a metodologia de educação popular desenvolvida pelo projeto social em questão ajudou na vivência de prática dos processos de formação para a vida, com base em valores de justiça e solidariedade e a participação em Movimento Social fez com que o exercício democrático se tornasse uma bandeira de coesão para as demandas sociais locais.

Por outro lado aparece, sobretudo no item Movimento Social e Políticas Sociais, uma

lacuna conceitual que leva à reflexão sobre como o aspecto político do projeto foi e deve ser trabalhado de forma clara e profunda; as respostas emanam mais da participação e prática e esse é o fundamento popular que aparece também neste item. No entanto, aparentemente faltou a discussão e reflexão para chegar à incorporação de um conceito mais claro de Movimento e Política Social pelos participantes.

Contudo, pode-se afirmar que a transformação social, das pessoas e do seu contexto, se deu com o protagonismo, sobretudo dos jovens participantes do projeto social e contribuindo com o Movimento Social. Tudo isso concretizou o sonho de jovens, alentou o sonho de comunidades que se sentiram fortalecidas pela mediação do projeto social na região e ao mesmo tempo gerou uma enorme expectativa de ações mais ousadas por parte da organização Jesuíta no contexto atual.

Na busca da **identificação do efetivo cumprimento dos objetivos do Projeto Social dos Jesuítas para a localidade, de suas lacunas e potencialidades**, tornou-se claro que, embora possa e deva ser aprimorado, o projeto atuou e realizou com a comunidade os seus objetivos primordiais: formar pessoas com valores para a vida, solidariamente e comprometidas com a transformação social em vista de uma sociedade igualitária e fraterna.

No entanto, com as mudanças da legislação pertinente às entidades sociais no país, e neste aspecto específico, com a nova regulamentação das instituições filantrópicas, se impôs uma restrição legal sobre o financiamento de suas atividades com benefícios tributários, só podendo ser utilizados para educação e assistência social. Esse fato criou enorme dificuldade para obter recursos para a formação política, espiritual e apoiar movimentos sociais e, por outro lado não há, efetivamente, políticas públicas que contemplem este foco de formação. Com mais autonomia financeira, a organização jesuíta poderia destinar recursos para contemplar ações que respondessem de modo mais integral às demandas das atividades deste projeto, bem como apoiar as ações do Movimento Social da Região com a estrutura do Centro Santa Fé e com recursos financeiros.

Este avanço da legislação é um processo necessário, mas gera uma

descontinuidade no que diz respeito à formação de caráter político, para formar “massa crítica” e contestatória do sistema para lutar por mudanças estruturais e de fato acabar com as desigualdades sociais. Como os jesuítas não contavam com outras fontes de financiamento, se reorganizaram no estreito “espaço” possível na filantropia, o que historicamente gerou uma lacuna neste projeto, que perdeu sua força de natureza mais política, confirmada pelos depoimentos dos participantes da pesquisa.

Outra lacuna do projeto é a descontinuidade da presença efetiva de jesuítas na comunidade para o trabalho social de natureza política. Embora a orientação desse trabalho social esteja clara, com diretrizes estabelecidas solidamente, nem todos os jesuítas que foram destinados ao trabalho do Centro Santa Fé se guiaram pelas mesmas; por outro lado, adiciona-se o fato que a instituição não se concentrou na formação de novos jesuítas para atuar no campo social de forma mais atuante politicamente.

No que tange ao **reconhecimento social na comunidade abrangida no estudo** de caso (Perus – São Paulo/SP) em relação ao Projeto Social analisado, ficou patente, nos resultados deste estudo, que a comunidade reconhece o valor do Centro Social Santa Fé não apenas para a formação da população do entorno, mas também para a organização social e política da região.

A comunidade reconhece a importância da presença firme e ousada dos Jesuítas para o desenvolvimento local; esse reconhecimento, anteriormente empírico, se confirmou nos relatos e expectativas manifestas nas respostas dos participantes, que esperam que a instituição participe mais ativamente da vida comunitária da localidade. Embora esse reconhecimento integre a essência desta pesquisa, optou-se por não desenvolver este tema nesta dissertação; por sua relevância, que merece uma pesquisa específica, prevista para a continuidade deste estudo.

O terceiro elemento proposto, de **revisão da intencionalidade do Projeto Social Jesuíta e sua necessidade de atualização para o novo contexto** social, político e econômico nacional e internacional, exige, em coerência com a trajetória histórica, escutar de novo as comunidades da região analisada e definir junto com as bases,

no atual contexto econômico, político, cultural da atual da região e nacional, sugere-se que, juntos (jesuítas e comunidades) realizem um aprofundamento, visando a transformação social por um outro “mundo possível”, retomando a ousadia natural que marcou este projeto desde sua criação.

Inicialmente a intenção dos jesuítas ao implantar o projeto analisado neste estudo era a formação de pessoas com valores para a vida e solidariedade por um mundo mais equitativo e fraternidade. Considerando a natureza dinâmica da sociedade, esse objetivo foi afetado pela mudança de pessoas na organização e pela limitação dos recursos filantrópicos, sendo ideal retomado, a partir da releitura do que se realizou até a presente data e do que for mais adequado como resposta da instituição ao contexto atual.

Embora os resultados do estudo demonstrem a efetividade das ações desenvolvidas no projeto analisado, há **questões ainda abertas**, que exigem uma reflexão mais profunda, expostas a seguir.

Á luz de reflexões trazidas pelo P. J. B. Libânio³³, o principal tema para estudo futuro é a problemática da “transformação cultural”, que afirma que “as transformações estruturais passam pela transformação cultural”. Nessa concepção, as transformações sociais estruturais, onde se situa o trabalho social realizado pelos jesuítas, dentre outros, se revelam insuficientes e incapazes de uma transformação profunda da realidade se não se estruturarem em torno da transformação da cultura, com nova educação cultural e social.

Esse deslocamento - do enfoque sociopolítico para o cultural – é originado em vários fatos, na medida em que o socialismo real realizou transformações econômicas e políticas profundas, mas não plasmou um novo ser humano: não se superou os vícios humanos fundamentais, como o autoritarismo, a tirania, a destruição da natureza, o patriarcalismo ou a visão do ser humano como instrumento, dentre outros. Seguiu-se, em decorrência desse processo, o fracasso do militantismo às custas de dimensões humanas não atendidas, da resistência à dimensão cultural e do benefício dos mecanismos estruturais de mudança social e, por fim, resultaram

33 LIBANIO,B.J; Doutor em Teologia pela FAJE – Faculdade dos Jesuítas em Belo Horizonte.

na falta de lucidez sobre os reais valores embutidos nos projetos sociais, em especial os de natureza ética, política e pedagógica.

Esse cenário se situa no contexto da globalização, com seus benefícios e consequências, fenômeno absolutamente decisivo para a mudança conjuntural. Apresenta, como fatores positivos, a possibilidade de articulação mundial em torno de iniciativas e projetos com escopo que extrapolam os aspectos culturais, étnicos, de gênero, classes ou religiões, que resultam na possibilidade de grandes movimentos coletivos para o fortalecimento social, a defesa ambiental e a melhor distribuição econômica; adicionalmente, surgem possibilidades gigantescas de transformações culturais no sentido de um projeto humano global usando os recursos das tecnologias de comunicação e informação no campo social.

No aspecto negativo, esse fenômeno enfraqueceu as lutas nacionais, em razão da perda da articulação social, sobretudo “classista”, e da avalanche da “cultura de massa” produzida por uma minoria sofisticada e reproduzida nas demais classes menos favorecidas. No campo da ação popular, se constata o enfraquecimento da proposta de Paulo Freire: da consciência crítica passou-se à consciência fragmentada, com elementos sempre em movimento, altamente manipulados pela mídia e o fortalecimento da cultura virtual, que esvazia os relacionamentos humanos reais e que se torna cada vez mais sedimentada. Trata-se da cultura do exótico, da notícia pela notícia, sem considerar suas causas e efeitos: quanto mais dramática, mais espetacular seu efeito, em especial para o uso com finalidade de fortalecer o marketing dos interesses capitalistas, marcados pela superficialidade; sem finalidades de formação cidadã ou social, visa o puro entretenimento, com características teatrais, onde o que importa é a cena no palco e a garantia da atenção inconsciente do auditório.

A hipótese inicial, de que projetos sociais com esse enfoque impactam positivamente a vida dos jovens e de suas comunidades diante da globalização neoliberal hegemônica e da resultante fragmentação das políticas sociais foi confirmada, ficando patente sua contribuição para a mudança pessoal dos participantes e da sociedade que integram, com a formação de lideranças capazes de interagir de

forma ativa nas políticas públicas relacionadas aos interesses comunitários e à solidificação da cidadania no país.

Parafraseando Paulo Freire, “o inédito viável” (STRECK *et al.*, 2010, p. 413): a pequena semente plantada pode promover transformações de pessoas e contextos que alimentam a utopia de um outro mundo possível. É o que basicamente se depreende deste estudo, na medida em que jovens pobres, sem opções de estudo, ao participarem do projeto social analisado resgataram e fortaleceram o sonho que traziam em seu âmago: formarem-se para a vida, com valores de solidariedade e justiça, dentre outros, mesmo que à custa de altas horas consumidas em estudos em grupos, com outras que urgem pela mesma solidariedade.

De forma mais ampla do que inicialmente desejado e percebido, de crescimento pessoal com a instrumentalização profissional, os sonhos mais profundos destes jovens encontraram âncora na oportunidade que se lhes abriu pelo projeto social na localidade: viram, acreditam, participaram, se envolveram e protagonizaram sua transformação pessoal integral, no processo de estudo, formação profissional e cidadã, aliados à prática da participação em movimentos de reivindicação de direitos sociais da região.

Esta mudança tem o potencial de impactar a sociedade, ao tornar concretos e efetivos, na mudança social, os valores do bem, amor, verdade, beleza, esperança, convivência harmônica, justiça, fraternidade, liberdade e alegria, dentre outros. Essa proposta apresenta uma resposta à altura da modernidade regida pelo neoliberalismo – que defende o que for mais rentável e mais eficiente, mesmo com o uso de estratégias que ignoram o ser humano, gerando desemprego em todos os níveis e segregando os economicamente menos capazes em todos os segmentos. Esse processo perverso, ao prometer uma vida de mais prazer e gozo para a maioria com a difusão dos recursos tecnológicos, torna disponíveis nas regiões menos favorecidas as antenas parabólicas, celulares e acesso à internet, dentre outros, embora os direitos humanos e sociais fundamentais não estejam sendo atendidos integralmente.

Neste contexto, se destaca o deslocamento da militância social e da espiritualidade para o aburguesamento e para os fatores capitalistas, valorizando os bens materiais e a formação para o trabalho em detrimento do ser humano, o que influenciou no deslocamento e na menor presença do trabalho de formação integral no projeto analisado. No decorrer do tempo, além da falta de formação de novos jesuítas com perfil para trabalhar com classes populares, vários centros sociais com propostas de natureza ampla foram reorganizados em torno de atividades independentes e desconectadas, como cursos, retiros e exercícios espirituais, que, embora relevantes, se afastaram da proposta inicial de trabalho social.

No escopo deste estudo, se buscou recolher os diversos elementos do trabalho social desenvolvido pelos jesuítas para identificar os aspectos com carência de maior aprofundamento, sendo um deles a análise da globalização e sua cultura inerente, ou seja, as novas culturas que emergem desse fenômeno, cujo detalhamento tem o potencial de grandes aportes para a atualização das práticas institucionais diante da decorrente transformação social.

Nessa seara, foram identificados **outros temas que deverão ser objeto de novas pesquisas**, destacando-se a relação entre o carisma jesuíta e a atuação social materializada nos projetos comunitários, o impacto quantitativo dessa atuação na mudança da realidade da região, as relações de gênero e seu impacto na formação da cultura dos participantes, o aprofundamento do estudo da relação entre o projeto social e o Movimento dos Sem-terra, o detalhamento de seu eventual impacto amplo na violência contra adolescentes e jovens na região, assim como a análise de oportunidades de financiamento público e da Sociedade Civil.

No que se refere às perspectivas do trabalho social desenvolvido pelos jesuítas, embora se constatem muitas questões a serem futuramente respondidas, uma discussão relevante a ser aprofundada é a mudança cultural, não apenas em relação ao projeto e sua relação com o desenvolvimento dos participantes e da comunidade, mas da sociedade de forma geral, diante da nova dinâmica social que se constata em todo o planeta.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Madalena Ferreira. **Participação das Mulheres na Greve dos Queixadas em Perus: “Invisibilidade das Mulheres”**. 2011. Tese (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2011.
- ANTONCICH, Ricardo S.J. **Apostolado Social: Sector y Dimensión Apostólica**. Conferencia de Provinciales Jesuitas de América Latina. Colección CPAL. São Paulo: Edições Loyola, 2003.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. - 9. ed. - São Paulo: Cortez, 2011 (Biblioteca básica de serviço social; v2).
- BEHRING, Elaine R. Crise do capital, fundo público e valor. In: BOSCHETTI, I.; BEHRING, E. R.; SANTOS, S. M. M.; MIOTO, R. T. (Org.) **Capitalismo em Crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010, p. 13.
- BOITO JR, Armando; GALVÃO, Andreia; MARCELINO, Paula. Brasil: o movimento sindical e popular na década de 2000. **Anais...** Observatório Social da América Latina. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO). Año X, Nº 26, octubre. 2009 Disponível em: <<http://adrianonascimento.webnode.com.br/news/armando%20boito,%20andreia%20galv%C3%A3o%20e%20paula%20marcelino%3A%20o%20movimento%20sindical%20e%20popular%20nos%20anos%202000%20no%20brasil/>>. Acesso em: 01 mar. 2013.
- BONOMA, Thomas V. Case Research in Marketing: Opportunities, Problems and Process. **Journal of Marketing Research**, vol. XXII, May, 1985.
- BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rosetti; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos; MIOTTO, Regina Célia Tamasso. (Orgs.). **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010. (vários autores).
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 14 Jan. 2007.
- BRESSAN, Flávio. O método do estudo de caso. **Administração On line**, São Paulo v. 1, n.1, 2000. Disponível em: <http://www.fecap.br/adm_online/art11/flavio.htm>. Acesso em: 07 Abr.2007.
- CARTA dos **Superiores Provinciais da América Latina contra o Neoliberalismo**, 2004. Disponível em <http://www.cpalsj.org.social/centros_sociales/?pg+0>.
- CARTA do Padre Geral Adolfo Nicolas a todos os jesuítas **sobre o “apostolado social”**, 2000. Fonte: ><http://www.jesuitasbrasil.com.br>.

CARTA do Padre Geral Adolfo Nicolás. **Dimensão da justiça e seus desafios desde a perspectiva do “Apostolado Social”**, 2011. Fonte: <http://www.jesuitasbrasil.com.br>.

CASTEL, Robert. As armadilhas da exclusão. In: WANDERLEY, Mariangela Belfiore; BÓGUS Lucia; YAZBEK, Maria Carmelita. (Orgs.). **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 2010. p. 21-54.

CASTEL, Robert. As transformações da questão social. In: WANDERLEY, Mariangela Belfiore; BÓGUS Lucia; YAZBEK, Maria Carmelita. (Orgs.). **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 2010. p. 277-306.

CHRISTO, Carlos Alberto Libânio (Frei Betto). **Os desafios do movimento social frente ao neoliberalismo**. Correio da Cidadania – Política, 2000. <<http://www.correiodacidade.com.br/antigo/ed186/politica3.htm>>

COMPANHIA DE JESUS. **Memória e Diagnóstico do Centro Santa Fé**. São Paulo: Companhia de Jesus, 2009.

CONSTITUIÇÕES da **COMPANHIA DE JESUS e normas complementares**. Edições Loyola. São Paulo, 2004.

DEBONIS, Marcelo. **A Dinâmica da Expansão Urbana no Município de São Paulo: os impactos do Rodoanel Mário Covas para o Distrito de Perus**. 2011. Dissertação (Mestrado) - PUC Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2011.

DECRETO 3, nº 33 CG35, 2008. disponível: <http://www.jesuitas.org.br> e <http://www.cpalsj.or>

DURKEIM, E. **A divisão do trabalho social**, Lisboa - Estampa, 1950. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GOODE, W. J. & HATT, P. K. **Métodos em pesquisa social**. 3 ed., São Paulo: Cia Editora Nacional, 1969.

GUERTECHIN, Thierry Linard de. **Ibrades e a formação social e política**. São Leopoldo: Instituto Humanitas (IHU) da Unisinos em outubro de 2000. Entrevista ao IHU. Disponível em < <http://zip.net/bkhP1z>>. Acesso em: 15 Nov.2013.

IBGE. **As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2010**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/fasfil/2010/default.shtm>>. Acesso em: 14 abr 2013.

IPEA. **Sobre a Evolução Recente da Pobreza e da Desigualdade**. Ricardo Paes de Barros. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, setembro de 2009. Disponível em: <[ww.promenino.org.br/portals/01.../Ipea_Dados_IPEA](http://www.promenino.org.br/portals/01.../Ipea_Dados_IPEA)> - Instituto de

Pesquisa Econômica Aplicada Pesquisa Pnad %202008_2 pdf>. Acesso em: 14 Ago 2013.

IPEA. Comunicados da PRESIDÊNCIA nº 38 - **Pobreza, desigualdade e políticas públicas**. IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), 12 de janeiro de 2010. Pesquisa Google em agosto/2013. www.asabrazil.org.br/userfiles/file/pobreza.

JESUS, Mario Carvalho de. **Cimento Perus: 40 anos de ação sindical transformam velha fábrica em centro de cultura municipal**. JMJ Consultoria e Promoções, São Paulo, 87 1992.

MARSHALL, T.H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MAZZOTI, Alda Judith; GEWANDSNADJER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais; pesquisas quantitativas e qualitativas**. São Paulo: Editora Pioneira, 2000.

MAYO, Peter. **Gramsci, Freire e a educação de adultos: possibilidades para uma ação transformadora**. Trad. Carlos Alberto Silveira Netto Soares. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Guia prático para Entidades Sociais**. Brasília: Secretaria Nacional de Justiça, 2009. Disponível em <<http://portal.mj.gov.br>>. Acesso em: 19 abr.2013.

NOSSA SÃO PAULO. Observatório Cidadão Nossa São Paulo. São Paulo: Rede Nossa São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.nossasãopaulo.org.br/observatório/regiões.php?região>>. Acesso em: 16 set. 2013.

OLIVEIRA, Francisco de. **Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita**. Petrópolis: Vozes, 1998.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro; SOARES, Sergei Suarez Dillon; SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de. **Erradicar a pobreza extrema: um objetivo ao alcance**. Texto para discussão. IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Repositório do conhecimento do IPEA, Coleção: Desenvolvimento Social, 2011. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1501>>. Acesso em: 14 Set.2013.

PEREIRA, Potyara Amazoneida P.; STEIN, Rosa Helena. Política social: universalidade versus focalização. Um olhar sobre a América Latina. In: BOSCHETTI, I.; BEHRING, E. R.; SANTOS, S. M. M.; MIOTO, R. T. (Org.) **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 106.

PEDRO, Demo. **Pobreza política: a pobreza mais intensa da pobreza brasileira**. Campinas: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2006.

PIVA, Ana Luiza. **Direito ambiental, desenvolvimento sustentável e cultura: um enfoque sobre a responsabilidade ambiental pós-consumo**. Dissertação de mestrado

apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2008. Disponível em: <www.slideshare.net/DORONILSON/meio-ambiente-tese 17/04/2012 - Desenvolvimento sustentável>. Acesso em: 23 Out.2013.

PLANO POLÍTICO INSTITUCIONAL (PPI). **Província Meridional da Companhia de Jesus**, Cepat (Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores), 2008. <http://www.ihu.unisinos.br/cept/historico>.

PORTAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO: Sistema Municipal de Bibliotecas. Apresenta informações sobre as bibliotecas públicas municipais de São Paulo. Disponível em: <<http://www.prefeitura.sp.gov.br>>. Acesso em: 09 Mar. 2013.

REIS, Nestor Goulart. **Notas sobre Urbanização Dispersa e Novas Formas de tecido Urbano**. São Paulo: Via Atess, 2006.

RELATÓRIO do **XVIII Encontro Social da CPAL**, julho, 2009, Cochabamba, Bolívia, fonte: <http://www.cpalsj.org>

ROCHA, Sonia de. Estudos e Pesquisas nº 492 - Pobreza no Brasil – A evolução de longo prazo (1970-2011). **Anais...** XXV Fórum Nacional (Jubileu de Prata – 1988/2013) – O Brasil de Amanhã. Transformar Crise em Oportunidade. Rio de Janeiro, 13-16 de maio de 2013. Disponível em: <<http://www.forumnacional.org.br/sec.php?s=490&i=pt>>. Acesso em: 3 ago. 2013.

SALVADOR, Evilásio. Crise do capital e o socorro do fundo público. In: BOSCHETTI, Ivanete (Org.); BERHING, Elaine; SANTOS, S. M. M.; MIOTTO, Regina (Org.). **Capitalismo em crise: política social e direitos**. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2010, p. 35.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. Política social e diversidade humana: crítica à noção de igualdade e oportunidade. In: BOSCHETTI, I.; BEHRING, E. R.; SANTOS, S. M. M.; MIOTO, R. T. (Org.). **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 185.

SIMIONATTO, Ivete. Sociedade civil e lutas sociais na América latina: entre a harmonização das classes e as estratégias de resistência. In: BOSCHETTI, I.; BEHRING, E. R.; SANTOS, S. M. M.; MIOTO, R. T. (Org.) **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 153-170.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Avaliação de políticas e programas sociais: aspectos conceituais e metodológicos. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e (coord.) **Avaliação de políticas e programas sociais: teoria e prática**. 1ª ed. São Paulo: Veras, 2001.

SILVA, M. O. da S.; YASBEK, M. C.; GIOVANNI, G. di. **A Política Social Brasileira no Século XXI: A prevalência dos programas de transferência de renda**. São Paulo: Cortez, 2004.

STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITROSKI Jaime (orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

TULL, D.S. & HAWKINS, D. I.- **Marketing Research, Meaning, Measurement and Method**. Macmillan Publishing Co., Inc., London, 1976.

VERGARA, Sylvia Constant; CALDAS, Miguel P. Paradigma interpretacionista: a busca da superação do objetivismo funcionalista nos anos 1980 e 1990. **Revista de Administração de Empresas (ERA)**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 4. out./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v45n4/v45n4a06.pdf>>. Acesso em: 18 Abr. 2013.

VIEIRA, Evaldo. **Os direitos e a política social**. – 3ª. ed. - São Paulo: Cortez, 2009.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e o caribenho. In: WANDERLEY, Mariângela Belfiore; BÓGUS Lucia; YAZBEK, Maria Carmelita. (Orgs.). **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 2010. p. 55-166.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. Enigmas do social. In: WANDERLEY, Mariângela Belfiore; BÓGUS Lucia; YAZBEK, Maria Carmelita. (Orgs.). **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 2010. p. 162-766.

WANDERLEY, Mariângela Belfiore; BÓGUS Lúcia; YAZBEK, Maria Carmelita. (Orgs.). **Desigualdade e a questão social**. - 3. ed. rev. e ampl. - São Paulo: EDUC, 2010.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. São Paulo, cidade global emergente?. In: RAICHELIS, Raquel; WANDERLEY, L. E. (Orgs.). **A cidade de São Paulo: relações internacionais e gestão pública**. São Paulo: Educ, 2009. p. 47.

WANDERLEY, Luiz Eduardo; RAICHELIS, Raquel. (Orgs.). **A cidade de São Paulo: relações internacionais e gestão pública**. São Paulo: EDUC, 2009. (vários autores).

WANDERLEY, Luis Eduardo. **Educação Popular, Metamorfoses e veredas**. São Paulo: Cortez, 2010.

YIN, Robert K. - **Case Study Research – Design and Methods**. Sage Publications Inc., USA, 1989.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BUBER, Martin. **O socialismo utópico**. Trad. Póla Civelli. São Paulo: Perspectiva, 1986, 2ª Ed.

CZERNY, M. SJ et al. **Características do Apostolado Social da Companhia de Jesus**. Promotio Iustitiae N. 69, 1998. São Paulo: Loyola, 1998.

DAVID, Harvey. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. Tradução de João Alexandre Peschanski. - São Paulo: Bontempo, 2011.

Fundação Fé e Alegria do Brasil. **É possível realizar SONHOS!** Tradução Thiago Gambi. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

KOLVENBACH, P.H; **Apostolado Social: Carta do P. Geral a toda a Companhia de Jesus**. Roma: Companhia de Jesus, 2000.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e a questão social: crítica ao padrão emergente e intervenção Social**. São Paulo: Cortez, 2002.

NEDER, Ricardo Toledo (1998). **As ONGs na reconstrução da sociedade civil no Brasil**. In: Seminário Internacional Sociedade e reforma do Estado. São Paulo, 1998. p. 1-8.

POCHMANN, Marcio et al.(orgs.). **Inclusão social: uma proposta possível**. São Paulo: Cortez, 2006.

PROVINCIAS sj; **Neoliberalismo na América Latina: Carta dos Superiores Provinciais da Companhia de Jesus da América Latina**. México: Companhia de Jesus, 1996.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; JÚNIOR, Orlando Alves dos Santos. (Orgs.). **As metrópoles e a questão social brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, Fase, 2007.

SADER, Emir, GENTILI, Pablo. (Orgs). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. (vários autores).

SANTOS, Boaventura Souza. Para uma reinvenção solidária e participativa do Estado. 1999. In: BRESSER PEREIRA, Luis C.; WILHEIM, Jorge e SOLA, Lourdes. **Sociedade e Estado em Transformação**. São Paulo: UNSEP; Brasília: ENAP.

SANTOS, Josiane Soares. **Questão Social: particularidades no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2012. Coleção Biblioteca Básica de Serviço Social, v. 6. Reimpresso em 2013.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. (Orgs.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000. Coleção economia.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira; BONETTI, Dilsea Adeodata; YASBEK, Maria Carmelita; FALÇÃO, Maria do Carmo B. Carvalho. **Assistência na trajetória das Políticas Sociais brasileiras: uma questão em análise**. São Paulo: Cortez, 2010.

SUNG, Jung Mo. **Sujeito e sociedades complexas: para repensar os horizontes utópicos**. Petrópolis: Vozes, 2002.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. Globalização, religiões, justiça social: metamorfoses e desafios. In: Wagner Lopes Sanchez. (Org.). **Cristianismo na América Latina e Caribe – Trajetórias, diagnósticos, perspectivas**. 1. ed. - São Paulo: Paulinas, 2003.

ANEXOS

Anexo I – Roteiro de entrevista inicial

Roteiro utilizado para a entrevista inicial realizada com um participante do Projeto Social Santa Fé entre 1998 e 2008, visando estabelecer o conteúdo do questionário econômico aplicado aos demais participantes.

1- Identificação/apresentação

a) Como você conheceu o projeto social Santa Fé?

- A comunidade que participava.
- Quem estava participando do projeto.
- Divulgação por *folders*.

b) O que lhe foi apresentado do Projeto social Santa Fé?

- Cursos gratuitos.
- Proposta de formação/preparação para a vida.
- Oportunidade de acesso à universidade e trabalho.
- Trabalho em equipe.
- Sob responsabilidade dos jesuítas(identidade e carisma...)
- compromisso e corresponsabilidade entre todos.

2- Oportunidade/protagonismo/sonho/utopia

a) Em que o projeto social Santa Fé lhe ajudou?

- Acesso a estudos e trabalho.
- Autoestima, sonhar de novo.
- Conhecimento e solidariedade com outros.
- Oportunidade de formação em valores para a vida.
- Liderança, protagonismo, autonomia.
- Formação em valores.

b) Em que o Projeto Social Santa Fé ajudou na Região?

- Oportunidade de estudo e trabalho para os que mais precisam.
- Cursos gratuitos.
- Promoveu metodologia de trabalho popular, educação popular.
- Conscientização e participação social.
- Mobilização em prol de políticas sociais.

- Formação de novas lideranças, militantes.
- Formação política.

3- Desafios do Projeto Social

a) Quais os maiores problemas do Projeto Social Santa Fé?

- Não poder atender todos que precisam.
- Não ter cursos superiores(continuidade..).
- Limitação no uso dos recursos(filantropia..).
- Só trabalha com adolescentes e jovens... foco.

b) O que poderia melhorar no Projeto Social Santa Fé?

- Abrir mais cursos, novas oportunidades, inclusive superior.
- Melhorar a qualidade das atividades.
- Abrir mais os espaços à outras faixa etárias da região.

4- Elementos de Política Social

a) Como você explica a Política Social e Movimentos Sociais?

- Participação nas lutas da região.
- Pelas necessidades da população.
- Construção com processos.

b) Em que medida um projeto Social pode contribuir à Política Social?

- Forma, instiga, provoca, mobiliza pessoas e comunidades.
- Abre para uma visão mais coletiva e participativa.
- Estratégia para ter pessoas mais preparadas para lutar por direitos.
- Fortalece processos de transformação, pessoal e social.

Anexo II - Questionário de pesquisa

Esta pesquisa tem o objetivo de identificar os resultados, para os participantes do Projeto Social Santa Fé, desenvolvido pelos Jesuítas na região de Perus - SP.

As respostas serão utilizadas de forma agrupada e os dados dos respondentes serão mantidos em sigilo.

Caso tenha interesse em conhecer os resultados finais da pesquisa, por favor, informe seu endereço de correio eletrônico (e-mail) ao final do questionário.

Em caso de dúvidas, entre em contato pelo e-mail pesquisafealegria@gmail.com.

Agradecemos sua participação respondendo até o dia 08/09/2013..

Padre Carlos Fritzen

***Obrigatório**

Qual seu nome?

Em relação à raça, como você se declara *

Qual seu sexo? *

Qual sua idade atual? *

Qual sua profissão atual? *

Qual a renda média por pessoa de sua família? *

Para calcular, some o total de dinheiro que entra em sua família todo mês e divida pelo número de pessoas

Qual sua idade atual? *

Qual sua profissão atual? *

Qual a renda média por pessoa de sua família? *

Para calcular, some o total de dinheiro que entra em sua família todo mês e divida pelo número de pessoas

Atualmente, em qual Estado você mora?

Se morar fora do país, escolha essa opção ao final da lista de Estados brasileiros.

Se você ainda mora ou frequenta habitualmente a região do Projeto?

Qual o ano inicial e final de sua participação do Projeto dos Jesuítas na região de Perus?

1998
ou
antes

1999 1999 2000 2001 2002 2003 2004 2004 2006 2007 2008

Ano inicial	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ano final	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

O que lhe foi apresentado do Projeto social Santa Fé durante sua participação?

Considere zero como nenhuma informação a respeito e 5 como completa informação a respeito

0 - Nenhuma 1 - Pouca 2 - Suficiente 3 - Mais que suficiente 5 - Tudo que queria saber

Cursos gratuitos disponíveis	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Proposta de formação/preparação para a vida	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Oportunidade de acesso à universidade e trabalho	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Trabalho em equipe para o crescimento de todos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Responsabilidade dos jesuítas (identidade e carisma...)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Compromisso e corresponsabilidade entre todos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

O que lhe motivou a participar do Projeto Social Santa Fé?

Considere zero como nenhuma motivação e 5 como total motivação

	0 - Nenhuma motivação	1 - Alguma motivação	2 - Suficiente motivação	3 - Boa motivação	5 - Total motivação
Cursos gratuitos disponíveis	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ser uma proposta de formação para toda a vida	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ter acesso à universidade e trabalho	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Aprender a trabalhar em equipe	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Acreditar na filosofia dos jesuítas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Não ter outra opção	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ser um projeto da Igreja Católica	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Respeitar minhas crenças pessoais e religiosas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Para a comunidade em geral, quais as maiores contribuições do Projeto?

- Oportunidade de estudo e trabalho para os que mais precisam
- Oferecer cursos/formação gratuita
- Ensinar metodologia de trabalho popular, educação popular
- Conscientização e promover a participação social
- Mobilizar a comunidade em prol de políticas sociais
- Formar novas liderança e militantes locais
- Formar a comunidade politicamente

Contribuições do Projeto

Nas perguntas seguintes, por favor, identifique quais as contribuições que o Projeto trouxeram para sua vida.

Me deu acesso a formação (estudo)

Preparação para o mercado de trabalho

Acreditar em mim mesmo(a)

Me conhecer melhor como ser humano

Entender melhor as outras pessoas

Aprender valores para toda a vida

Lutar pelos meus direitos

Aprender a ser líder

Buscar o que quero sem esperar pelos outros

Me preparou para a vida em geral

Em quais aspectos as atividades das quais você participou contribuíram para sua vida?

Nas perguntas seguintes, por favor, identifique as atividades que participou e as áreas de sua vida em que o Projeto contribuiu para sua vida.

Cursos de informática

Curso pré-vestibular

Curso de artesanato

Formação Fé e Política

Curso de teatro

Atividades da biblioteca e midiateca

Cursos de cidadania

Curso de técnicas administrativas

Atividades ambientais (horta e outros)

Retiros e encontros

Capoeira

Projeto de vida

Comunicação visual (desenho)

Ciranda do conhecimento

Cultura corporal

Comunicação digital (computação)

Curso de idiomas

Trilha

Movimento Fé e Política

Em sua opinião, quais os desafios atuais do Projeto?

Por favor, informe todos os aspectos que considere importantes

Quais suas sugestões para melhorar o Projeto e aumentar sua contribuição para a comunidade?

Por favor, informe todos os aspectos que considere importantes

Como você entende o papel dos Movimentos Sociais nas Políticas Sociais?

Por favor, informe todos os aspectos que considere importantes

Há algum comentário adicional que considere importante para o Projeto e esta pesquisa?

Por favor, informe todos os aspectos que considere importantes

Caso tenha interesse em receber o resultado desta pesquisa, informe seu e-mail a seguir.

Você aceitaria participar de uma reunião presencial para discutir o Projeto? *

Caso tenha interesse em receber o resultado desta pesquisa, informe seu e-mail a seguir.

Você aceitaria participar de uma reunião presencial para discutir o Projeto? *

Caso tenha respondido sim na pergunta anterior, poderia informar seus números de telefone para facilitar o contato?

**Agradecemos sua colaboração participando desta pesquisa.
Em breve divulgaremos os resultados**

Anexo III – Transcrições das respostas abertas do questionário eletrônico

Como você entende o papel dos Movimentos Sociais nas Políticas Sociais?
<i>São extremamente importantes e necessários, sem eles o povo fica passivo e a Política pode tomar rumos perigosos.</i>
<i>É de grande importância a manutenção de tais Movimentos Sociais, mesmo porque, é a maneira mais viável de nos sentirmos parte da tomada de decisões, como elemento fundamental do processo de transformações históricas-políticas, a fim de nos colocarmos como protagonistas na formulação de Políticas Sociais que possam afirmar nosso núcleo ético-mítico. E, somente quando partimos deste núcleo, podemos iniciar uma transformação justa e inclusiva, pois é preciso que a necessidade de mudança emergja com a tomada de consciência de que devemos partir de problemas que não ignoram a concretude de nossa existência, que não ignoram a vida.</i>
<i>Entendo que são extremamente importantes, através dos movimentos que nos politizamos e nos organizamos e assim podemos contribuir na elaboração das políticas e cobrar que as mesmas sejam efetivadas.</i>
<i>É uma forma de lutar em prol de melhorias, são nos movimentos que temos dimensão dos reais problemas. Nos movimentos sociais que se ganha força para podermos exercer a democracia.</i>
<i>Através dos movimentos sociais é que são reivindicados os direitos dos menos favorecidos. Possibilitando dessa forma, a criação de políticas públicas, para as áreas defasadas, onde não tem ninguém que brigue por seus direitos. Tem política Pública para uma série de coisas, porém acredito que muitas áreas ainda precisem de políticas que defendam seus direitos.</i>
<i>Os movimentos sociais ligam-se a interesses diversos e através desta teia de interesses diversos são criadas algumas políticas para atender a determinados grupos.</i>
<i>Vejo que é muito importante para todos, pois lutar por nossos direitos nos traz maiores rendimentos e benefícios.</i>
<i>Muito importante, porém pouco procurado e menos pessoas com disponibilidade para aplicar ao trabalho.</i>
<i>Fazer jus " eu vim para que todos tenham vida e a tenham em abundancia" ouseja um bem comum um bem social de igualdade</i>
<i>Entendo que a Política Social é um conjunto de medidas que assegurem as necessidades sociais básicas das pessoas. Com a atual Política Social os recursos puderam ser melhores distribuídos, assim garantindo que o início de uma distribuição de renda justa se iniciasse. Se não aconteceu isso da melhor maneira, já é possível ver que há uma tentativa de que isso aconteça. A Política Social quer garantir os serviços básicos as pessoas e prevenir e proteger socialmente seus cidadãos. Projetos como os do Centro Santa Fé atuam nesta proporção além de desenvolver a criticidade, a autonomia e o protagonismo.</i>
<i>Hoje com a formação a inserção que tive que me foi proporcionado posso ver de outra forma, eles são fundamentais tanto para a formação de uma nova política, quanto para uma nova postura, eles são primordiais, pois para lutar você tem que conhecer, e conhecendo você tem uma opinião própria, independente do que é apresentado pelo meios de comunicação, podendo ter o benefício da dúvida, sem ser planta por qualquer fonte que seja.</i>
<i>São muito importantes, pois dão oportunidade as pessoas menos favorecidas.</i>
<i>Entendo que é de fundamental importância para a sociedade, pois nos motiva acreditar que temos direitos a oportunidades e também nos deveres para que estas se cumpram.</i>
<i>Vejo que o papel dos Movimentos Sociais são de extrema importância, pois a partir deles podemos conquistar as exigências que a sociedade pede.</i>
<i>Infelizmente, não há políticas públicas suficientes para diversas áreas: saúde, educação, lazer... na nossa sociedade. E o terceiro Setor acaba por fazer o papel do Estado na comunidade, porém essa participação é essencial na nossa região. Creio que os Movimentos Sociais deveriam somente "apoiar", e não fazer o papel do Estado, isso isenta a função própria deste.</i>
<i>O papel dos movimentos sociais, entendo que muitas vezes acaba sendo uma chama que acende outras, ou seja, inflama de forma positiva os corações, os desejos e etc, e nos lembra sempre do que é importante não só para si mas para todos em sociedade.</i>
<i>Os Movimentos Sociais são de fundamental importância, pois através deles é possível mobilizar a comunidade para buscar melhorias para a sua região.</i>
<i>Total importância, porém os movimentos precisam de maior direcionamento, e menos agressivos na</i>

<i>sua abordagem, para fugir da manipulação da mídia.</i>
<i>Muito importante</i>
<i>Os movimentos sociais são os grandes geradores de mudanças a favor da população. Sem esses movimentos não teríamos muitas das coisas que temos hoje.</i>
<i>Os movimentos Sociais existem devido as falhas do poder público. Eles direcionam os caminhos a serem seguidos para a construção de uma sociedade justa, ética e com oportunidades iguais a todos.</i>
<i>Entendo que são necessários, para que se faça valer os direitos e as políticas públicas e sociais, na tentativa de dar acesso aos bens de serviço e garantir a justiça e igualdade social.</i>
<i>Os Movimentos Sociais tem o papel de formulação de políticas, tem capacidade de fazer Política, de influenciar a formulação de políticas sociais, pois a falência ou incapacidade de resposta as necessidades da população resulta em um movimento social.</i>
<i>Os movimentos sociais assumiram o papel de interferir nas políticas sociais, lutando para trazer novas formas de organização social, econômica e política.</i>
<i>Os movimentos sociais e as políticas públicas possuem papel de suma importância para a população que vive nesta região, fazendo com que cada um possa ser protagonista de sua vida, sabendo de seus direitos e deveres para com o espaço que ocupa. E assim, brigar por o que acredita e acha justo.</i>
<i>Como um instrumento de emancipação e fortalecimento da sociedade.</i>
<i>De forma sucinta, os movimentos sociais colaboram na formação das pessoas. Isto porque com atividades voltadas para as comunidades carentes (pelo menos no que diz respeito às políticas educacionais - tal como a do Centro Pastoral) é possível que os participantes aprendam o que não aprenderiam na escola, e interajam entre si, ocupando o tempo que têm disponível.</i>

Em sua opinião, quais os desafios atuais do Projeto?
<i>Pelo que sei o projeto está muito pouco atuante em relação a região (jardim santa fé / morro doce), há pouca divulgação do trabalho realizado e assim todo o maravilhoso projeto do Centro Pastoral fica muito restrito.</i>
<i>Como estou afastada das atividades que ocorrem no Projeto Social, não tenho condições de responder a essa questão.</i>
<i>Sinceramente não tenho uma opinião formada sobre essa questão. Faz cinco anos que deixei o projeto. O que sei é que hoje o projeto atende apenas crianças e adolescentes (CCA e CJ).</i>
<i>Trazer o sentido que era no início .</i>
<i>Acredito que justificar a importância da continuidade do projeto para comunidade, seja um de seus maiores desafios. Pois ele transformou a vida de muitas pessoas, porém nem sempre é possível quantificar essa colaboração, pois ela vai muito além dos números, porque ela transforma a vida de quem teve a oportunidade de participar do projeto.</i>
<i>Matricular os alunos e conquista-los para se manterem nos cursos, pois ainda existe aqueles que não dão valor ao trabalho realizado pelo Centro Pastoral Santa Fé, mas infelizmente vocês não tem culpa, pois a base familiar da maioria e quem tem esta responsabilidade e não fazem sua parte...</i>
<i>Formar uma equipe forte com líderes como do tempo que atuei.</i>
<i>Dar uma formação diagnóstica e formativa de forma continuada em que a participação constante.</i>
<i>Atualmente estamos trabalhando com a formação da equipe. O grupo de trabalho está formado com pessoas que vem de diferentes realidades de trabalho para compor este. Assim, experiências e habilidades poderão ser agregados a identidade deste trabalho no Centro Santa Fé. Este é um grande desafio. Outro desafio é o trabalho com recursos financeiros apenas da filantropia. Alguns trabalhos importantes, anteriormente desenvolvidos com a juventude acima dos 18 anos, não é possível ser realizado dentro da proposta que a nova lei propõe. Atualmente temos buscado a parceria com a Rede de Serviços públicos, porém é preciso avançar ainda no diálogo com as escolas, espaço de educação formal em que os adolescentes estão.</i>
<i>Os desafios atuais são hoje de encontrar pessoas para trabalhar no projeto e o recrutamento de cidadãos, tão dispostos e que realmente acreditem nas pessoas da mesma forma como foi nos dado à credibilidade do acesso, do direito, sem colocar em primeiro plano as burocracias de uma instituição</i>
<i>Fazer com as pessoas entendam a totalidade do projeto, que vai além da formação profissional, mas também forma cidadãos para o mundo.</i>
<i>Continuar com o preparo e formação da juventude</i>
<i>Continuar motivando as pessoas acreditar nas políticas públicas e sua importância na formação dessas.</i>
<i>Conseguir agregar mais jovens no projeto</i>
<i>Creio que seja continuar com algum trabalho social/ação social efetivo na comunidade, juntamente com os educandos.</i>
<i>Dentro do nicho que o projeto trabalha hoje, entendo como importante estar com o jovem/adolescente, proporcionando diferentes pontos de vista e valores sobre o que a sociedade em geral necessita.</i>
<i>Voltar a desenvolver o excelente trabalho que era realizado, no que diz respeito a formação pessoal (cidadania) população da região.</i>
<i>Formar as pessoas como cidadãos, independentes da sua religião. Ser menos ecumênico e mais para sociedade mesmo. Fazer pensar além da religião.</i>
<i>Oferecer oportunidades de acesso à informação e conhecimento numa época de muita sujeira digital na internet.</i>
<i>Formar a consciência crítica dos moradores do bairro</i>
<i>Oferecer atividades de formação aos adolescentes para compreenderem seus direitos e transformarem suas vidas aproveitando e criando oportunidades.</i>
<i>Ter maior visibilidade na comunidade. Ter maior aderência das famílias que inserem seus filhos.</i>
<i>Embora o projeto tenha mudado de público o resultado final o objetivo principal é o mesmo, talvez agora com uma maior responsabilidade devido a faixa etária atendida, a inclusão social e muitas vezes a reeducação primária será os maiores desafios encontrados.</i>
<i>Devido ao público-alvo atendido atualmente no projeto o desafio se tornou ainda mais, quanto maior a fragilidade do ser humano, mais difícil o acesso a esse ser que está tão acostumado a ser excluído. Acredito que o maior desafio é conseguir quebrar as barreiras criadas pelo usuário (por defesa) par</i>

que ele entenda que é um ser de direitos a sonhar e planejar alcançar coisas básicas como estudo superior, moradia digna e muitas outras que, antes da participação/formação no projeto acreditava não ter direito, ser devidamente incluído na sociedade.

Os desafios atuais deste projeto é relacionado a retomar o trabalho com de formação dos jovens da região.

Mobilizar a comunidade

Não acompanho tão próximo o projeto quanto antes, mas acredito que ele tem colaborado muito na vida dos adolescentes da região. Espero que mantenham essa política de inclusão e acompanhamento, especialmente nessa faixa etária.

Continuar com este projeto que tanto contribuiu para minha formação pessoal e profissional.

Quais suas sugestões para melhorar o Projeto e aumentar sua contribuição para a comunidade?
<i>Maior divulgação do trabalho que esta sendo realizado através das redes sociais, mídias locais, cartazes no bairro...</i>
<i>Como estou afastada das atividades que ocorrem no Projeto Social, não tenho condições de responder a essa questão.</i>
<i>Como participante do cursinho pré-vestibular acredito que se fosse possível ter novamente o cursinho seria de grande contribuição para comunidade, visto que os cursinhos particulares são muito caros e distantes de nossa região.</i>
<i>Estar mais presente e melhor divulgação pois alguns moradores de Perus não conhece o projeto</i>
<i>De quando participei do projeto até o dia de hoje, muitas mudanças ocorreram, e ele está com um novo formato. Acredito que tentar unir o formato atual com o formato antigo, fosse uma boa, pois atenderia todas as faixas etárias da nossa região. Gostaria muito que o cidadania voltasse, mesmo que fosse com novos critérios para participação, com um número limitado de vagas, evitando dessa forma a evasão no final do ano, já conhecida por todos nós. Outra sugestão, seria apoiar os diversos projetos isolados em nosso bairro, apresentar a filosofia do Centro Pastoral e orienta-los na medida do possível, para que eles consigam ampliar seus projetos e atender cada vez mais pessoas. Acho que os jovens do nosso bairro, ainda estão muito sem perspectiva, pois apesar de ter os "CEUS", o investimento em esporte, cultura e lazer, ainda não muito escassos. Sendo assim, acho que "podíamos", fazer parcerias, dispor o espaço do Centro Cultural, das quadras, para atividades para os jovens...Enfim.</i>
<i>Promoção de eventos culturais itinerantes, discutindo de forma descontraída e numa linguagem específica os problemas das comunidades</i>
<i>Hoje em dia não sei como estão sendo realizados os cursos do Centro Pastoral, mas vejo que poderia ser mais anunciado nas escolas da região para também abrir oportunidade a toda população, pois diversificando a população frequentada, poderia obter um melhor aproveitamentos por todos os jovens, com diminuição das evasões durante o curso. Podendo ainda ser reconhecido o Centro Pastoral com mais valorização por todos, afim de que o Projeto não acabe e tenha aproveitamento por quem realmente quer e não apenas quem necessita, pois tem jovens que gostariam de fazer parte, mas são excluídos por conta de sua renda familiar acima do mínimo que é preconizado por vocês.</i>
<i>* reter pessoas beneficiadas pelo projeto e capacitá-las para desenvolvimento.* Por ser uma instituição católica/Jesuíta deve aproximar da juventude em paralelo as escolas municipais e estaduais para encontrar meios de preparar jovens comprometidos com a sociedade, deixando-os distantes da violência, opressão, enfim...</i>
<i>Promover mais eventos, mais divulgações e parcerias</i>
<i>Hoje temos uma estrutura física que está sendo melhorada e os recursos materiais também são disponíveis de maneira suficiente. A nova gestão tem trabalhado de maneira mais participativa e democrática. A sugestão estaria então no campo da oferta de formação continuada para melhor atendermos as demandas dos beneficiários. A melhor atuação do Projeto Social também está na procura de estabelecer relações com a comunidade e seus movimentos. Alguns já estão estabelecidos, porém é necessário sempre se fazer presente em reuniões de lideranças e movimentos populares.</i>
<i>Abrir mais o espaço e divulgar, sem fechar os cursos existentes, que embora o número de inscritos seja alto e ao final do curso ele reduzam, é demonstrar que não se pode perde a fé.</i>
<i>Ter os cursos que tinham antes, inclusive o cidadania</i>
<i>Retoma o curso de cidadania para que os jovens tenham a oportunidade de fazer um curso pre vestibular e assim conquistar a universidade publica.</i>
<i>Creio que uma forma eficaz de contribuir melhor com a comunidade seria orientar os que já participaram do Projeto continuar exercendo a cidadania, trabalhos voluntários na região onde mora. Contribuindo com algum projeto social existente.</i>
<i>Talvez agregar nós que passamos pelo projeto à um esquema onde cada um pudesse contribuir com o que aprendeu em sua área de trabalho e interesse, trazendo não só, mais conhecimento sobre a sociedade mas também o exemplo de quem já esteve no lugar destes jovens hoje e de alguma forma construirão um caminho qualitativo, profissionalmente e pessoal.</i>
<i>Não tenho como opinar neste quisito, pois não estou atualizada sobre o formato atual do projeto.</i>

<i>Acredito que precisa aumentar a quantidade de salas para pré-vestibulares. E os alunos hoje saem das escolas sem saber fazer conta, falar direito e escrever direito. Sendo assim, cursos básicos de língua portuguesa e matemática. Além disso projetos sociais que desenvolvam o seu bairro.</i>
<i>Melhorar a metodologia dos cursos de cidadania</i>
<i>A volta do curso pré vestibular, que contribui e estimula muito os adultos da região que nem sempre tem a oportunidade de uma educação de qualidade e voltada para a formação superior.</i>
<i>Oferecer atividades educacionais e formativas aos adolescentes e jovens da comunidade. Atendimento a partir dos 12 anos até a conclusão da graduação. A deficiência educacional de anos não é suprida ou sanada apenas com o PROUNI. A formação humana e um ensino superior de qualidade é essencial ao desenvolvimento desses adolescentes, jovens e da comunidade.</i>
<i>Fazer atividades no bairro (a céu aberto), divulgando o projeto. Firmar parcerias com empresas vizinhas. Voltar a atender no horário noturno com cursos voltados para inserção no ensino superior e mercado de trabalho, capacitando profissionais para assumir melhores posições no mercado de trabalho e assim ter renda, proporcionando à sua família uma vida mais digna.</i>
<i>O projeto tem infraestrutura, espaços e horários vagos a noite e finais de semana com mais voluntários e poderíamos aproveitar melhor o espaço e promover mais cidadania.</i>
<i>Minha indicação é pensarmos em um estudo de nível superior. A região não tem nenhuma instituição que ofereça esse serviço à comunidade, no entanto tem um grande público, acredito que um estudo de viabilidade sobre esse assunto seria importante.</i>
<i>Repensar em estratégias para trazer os jovens para uma formação pessoal e política.</i>
<i>O despertar para o agir em comunidade. O ser humano está cada vez mais individualista.</i>
<i>Como disse acima, acho importante as atividades voltadas para os adolescentes, e pelo menos é a partir dela, se não mais cedo, que devem ocorrer atividades.</i>
<i>Resgatar as pessoas que já fizeram parte deste projeto.</i>

Observações complementares dos questionários
<i>Acredito que a grande Festa Junina que era realizada anualmente era um dos meios de mostrar à comunidade o trabalho que estava sendo feito e mobilizá-la a conhecer o espaço e participar dele. Era um momento não só de descontração, mas, acredito eu, também de divulgação dos projetos e acolhimento da comunidade.</i>
<i>Não tenho mais informações sobre os projetos. Sei que aconteceram muitas mudanças e sua "essência" e democracia com as mudanças foi se perdendo. Mas, sou grata por tudo que vivenciei e aprendi.</i>
<i>Só quero deixar registrado, que os projetos do Centro Pastoral Santa Fé, serviram como um divisor de águas na minha vida. Antes de participar do projeto eu era muito insegura. Depois de passar pelo projeto, me transformei em uma pessoa muito mais consciência dos meus direitos e também das minhas obrigações. Particpei do projeto de 2007 a 2009, no cidadania. Confesso que sinto muita falta e tive muito medo de sair, pois o mundo fora dos portões do Centro Pastoral é muito cruel. E o projeto era o meu refúgio. As aulas complementares, o projeto de vida. Tudo isso, me fazia muito bem. Claro que não posso esquecer do foco principal do curso, que era o pré-vestibular. O cidadania, me acolheu após muitos anos sem estudar, e por meio dele, consegui entrar na faculdade. Pois já havia prestado vestibular alguns anos antes, e não consegui passar. Com o cidadania eu consegui. Pois este projeto cuidava não só da docência, mas também do corpo, da alma e do nosso coração. O Centro Pastoral Santa Fé, faz parte da minha vida. E estou à disposição para o que for preciso, para que esse projeto continue.</i>
<i>Eu como ex-aluna do Projeto tenho boas lembranças e aprendizados enriquecedoras para minha vida em vários aspectos, vejo a importância de novos jovens terem a oportunidade que tive e aproveitar o melhor que puder, pois o sucesso é garantido.</i>
<i>Grato pela oportunidade e formação.</i>
<i>Dar continuidade</i>
<i>Acredito que é fundamental trazer quem já fez parte, e esses buscarem mais pessoas, afim do crescimento do projeto, que não consiste em ser apenas um projeto com começo meio e fim, que vem se modificando ao longo do tempo, com novas ideias e mantendo a finalidade que mais que educar para o mercado de trabalho, é educar para a vida.</i>
<i>"Eu vim para que todos tenham vida e vida em abundância" (Jo 10,10) esta frase marcou muito minha vida na pastoral aumento meu conhecimento para diferenças sociais neste país e mesmo tempo fiquei triste pela mudança drástica do projeto pelo projeto que acho que era a referência e era muito conhecido pela inclusão de pessoas de baixa renda nas universidades um projeto pré vestibular com professores que eu não tenho palavras para eles que os mesmos foram dispensados mas com mesma ideologia de ajudar o próximo formaram um novo projeto de pré-vestibular fábrica do conhecimento perus A pastoral santa fe me ajudou muito a conseguir alcançar um sonho de entrar na universidade estadual unicamp não só meu sonho sim de todos que participaram deste projeto de cidadania, pré-vestibular, fé política com mst, inserção do mst etc...e como governo criou um programa e nem prouni sisu e uma ajuda para o sonho de uma faculdade (((mas o jovem periferia que saem do ensino médio estão preparados para ir para faculdade esta pergunta que eu faço para vc jesuítas?O projeto deveria ter continuado com mesma proposta todos temos direito de entrar faculdades publicas preparar o jovem não só entrar na faculdade e sim conseguir terminar ela . Este projeto social de cidadania pré vestibular deveria continuar na pastoral santa fé</i>
<i>Sim, que o projeto seja algo que direcione as pessoas a fazerem o bem para si, para os outros, pq querem fazer o bem, pq sabem que podem fazer a diferença.</i>
<i>O projeto pré-vestibular (cidadania) foi extremamente importante na minha vida, me possibilitou amadurecer e auxiliou muito na minha formação. Adorava as formações e excursões culturais, pois até então não tinha tido a oportunidade de conhecer muitas coisas que vi nesses passeios.</i>
<i>O trabalho com os adolescentes é efetivo quando a família está integrada nessa formação.</i>
<i>O projeto social Centro Pastoral Santa Fé, hoje Centro Santa Fé, mudou a minha vida, Passei e uma dona de casa com três filhos pequenos, segundo grau incompleto e sem nenhum horizonte, para uma profissional inserida no mercado de trabalho. Hoje trabalho na ANEAS, mantenedora do projeto em que eu nasci, dedico minhas horas de trabalho com muito amor, porque meu desejo é que mesmo indiretamente possa retribuir um pouco do muito que recebi dessa casa.</i>
<i>O projeto... foi e é a base de quem sou hoje. Quero registrar aqui meu sincero agradecimento ao Projeto e por todas as pessoas que nela atuam e atuaram como...Irma Helena...Maria</i>

Madalena...Prof. Odair...e aos Padres Miguel e Passos.

Não poderia opinar sobre o projeto agora, já que não acompanho i mesmo como antes. Mas posso dizer que contribuiu para minha formação como pessoa, onde a integridade se mostra acima de tudo. Além do respeito pelo próximo.

Nada mais a declarar.

Espero que este projeto continue prol da comunidade, porque sou muito grata ao Centro Pastoral pela oportunidade de formação tanto pessoal como acadêmica e sinto muitas saudades dos amigos que cultivei neste lugar. Sempre vou lembrar com carinho das viagens, dos passeios que fiz através deste projeto, principalmente para Minas Gerais nas cidades históricas.